

Universidade Federal de Goiás  
Faculdade de Informação e Comunicação  
Programa de Pós-Graduação em Comunicação

Evangelicléia Sousa da Silva

A INFLUÊNCIA DA TELEVISÃO NOS DEBATES DE SALA DE  
AULA: uma análise com base na hipótese de *Agenda-Setting*

Goiânia-GO  
2015

Universidade Federal de Goiás  
Faculdade de Informação e Comunicação  
Programa de Pós-Graduação em Comunicação

Evangelicléia Sousa da Silva

A INFLUÊNCIA DA TELEVISÃO NOS DEBATES DE SALA DE  
AULA: uma análise com base na hipótese de *Agenda-Setting*

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação, como requisito para obtenção do título de Mestre.

Área de Concentração: Comunicação, Cultura e Cidadania.

Linha de pesquisa: Mídia e Cidadania

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Pós-Dr<sup>a</sup>. Ana Carolina Rocha Pessôa Temer

Goiânia-GO

2015

## TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR AS TESES E DISSERTAÇÕES ELETRÔNICAS (TEDE) NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

**1. Identificação do material bibliográfico:**       **Dissertação**       **Tese**

### 2. Identificação da Tese ou Dissertação

Autor (a):	Evangicléia Sousa da Silva		
E-mail:	<a href="mailto:vangijornalista@gmail.com">vangijornalista@gmail.com</a>		
Seu e-mail pode ser disponibilizado na página?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim		<input type="checkbox"/> Não
Vínculo empregatício do autor			
Agência de fomento:	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior	Sigla:	CAPES
País:	Brasil	UF: DF	CNPJ: 00889834/0001-08
Título:	A influência da televisão nos debates de sala de aula: uma análise com base na hipótese de Agenda-Setting		
Palavras-chave:	Comunicação. Televisão. Jornalismo. Alunos.		
Título em outra língua:	The influence of television in classroom discussions : an analysis based in Agenda -Setting hypothesis		
Palavras-chave em outra língua:	Communication . Television. Journalism . Students.		
Área de concentração:	Comunicação, Cultura e Cidadania		
Data defesa:	24/02/2015		
Programa de Pós-Graduação:	Mestrado em Comunicação		
Orientador (a):	Pós-Dra. Ana Carolina Rocha Pessoa Temer		
E-mail:	<a href="mailto:anacarolina.temer@gmail.com">anacarolina.temer@gmail.com</a>		
Co-orientador (a):			
E-mail:			

### 3. Informações de acesso ao documento:

Liberação para disponibilização?<sup>1</sup>       total       parcial

Em caso de disponibilização parcial, assinale as permissões:

Capítulos. Especifique: \_\_\_\_\_

Outras restrições: \_\_\_\_\_

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF ou DOC da tese ou dissertação.

O Sistema da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações garante aos autores, que os arquivos contendo eletronicamente as teses e ou dissertações, antes de sua disponibilização, receberão procedimentos de segurança, criptografia (para não permitir cópia e extração de conteúdo, permitindo apenas impressão fraca) usando o padrão do Acrobat.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do (a) autor (a)

Data:    /    / 2015.

<sup>1</sup> Em caso de restrição, esta poderá ser mantida por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Todo resumo e metadados ficarão sempre disponibilizados.

Evangelicléia Sousa da Silva

A INFLUÊNCIA DA TELEVISÃO NOS DEBATES DE SALA DE  
AULA: uma análise com base na hipótese de *Agenda-Setting*

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação, como requisito para obtenção do título de Mestre em Comunicação, aprovada em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2015 pela Banca Examinadora composta pelos seguintes professores:

Prof<sup>a</sup>. Pós-Dr<sup>a</sup>. Ana Carolina Rocha Pessoa Temer  
Orientadora – FIC/UFG

Prof<sup>o</sup>. Dr. Claudomilson Fernandes Braga  
FIC/UFG

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Mônica Rodrigues Nunes  
USP/SP

Goiânia-GO  
2015

## RESUMO

Os meios de comunicação, em particular a televisão, tem sido objeto de inúmeros estudos acadêmicos. Neste sentido, buscou-se verificar a influência dos conteúdos midiáticos na percepção de alunos do ensino médio do Colégio Meta, em Goiânia, com base na hipótese de *Agenda-Setting*. A referida dissertação fez uma análise de conteúdo das redações elaboradas pelos alunos, sobre as manifestações que ocorreram em junho de 2013 nas principais capitais do Brasil, e de forma complementar, analisou-se se há utilização do conteúdo midiático em sala de aula através da observação simples e de entrevista com o coordenador do colégio. O *corpus* desta pesquisa está centrado na proposta de agendamento por meio dos autores: Maxwell McCombs e Donald Shaw (1972), e estudado posteriormente por pesquisadores como: Mauro Wolf, Nelson Traquina, dentre outros. Para tanto, estudou-se em que medida a mídia influência e agenda a percepção dos alunos da referida escola em relação aos protestos de 2013.

Palavras-chave: Comunicação. Televisão. Jornalismo. Alunos.

## **ABSTRACT**

The media, particularly television, has been the subject of numerous academic studies. In this sense, we sought to verify the influence of media content in the perception of high school students Meta College in Goiania, based in Agenda-Setting hypothesis. That dissertation did a content analysis of essays prepared by students on the demonstrations that took place in June 2013 in the main capitals of Brazil, and in a complementary way, it was examined whether there is use of media content in the classroom through observation simple and interview with the school coordinator. The corpus of this research is focused on the proposed schedule by the authors: Maxwell McCombs and Donald Shaw (1972), and later studied by researchers such as: Mauro Wolf, Nelson Teasing, among others. Therefore, we studied the extent to which the media influence and schedule the perception of the said school students in relation to the 2013 protests.

Keywords: Communication. Television. Journalism. Students.

*A Yeshua Hamashiach, toda honra, glória,  
adoração e minha eterna gratidão! Ao meu  
amado esposo, Amiche, pelo apoio, incentivo,  
direcionamentos e paciência!*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço ao criador do universo e da minha existência por ter me dado graça para prosseguir neste mestrado até o final. Muitos empecilhos e imprevistos surgiram, mas Deus me direcionou rumo à vitória tão almejada! Sem Ele teria sucumbido!

Aos meus amados pais, Josias Cavalcante e Conceição de Souza, pelas orações e incentivos infindáveis, sempre acreditando em mim apesar de todas as contradições e fraquezas. É por vocês e para vocês que busco crescimento diário! Obrigada por serem minha base!

Aos meus irmãos Wildeson e Priscila por torcerem sempre e por sentirem orgulho de mim! Pelo carinho dos cunhados Rodrigo Lira e Rebeca Santiago.

Ao meu querido esposo Amiche, obrigada por acreditar que eu seria capaz e por substanciar esse final feliz na minha mente! Enfrentamos momentos difíceis no período desta pesquisa, mas você não se deixou abalar e nem permitiu que nada e ninguém me atingisse! Te amo muito!!!

Ao meu filho, Davi Amiche, que é um presente de Deus e que nos trouxe a alegria e o renovo para continuar. A ele dedico meus esforços, conquistas, e principalmente este mestrado, uma vez que ele foi gerado no período da minha aprovação no programa e, me proporcionou a garra necessária para romper barreiras e transpor montanhas.

À minha querida orientadora, Ana Carolina Temer, que me acolheu, não somente como uma profissional, mas com uma verdadeira mãe atenciosa, paciente, prestativa e presente! Não existem palavras suficientes para agradecê-la! Obrigada por me ensinar através de sua humildade, competência, força e generosidade, e por ter confiado em mim quando poucos acreditavam. A você minha sincera admiração, gratidão e respeito!

Ao amigo Thomaz Santana, sempre eficiente, presente, atencioso, pessoa iluminada para me ajudar em momentos cruciais no PPGCOM!

Agradeço ao Prof. Welliton Carlos e à querida Jackeline Osório pelos bons diálogos, caronas, incentivos e apoio. Vocês são mais que especiais!

Sou grata à amiga Prof<sup>a</sup>. Núbia Simão pelo altruísmo, direcionamentos e amizade sempre presentes, independente das circunstâncias. Através de você tive a chance de me tornar docente, antes mesmo da conclusão do mestrado.

Aos Professores Claudomilson Braga e Mônica Nunes por aceitarem o convite de compor a banca de defesa! Aos professores Simone Tuzzo e Claudomilson Braga pelas orientações e contribuições para este trabalho no exame de qualificação.

A todos os professores do programa que contribuíram com meu crescimento intelectual e a tão nobre instituição de ensino Universidade Federal de Goiás, da qual sinto orgulho de ter atuado como mestrande e pesquisadora.

Por fim, agradeço a equipe do colégio Meta Brasil, por ter permitido que a pesquisa fosse realizada em toda a sua amplitude e excelência.

*“Mil cairão ao teu lado, e dez mil à tua direita, mas tu não serás atingido”. (Salmos 91:7)*

*“Desistir...eu já pensei seriamente nisso, mas nunca me levei realmente a sério; é que tem mais chão nos meus olhos do que o cansaço nas minhas pernas, mais esperança nos meus passos, do que tristeza nos meus ombros, mais estrada no meu coração do que medo na minha cabeça”. (Cora Coralina)*

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
<b>1. COMUNICAÇÃO.....</b>	<b>16</b>
1.1 UMA PONTE DE SIGNIFICADOS ENTRE EMISSOR E RECEPTOR.....	16
1.2 COMUNICAÇÃO E EDUCAÇÃO FRENTE AS NOVAS TECNOLOGIAS COMUNICACIONAIS E PEDAGÓGICAS.....	18
<b>2. REALIDADE.....</b>	<b>22</b>
2.1 REALIDADE FICTÍCIA E O MUNDO DAS IDEIAS	22
<b>3. JORNALISMO: HISTÓRIA E CONTEXTOS.....</b>	<b>25</b>
3.1 HISTÓRICO NO MUNDO.....	25
3.2 HISTÓRICO NO BRASIL.....	31
<b>4. TELEVISÃO.....</b>	<b>35</b>
4.1 UMA CRÍTICA INCLUSIVA SOBRE CRIAÇÃO E CRIADORES.....	35
<b>5. OS LIMITES DO JORNALISMO NA TELEVISÃO: O TELEJORNALISMO.....</b>	<b>43</b>
<b>6. A NARRATIVA JORNALÍSTICA.....</b>	<b>48</b>
<b>7. AGENDA -SETTING .....</b>	<b>50</b>
<b>8. ANÁLISE DOS DADOS.....</b>	<b>60</b>
8.1 RELATOS E ANÁLISE DAS REDAÇÕES.....	64
8.2 OBSERVAÇÃO SIMPLES: ADOLESCENTES EM SALA DE AULA.....	81
8.3 ENTREVISTA: COORDENADOR PEDAGÓGICO.....	91
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>96</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>100</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>104</b>
ANEXO 1: TERMO DE CONSENTIMENTO DA PESQUISA NO COLÉGIO META.....	105
ANEXOS 2: ROTEIRO DE ENTREVISTA COM O GESTOR DO COLÉGIO META BRASIL, EM GOIÂNIA.....	106
ANEXO 3: REDAÇÕES DOS ALUNOS.....	107
a	127

## ÍNDICE ICONOGRÁFICO

<b>Quadro 1:</b> Quantidade de palavras citadas.....	70
<b>Figura 1:</b> Termos associados à palavra Mídia.....	73
<b>Figura 2:</b> Termos negativos aos manifestantes.....	74
<b>Figura 3:</b> Termos positivos às manifestações.....	75
<b>Figura 4:</b> Motivação dos manifestantes.....	76
<b>Figura 5:</b> Percepção negativa sobre a cobertura midiática.....	76
<b>Figura 6:</b> Adjetivos das manifestações.....	78
<b>Figura 7:</b> Conotações sobre cidadania.....	79
<b>Figura 8:</b> Palavras importantes nas manifestações.....	80
<b>Figura 9:</b> Termos positivos aos manifestantes.....	90

## ANEXO 3 – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM O GESTOR DO COLÉGIO META BRASIL, EM GOIÂNIA

ENTREVISTADO: Prof. Alexandre Januário

CARGO: Coordenador Pedagógico

- 1) O avanço midiático tem norteado a realidade do mundo atual. Isso também corresponde com a realidade do colégio Meta?

R:

- 2) De que forma o colégio concebe os conteúdos dos telejornais brasileiros?

R:

- 3) Em sua opinião, como você vê o conteúdo transmitido pelos telejornais?

R:

- 4) A coordenação estimula os professores a levantar questionamentos de cunho midiático com os alunos?

R:

- 5) Há discussões telejornalísticas como complemento de disciplinas em sala de aula?

( ) Sim

( ) Não

Por quê?

R:

- 6) Quais telejornais da TV aberta você sugere aos seus alunos?

R:

Ficha catalográfica elaborada automaticamente  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a), sob orientação do Sibi/UFG.

Sousa da SILVA, Evangicléia  
A INFLUÊNCIA DA TELEVISÃO NOS DEBATES DE SALA DE AULA  
[manuscrito] : uma análise com base na Hipótese de Agenda-Setting /  
Evangicléia Sousa da SILVA. - 2015.  
CXXVII, 127 f.

Orientador: Profa. Dra. Ana Carolina Rocha Pessôa TEMER; co  
orientador Dr. Claudomilson Fernandes BRAGA; co-orientador Dr.  
Mônica Rodrigues NUNES.  
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade  
de Informação e Comunicação (FIC) , Programa de Pós-Graduação em  
Comunicação, Goiânia, 2015.

Bibliografia. Anexos.  
Inclui tabelas, lista de figuras.

1. COMUNICAÇÃO. 2. TELEVISÃO. 3. JORNALISMO. 4. ALUNOS. I.  
Rocha Pessôa TEMER, Ana Carolina, orient. II. Fernandes BRAGA,  
Claudomilson, co-orient. III. Título.

## INTRODUÇÃO

Este trabalho é parte de uma reflexão continuada sobre Comunicação, Jornalismo e Educação, desenvolvida como dissertação para conclusão do Curso de Mestrado em Comunicação, dentro da linha de pesquisa em Mídia e Cidadania do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Faculdade de Informação e Comunicação da Universidade Federal de Goiás, desenvolvida a partir dos estudos e/ou observações acompanhadas e fomentadas pelo Laboratório de Leitura Crítica da Mídia, da Faculdade de Comunicação e Informação da UFG.

O foco da análise são as percepções dos jovens adolescentes que estudam no Colégio Meta Brasil, em Goiânia sobre as interferências dos conteúdos midiáticos e seus agendamentos na relação escolar e nos comportamentos dos alunos do ensino médio. A fundamentação sobre a importância e a necessidade desta pesquisa inclui reflexões a importância das mídias no agendamento dos debates, e a interferência que poderiam eventualmente surgir nas abordagens da contemporaneidade na sala de aula, a partir da absorção ou do debate do conteúdo das mídias. Desta forma o trabalho está ancorado teoricamente na percepção da *agenda-setting* e nas reflexões que sustentam essa hipótese, ou seja, como é formada a agenda interpessoal dos adolescentes em função dos conteúdos expostos pela mídia.

A motivação para este trabalho surgiu quando, sob esse prisma, em 2010, indagações semelhantes às contidas nesta pesquisa, foram mote para que a pesquisadora elaborasse um pré-projeto para o curso de jornalismo da Faculdade Araguaia, sobre a Escola Municipal prof. Trajano de Sá Guimarães, pois a instituição havia sido contemplada com uma rádio escola pelo projeto mais Educação do Governo Federal. O projeto motivou o interesse em discutir a interferência dos conteúdos midiáticos na relação professor/aluno.

Durante a elaboração do projeto, foi possível observar que o assunto ecoava como uma estranha novidade por parte de alguns colegas e professores. Ao questionar sobre o tema, percebia-se que mesmo os atores envolvidos em tal processo não conheciam a profundidade e a relevância do assunto em estudo. Desde então, surgiu o interesse pelas relações entre os conteúdos midiáticos e seus agendamentos no espaço formal da educação, e em particular nos debates em sala de aula. Optou-se por estudar alunos do nível médio, já que trata-se de um grupo ainda pouco explorado nas pesquisas sobre recepção, e particularmente, em propostas que visam entender como se dá a formação das agendas interpessoais.

A pesquisadora, no ensejo de elucidar o referido estudo, viu nas manifestações de junho de 2013 um terreno fértil para entender tal fenômeno, uma vez que as passeatas foram oriundas da organização de vários grupos e movimentos estudantis espalhados por todo o Brasil, agendados pelas redes sociais com a finalidade de reivindicar seus direitos por passagens com preços mais justos e por outras bandeiras de ordem econômica, política e ideológica, que foram levantadas a fim de passar o País a limpo. Tal fato social suscitou na pesquisadora o interesse de estudar como a Agenda- Setting pauta e orienta essa temática em sala de aula e na relação aluno/ professor e o universo a sua volta. Ressalta-se, portanto, que essa relação também foi observada de forma mais ampla, por Thompson:

De um modo fundamental, o uso dos meios de comunicação transforma a organização espacial e temporal da vida social, criando novas formas de ação e interação, novas maneiras de exercer o poder, que não está mais ligado a um compartilhamento local comum. (THOMPSON, 1995, P.14)

É preciso pontuar que, em virtude do avanço tecnológico, a televisão sofreu mudanças no intuito de agradar os mais variados públicos. Consequentemente, pressupõe-se que, em virtude da elasticidade da programação televisiva, não se sabe e nem se pode dimensionar quais as resultantes e impactos que as informações dispostas nos telejornais, agradam, desagradam, informam ou pautam os atores no campo do diálogo e do ensino desenvolvido em sala de aula, bem como a relação professor/aluno.

Por natureza, a comunicação é dinâmica e evolutiva, apresentando contínuas mudanças no tempo e no espaço. Segundo Wolf (2000), o estudo da comunicação ganha novas referências a partir dos anos 1970, com ênfase para a hipótese de *Agenda-setting*, que trata da capacidade da mídia em influenciar a agenda pública, e que dará o suporte teórico para este estudo.

Parte-se da percepção de que a televisão tem forte influência sobre comportamentos, opiniões e sobre a agenda pessoal dos telespectadores. Neste sentido, vale ressaltar que tanto a televisão como o jornalismo e a *Agenda-setting* possuem uma longa história de convivência, e este caminho é marcado pela evolução tecnológica e pelo imediatismo. O jornalismo na televisão tende a informar sobre uma grande quantidade de temas, nos quais as imagens tem uma importância central, e o agendamento tem a função de direcionar a atenção do público, apontando quais temas serão considerados de interesse coletivo.

É neste bojo que esta dissertação pretende ser discorrida, objetivando analisar o processo de recepção de conteúdos informativos e particularmente conteúdos do telejornalismo na vida dos alunos do ensino médio do Colégio Meta em Goiânia, e se estes responderão aos estímulos do agendamento frente ao fenômeno social que surpreendeu o Brasil e o mundo em junho 2013: manifestações populares nos quais os participantes reivindicavam questões relativas ao preço do transporte público e outras melhorias infraestruturais no país.

Sob esses aspectos, a problematização do trabalho busca analisar em que medida a mídia agenda e influencia a percepção dos alunos do ensino médio no tocante às manifestações, bem como observar se alunos e professores levantam questionamentos críticos ao conteúdo do telejornalismo, e ainda se os estudantes aceitam esse conteúdo como verdade, mesmo quando estão em conflito com os conteúdos abordados em sala de aula.

Para averiguar se há influência ou não da mídia na vida escolar dos alunos, utilizaremos como base a Hipótese de *Agenda-setting*, inicialmente proposta pelos pesquisadores norte-americanos Maxwell McCombs e Donald Shaw (1972), e estudada posteriormente por outros pesquisadores, como Mauro Wolf, Nelson Traquina, Clóvis de Barros Filho, Jorge Pedro Souza e Antônio Hohldfeldt, entre outros. Entende-se que a Teoria da Agenda, ou Hipótese da *Agenda Setting* postula que os meios de comunicação de massa não pretendem persuadir, mas apresentam ao público uma lista daquilo sobre o que é necessário ter uma opinião, e coloca em agenda interpessoal ou os temas que os indivíduos discutem com os outros e a percepção que têm da opinião pública, e realça a diversidade existente entre a quantidade de informações, os conhecimentos e as interpretações da realidade social apreendidos por meio dos meios de comunicação de massa e experiências pessoais. Vale ressaltar que um aprofundamento da questão da agenda, ancorada nos autores citados, fazem parte do *corpus* teórico desta pesquisa concernente ao agendamento, uma vez que os mesmos trabalham de forma a ratificar que a hipótese desta agenda trabalha com a idéia de que a mídia constroi uma representação da realidade, e que pode até não influenciar diretamente o comportamento do indivíduo, mas atua delimitando o conjunto de temas sobre os quais se deve pensar ou opinar.

A metodologia deste estudo se desenvolverá com base na análise de conteúdo, no intuito de verificar, por meio de redações elaboradas pelos alunos do colégio Meta, a validade do agendamento e a influência do conteúdo telejornalístico. De forma secundária e complementar, buscar-se-á, através da observação simples e da entrevista

com um dos gestores do colégio, descobrir se há utilização do conteúdo midiático em sala de aula.

É igualmente importante observar que o aluno dessa nova geração, por ter acesso às mais variadas tecnologias, é mais exigente e passa a ter outras fontes de aprendizagem, fazendo com que a escola não seja mais o único ponto de referência. De fato, além das mídias televisivas, ainda existem as outras opções de acesso a Informação e Comunicação. Neste contexto, “a televisão, com meio século de presença entre nós, compartilha com a escola e a família o processo educacional, tornando-se um importante agente de formação,” (BACCEGA, 2000, p.95). Neste sentido, a pesquisa busca refletir também sobre como os educadores para que enfrentem o desafio do conhecimento e do ensino através da incorporação da linguagem das mídias, entendendo que o livro e a linguagem escrita já não abrangem, na contemporaneidade, a complexidade das informações, ou mesmo das formas de conhecimento que são exigidas para os jovens em processo de formação acadêmica. Busca-se, portanto, entender como a televisão é vista por educadores e educando, se é incluída como fonte de educação, uma vez que compreende-se que a escola precisa aprender a trabalhar as novas formas de acesso a conteúdos, que estão cada vez mais presentes na vida dos jovens.

É importante ressaltar, no entanto, que a pesquisa valoriza a escrita e o livro como elementos chaves do processo educacional, pois sem o domínio da linguagem escrita não se lê adequadamente o mundo do não-verbal. Ancorado nesta percepção, aliás, optou-se por também por analisar a produção escrita dos alunos – suas redações – entendendo que este material é ao mesmo tempo produção individual e uma ponte entre o mundo verbal-acadêmico e a sua percepção de mundo.

Portanto, compreende-se que a atual pesquisa pode ser útil ao tentar dar sua contribuição aos estudos da comunicação social, no que cerne o agendamento e a influência do conteúdo telejornalístico como discussão no espaço escolar. É neste ensejo que buscaremos estudar tais influências na vida dos alunos do ensino médio do Colégio Meta Brasil, em Goiânia. Neste sentido, se faz necessário o embasamento teórico, perpassando pelos arcaibouços de comunicação, realidade, jornalismo, televisão, os limites do jornalismo na televisão, telejornalismo, narrativa jornalística, *agenda-setting*, e análise do conteúdo.

# 1. COMUNICAÇÃO

## 1.1 UMA PONTE DE SIGNIFICADOS ENTRE EMISSOR E RECEPTOR

A comunicação humana é um objeto com múltiplas facetas e sua conceituação depende da ótica da qual seja considerada. De alguma forma, a comunicação inclui todo intercâmbio de mensagens e significação entre pessoas ou grupos e implica na presença de elementos tais como: emissor ou comunicador (quem inicia o processo), receptor (quem recebe a comunicação); mensagem (o que se quer comunicar); canais ou meios (podem ser de diferentes tipos); efeito de absorção através da conduta do receptor e o efeito de retroalimentação que transforma a mediação no processo de comunicação.

A comunicação é um processo de transmissão de informações entre sujeitos. Esse processo é caracterizado pela troca de informações, pela transmissão de mensagens e pelo uso de símbolos. A comunicação é: “como um tipo distinto de atividade social que envolve a produção, transmissão e recepção de formas simbólicas e implica a utilização de recursos de vários tipos,” (THOMPSON, 2001, p.25)

Existem várias maneiras de se comunicar. A comunicação ocorre através da fala, da escrita, dos gestos e olhares. O processo comunicacional é um transporte em que as mensagens e sinais são construtores de significados que serão decodificados pelo receptor. Neste processo, alguém diz algo para alguém com algum efeito ou intenção em alguma condição. Trata-se de um processo de emissor-mensagem-receptor.

A comunicação serve para que as pessoas se relacionem entre si, transformando-se mutuamente e a realidade que as rodeia. É através da comunicação que as pessoas compartilham experiências, ideias, sentimentos. (BORDENAVE, 2003, p.36).

Este é um produto destinado à necessidade humana de se expressar e se relacionar. “É a forma de interação humana realizada através do uso de signos” (Bordenave, 1983, p.14). Pela comunicação é possível a troca de experiências, ideias e sentimentos. Os elementos básicos da comunicação são: a situação e lugar onde ela se realiza, os interlocutores, as mensagens compartilhadas, os signos utilizados para representar as mensagens e os meios empregados para transmiti-los.

Com enfoque sociológico, Gomes (1997, p.13) define a comunicação como: “o instrumento que possibilita e determina a interação social; é o fato marcante através do qual os seres vivos se encontram em união com o mundo”. O autor afirma que existe

uma mediação entre a comunicação e o homem no processo de mudança social e cultural, pois os homens sentiram necessidade de agrupar-se, de relacionar-se, colocar mutuamente os seus objetivos, satisfazerem suas necessidades básicas e interagirem no grupo social.

Comunicação é o processo de interação social democrática baseado no intercâmbio de símbolos, mediante os quais os seres humanos compartilham voluntariamente suas experiências sob condições de acesso livre e igualitário, diálogo e participação. Todos têm o direito à comunicação com o propósito de satisfazer suas necessidades de comunicação por meio da utilização dos recursos da comunicação. (BELTRÁN, 1981, p.31)

Segundo Wey (1986, p.31) a comunicação envolve troca de fatos, ideias, opiniões ou emoções entre duas ou mais pessoas e é também definida como inter-relações por meio de palavras, letras, símbolos ou mensagens e como meio para aquele que comunica partilhar significado e compreensão com outros.

A autora acrescenta que, com a criação de novos padrões de comunicação no mundo capitalista acontece uma complexa reorganização humana que se dissocia do ambiente físico, e as pessoas passam a interagir através dos veículos de comunicação que disponibilizam para a sociedade novas oportunidades de linguagem diária, aumentando o ritmo do comportamento comunicativo.

Wey (1986, p.31) afirma que a comunicação consiste nos processos pelos quais os grupos humanos se influenciam reciprocamente, aprofundando suas relações necessárias e significativas, através de diferentes elementos e da mediação entre os vários grupos de interesse. A autora postula que os homens se completam socialmente e os grupos humanos devem ser orientados para a "Competência Social". Dá ênfase ao fato de que, na sociedade contemporânea, se faz presente essa necessidade como nunca foi sentida antes; isto porque, no contexto da sociedade industrial, o uso dos canais de divulgação torna-se indispensável, pois nos encaminha ao reconhecimento da necessidade de relacionamento com os vários tipos de públicos de uma organização social, pois representa o intercâmbio de pensamento e de informações para proporcionar compreensão mútua e confiança, além de boas relações humanas.

Thompson (2001, p.25) vem afirmar que até o final do século XV os participantes do processo de comunicação estavam presentes no mesmo referencial de tempo e espaço, e a comunicação humana era desenvolvida face-a-face. A característica

dialógica era muito importante uma vez que a proximidade dos agentes comunicativos diminui os ruídos ou distorções das mensagens.

Para tanto existe a necessidade de uma educação voltada para a inserção das pessoas num processo de comunicação como fator preponderante de integração ética e social e, sobretudo, como processo de transformação da própria sociedade, como possibilidade de exercício, na sua plenitude, das potencialidades de cada indivíduo em que a cultura é a possibilidade de poder trabalhar com as igualdades e com diferenças; respeitar e cultivar as diversidades, em uma constante troca de aprendizado e experiências, valorizando as pessoas e estimulando o exercício da cidadania.

## 1.2 COMUNICAÇÃO E EDUCAÇÃO FRENTE ÀS NOVAS TECNOLOGIAS COMUNICACIONAIS E PEDAGÓGICAS

A evolução nas tecnologias de comunicação e informação provocavam profundas mudanças na maneira de como os seres humanos vivem, pensam e trabalham. Rosseti (2012, p.1) afirma que os meios de comunicação estão presentes no cotidiano das pessoas e “nelas introjetados, de tal modo que, onde houver seres humanos, os meios estarão presentes; a partir dessas premissas, compete ao educador conhecer e utilizar os meios, com vistas à consecução de objetivos didático-pedagógicos” previamente definidos nos planejamentos escolares; e para tanto, professores e educadores precisam ser informados. O autor acrescenta que:

Agora, para ser cidadão, é preciso aprender a navegar num oceano de informações. E a escola, o lugar tradicionalmente dedicado ao ensino e à aprendizagem, à transmissão de informações, tem que introduzir a comunicação. Algumas das profissões mais bem remuneradas atualmente são ligadas à comunicação. Informação é poder. Temos que aprender não só a comunicar, como a ler criticamente as informações que recebemos. (ROSSETI, 2012, p.1)

Mota e Linhares (2011, p.9-10 acrescentam que “a educação para as mídias é condição *sine qua non* da educação para a cidadania, sendo um instrumento fundamental para a democratização das oportunidades educacionais e do acesso ao saber”.

A Comunicação e a Educação devem ser tratadas de forma dialógica, e

ser dialógico é não invadir, é não manipular, é não sloganizar. Ser dialógico é empenhar-se na transformação constante da realidade. O diálogo é o encontro amoroso dos homens que, mediatizados pelo mundo, o pronunciam, isto é, o transformam, e, transformando-o, o humanizam para a humanização de todos. (FREIRE, 1977, p.43).

Vale ressaltar que o desenvolvimento desta pesquisa se dá no intuito de compreender a importância da mídia na formação de opiniões e/ou comportamentos, em seus aspectos positivos e negativos na vida e no cotidiano dos alunos. Para tanto Mota e Linhares (2011, p.10) acreditam que “a alfabetização crítica da mídia deve ser um fio comum que passe e perpassa por todas as áreas curriculares e viventes do ser humano, uma vez que se refere à comunicação e à sociedade”. Os autores acrescentam que:

A educação midiática deve ser relacionada à educação para a democracia, estimulando os alunos a serem participantes informados e letrados midiáticos em suas sociedades. Além disso, a alfabetização midiática deve ser relacionada à alfabetização pela informação, à alfabetização tecnológica, às artes e às ciências sociais. (MOTA e LINHARES, 2011, p.10)

Len Masterman (1993) citado por Maria Luiza Belloni, (2001, p.10) aponta sete razões principais para dialogar sobre a mídia em sala de aula:

1. O consumo elevado das mídias e a saturação à qual chegamos.
2. A importância ideológica das mídias, notadamente através da publicidade.
3. A aparição de uma gestão de informação nas empresas (agência de governo, partidos políticos, ministérios, etc.).
4. A penetração crescente das mídias nos processos democráticos (as eleições são antes de tudo eventos midiáticos).
5. A importância crescente da comunicação visual e da informação em todos os campos (fora da escola que privilegia o escrito, os sistemas de comunicação são essencialmente icônicos).
6. A expectativa dos jovens a serem formados por compreender sua época (que sentido há em martelar uma cultura que evita cuidadosamente as interrogações e as ferramentas do seu tempo?)

7. O crescimento nacional e internacional das privatizações de todas as tecnologias da informação (quando a informação se torna uma mercadoria, seu papel e suas características mudam). Mota e Linhares acrescentam que:

A mídia mercantilizou objetos, pessoas e pensamentos. O homem tornou-se além de produto, um consumidor inveterado que a todo o momento é bombardeado por informações midiáticas que o convida ao consumo com um processo de sedução lento e eficaz, oferecendo estímulos de sonho e fantasia. A estratégia midiática é fazer o indivíduo se identificar com os produtos, imagens e comportamentos veiculados, para depois adquiri-los, seja o figurino da novela, o tênis do jogador, a mansão do milionário ou as ideias do intelectual, político, artista, etc. (MOTA e LINHARES, 2011, p.11)

Ainda neste pensamento, os autores Mota e Linhares acrescentam que “a educação para as mídias vai além das salas de aula, ela educa e contribui para a formação de cidadão consciente e capaz de interpretar e decodificar mensagens, para que a partir daí decida compra-las ou não”.

Considerando que os conteúdos das mídias já não podem ser ignorados na vida contemporânea, faz-se necessário observar se os professores das escolas de ensino médio tem a preocupação de discutir, criticamente, sobre a veracidade das informações transmitidas pela televisão. Da mesma forma, faz-se necessário reconhecer, por conseguinte, que os resultados esperados não são imediatos, afinal, está reformulando uma pedagogia sedimentada durante décadas.

Vale ressaltar que na era da sociedade midiaticizada e tecnológica, o educador tem a missão de aprender a utilizar os meios de comunicação em sala de aula. Pois, estes contribuem para a educação, não somente por serem fonte de informação, mas se forem empregados de maneira crítica podem proporcionar aos educandos novos ambientes de aprendizagem. Soares (1999, p. 23) afirma que a educação para a comunicação é constituída pela construção de uma postura crítica nos educandos perante a mídia.

Ignorar o papel dos meios de comunicação na educação formal é desconhecer um instrumento que pode colaborar tanto para a aprendizagem acadêmica/formal, quanto para uma leitura crítica da realidade. Martin Barbero citado por Moraes (2003, p.71) afirma: “Comunicar foi e continuará sendo algo muito mais difícil e amplo que informar, pois comunicar é tornar possível que homens reconheçam seu direito a viver e a pensar diferente e, reconheçam a si mesmos nessa diferença.”

Magno Medeiros (2011, p.1), ao colocar alguns pontos em prol da cultura da paz e dos direitos humanos, destaca que:

educação face à mídia a fim de formar receptores críticos, competentes, de refinada consciência ética e estética, com a produção de mídia especificamente infantil; formação de grupos de estudos e de pesquisas sobre a mídia; discussão da mídia e seus produtos no âmbito escolar (estrutura curricular, tema transversal); produção de manuais, livros e outras publicações que orientem quanto aos direitos da criança e do adolescente, e sobre o papel educativo que a mídia pode vir a ter.

Apesar da comunicação e da educação se complementarem, os discursos desses dois campos são divergentes. O discurso educacional é oficial e autoritário, enquanto o discurso comunicacional é aberto, atual e está vinculado à praxe mercadológica.

A história nos ensina, [...] que tanto a educação quanto a comunicação, ao serem instituídas pela racionalidade moderna, tiveram seus campos de atuação demarcados, no contexto do imaginário social, como espaços independentes, aparentemente neutros, cumprindo funções específicas: a educação administrando a transmissão do saber necessário ao desenvolvimento social, e a comunicação responsabilizando-se pela difusão das informações, pelo lazer e pela manutenção do sistema produtivo através da publicidade. (SOARES, 2000, p. 13).

Atualmente, há uma série de canais educativos, rádios comunitárias, telecursos, programas de educação à distância, dentre outras iniciativas, que legitimam os meios de comunicação no âmbito da educação informal.

O professor pode utilizar temas da televisão, do rádio, o cinema, as tecnologias digitais, dentre tantas outras possibilidades que os meios de comunicação oferecem, para promover o diálogo entre as culturas escolar e midiática. O educador ao utilizar os meios de comunicação em sala de aula explora espaços para a mediação entre o conteúdo transmitido para o educando e a sua vivência cotidiana.

## 2. REALIDADE

### 2.1 REALIDADE FICTÍCIA E O MUNDO DAS IDEIAS

Costumamos nos referir à realidade, ou ao real, durante nosso dia-a-dia, no entanto raramente paramos para analisar sobre esse conceito. Falamos da realidade em oposição ao fictício, falso, ilusório, mentiroso. Estes conceitos também prevalecem nos meios de comunicação, sejam impressos ou eletrônicos. No entanto, a análise mais aprofundada dos processos comunicacionais exige um aprofundamento da questão, considerando que o fato de pensar em um conceito, já adentra no campo da reflexão e, por conseguinte no universo da filosofia, Aristóteles teria sido<sup>1</sup> o primeiro filósofo a abordar diretamente a questão do real.

Portanto, nossa concepção de realidade, deve ser atribuída a este discípulo de Platão. Aristóteles se contrapôs à concepção de Platão que apregoava que a ideia era o mesmo que o “ser”. O filósofo compreendia que o “ser” era constituído de forma e matéria, que unificados formariam a substância, ou seja, entendida como real concreto e o princípio de tudo.

Russell (1957) vem nos explicar que a substância<sup>2</sup> de Aristóteles é “isso” que dá a cada coisa o que lhe é peculiar, ou seja, o que não pertence a nenhuma outra coisa; enquanto que o universal é aquilo que é comum e, portanto, pertence a mais de uma coisa. Enquanto a forma é o que dá unidade a uma porção da matéria, ou seja, a essência mesmo ou substância primária da matéria. Russell exemplifica:

Quando um homem faz uma esfera de bronze, tanto matéria como forma já existiam, e tudo o que ele faz é juntá-las; assim como não faz o bronze, o homem também não faz a forma. (RUSSELL, 1957, p.192)

---

1 A forma condicional empregada aqui se deve ao fato de novas releituras do pensamento grego contestarem em parte a tradução feita dos textos originais para o latim, ainda na antiguidade, processo que teria deturpado em muitas passagens o pensamento dos filósofos gregos. Um exemplo é a famosa proposição de Aristóteles “o homem é um animal racional” (Zoon logon echon) que, em uma tradução mais literal, segundo o professor Fernando Pessoa, do departamento de Filosofia da Universidade Federal do Espírito Santo, seria “o homem é o vivo (Zoon) que tem (echon) linguagem (logon)”.

2 A substância não está ligada a nada, ou seja, ela subsiste por si mesma e assim sendo ela funciona como substrato, pois, “é aquilo de que são predicadas todas as outras coisas, enquanto ele não é predicado de nenhuma outra” (ARISTÓTELES, 2002 1028b 35). Ou seja, constitui a parte essencial do ser, e se caracteriza por ser aquilo a partir do qual as outras coisas derivam. Outrossim, a substância pode ser tida como determinada visto que ela é aquilo que delimita e caracteriza as coisas, e assim sendo ela pode ser separável das coisas, assim como a matéria e a forma. É característica ainda da substância, ser a essência das coisas, ou seja, aquilo que é absolutamente necessário para que se possa compreender o Ser. (SILVA e RIBEIRO, 2010, p.7)

O entrelaçamento filosófico entre forma, substância e realidade, enfim essa sustentação tripartite do que é o real, poderá ser evidenciada no decorrer da pesquisa no colégio Meta, em Goiânia. No desenvolvimento da pesquisa, assim como fez o homem com a esfera de bronze assim juntei massa e conteúdo que prontos já estavam<sup>3</sup>.

Segundo Gonring (2007, p.49) a teoria kantiana de espaço e tempo como juízos a priori<sup>4</sup> marcou profundamente no Ocidente a idéia que hoje fazemos da realidade. Para Kant, nós apreendemos a realidade da forma como ela aparece à nossa consciência, por meio do espaço e do tempo, portanto de formas a priori.

O positivismo<sup>5</sup> vem estabelecer uma única visão de realidade, hoje universal, centrada na unidade da natureza física e na sociedade humana. Esta concepção, embora tenha tido grande alcance, foi alvo de críticas, entre elas as críticas elaboradas por Nietzsche.

Gonring (2007, p.51) afirma que até a segunda metade do século XIX, a tradição filosófica não pensava a verdade como um valor. Nietzsche foi o primeiro a apontar a verdade como tal, o que implicava não ser mais a verdade a essência do real, como imaginaram até então os filósofos metafísicos. Nietzsche colocou a verdade em questão e, ao fazer isso, deu a ela uma valoração. No primeiro parágrafo do primeiro capítulo do livro *Além do Bem e do Mal* (1999), que trata da vontade de verdade, ele se pergunta o que em nós aspira à “verdade”, para em seguida questionar o valor dessa verdade:

---

3 Os detalhes desse resultado serão expostos em capítulos posteriores.

4 Em Kant os Juízos ou formas sintéticas a priori são contrários do empírico, ou seja, da experiência, que ocorre a posteriori. O próprio filósofo explica sua tese na introdução à *Crítica da Razão Pura*, sua obra mais famosa: “Por essa razão designaremos, doravante, por juízos a priori, não aqueles que não dependem desta ou daquela experiência, mas aqueles em que se verifica absoluta independência de toda e qualquer experiência. Dos conhecimentos a priori, são puros aqueles em que nada de empírico se mistura. Assim, por exemplo, a proposição, segundo a qual toda a mudança tem uma causa, é uma proposição a priori, mas não é pura, porque a mudança é um conceito que só pode extrair-se da experiência.” (KANT, Immanuel. *Crítica da Razão Pura*. Ed. Fundação Caloute Gulbenkian: Lisboa, 1989. Trad. Manuela Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Morujão).

5 Corrente filosófica que surgiu na França no começo do século XIX. Os principais idealizadores do positivismo foram os pensadores Augusto Comte e John Stuart Mill. Esta escola filosófica ganhou força na Europa na segunda metade do século XIX e começo do XX, período em que chegou ao Brasil. O positivismo defende a ideia de que o conhecimento científico é a única forma de conhecimento verdadeiro. De acordo com os positivistas somente pode-se afirmar que uma teoria é correta se ela foi comprovada através de métodos científicos válidos. Os positivistas não consideram os conhecimentos ligados as crenças, superstição ou qualquer outro que não possa ser comprovado cientificamente. Para eles, o progresso da humanidade depende exclusivamente dos avanços científicos.

Certo, queremos a verdade: mas por que não, de preferência, a inverdade? Ou a incerteza? Ou mesmo a insciência – O problema do valor da verdade apresentou-se à nossa frente – ou fomos nós a nos apresentar diante dele? [...] e seria de acreditar que, como afinal nos quer parecer, o problema não tenha sido jamais colocado – que tenha sido por nós pela primeira vez vislumbrado, percebido, arriscado? (NIETZSCHE, 1999, p. 9)<sup>6</sup>

Para Nietzsche todo fenômeno somente pode ser pensado enquanto valor, uma vez que não existem fenômenos verdadeiros, mas sim interpretações destes, e mais precisamente, uma perspectiva que sobre eles nos dão nossos sentidos e, como consequência, somos levados a crer na existência de uma realidade, ou seja, naquilo que foi compreendido e apropriado pelo homem.

Nietzsche acredita que a realidade que enxergamos hoje é uma ficção que há muito vem sendo construída. Essa realidade surgiu da divisão do mundo em “aparente” e “verdadeiro”, para mais tarde, fundada nos domínios da ciência, se firmar apenas na existência do primeiro. O autor lembra que isso só foi possível “[...] na medida em que o preconceito da razão nos obriga a estipular unidade, identidade, duração, substância, causa, materialidade, ser”, (NIETZSCHE, 2006, p. 27-28).

Para tanto, num primeiro momento, Nietzsche deixa a entender que defende como única possibilidade de realidade a existência do mundo da aparência, esse que nos é dado pelos nossos sentidos. Gonring (2007, p.53) afirma que o pensamento de Nietzsche consiste na tese de não existir o mundo “verdadeiro” dos filósofos metafísicos e das religiões, tampouco a realidade concreta do mundo aparente, que ele define como sendo uma interpretação dos nossos sentidos, ou seja, uma valoração sobre as coisas e fenômenos.

---

<sup>6</sup> In: RUSSELL, Bertrand. História da Filosofia Ocidental. São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 1957, p. 351. Trad. Brenno Silveira).

### 3. JORNALISMO: HISTÓRIA E CONTEXTOS

O Jornalismo é a procura e a divulgação de informações por meio de veículos de comunicação, como jornais, revistas, rádio, TV e Internet. O jornalista é o profissional da notícia. Ele investiga e divulga fatos e informações de interesse público, redige e edita reportagens, entrevistas artigos, adaptando o tamanho, a abordagem e a linguagem dos textos ao veículo e ao público a que se destinam. Senso crítico, capacidade de expressão, domínio do português e de técnicas de redação são fundamentais no exercício da profissão. Ele precisa dominar, também, os softwares de edição de textos e de imagens (ROMANCINI e LAGO, 2007).

O jornalismo permeia os vários campos do saber e do comportamento humano e relaciona-se com o advento da necessidade da comunicação primitiva e os meios tecnológicos dominantes nos dias atuais.

#### 3.1 HISTÓRICO NO MUNDO

Acredita-se que o ato de divulgar notícias surgiu há muito tempo atrás, antes mesmo do exercício da escrita. Para Temer:

Essa necessidade de informação não é algo novo. Uma revisão histórica da comunicação mostra como a necessidade de notícias, de saber das “novidades”, é inerente a diversas sociedades. Em parte, esse fenômeno é relativo à própria sobrevivência, como seria o caso de informações sobre a caça ou a pesca, quando tais atividades eram mantenedoras da comunidade. (TEMER, 2003, p.36)

Jorge Pedro Sousa afirma que “o jornalismo vai buscar a sua origem mais remota aos tempos imemoriais em que os seres humanos começaram a transmitir informações e novidades e a contar histórias” (SOUSA, 2009, p.5). Poderia ser por uma questão de necessidade, pois segundo o autor “nenhuma sociedade, mesmo as mais primitivas, conseguiu sobreviver sem informação, quer por entretenimento, quer ainda para preservação da sua memória para gerações futuras”. Neste mesmo pensamento, Luiz Beltrão acredita que a gênese do jornalismo existe desde o homem das cavernas, quando este informava os fatos ocorridos durante o dia:

Conforme Sousa (2009, p.5), “algumas pinturas rupestres, são testemunhos iconográficos deixados pelos nossos ancestrais de acontecimentos relevantes da sua vida

quotidiana, embora possam ter tido outras finalidades, artísticas ou mesmo místicas e mágicas.”

Beltrão acrescenta que a construção da informação se deu desde os primórdios, na pré-história, quando os homens registravam seus feitos com escritas em pedra, pau, metal, barro, concha, fibra, pele e papel e buscavam transmitir a informação rudimentar de algum acontecimento contemporâneo, conservado pelos símbolos. Além disso, existem documentos na China com registros acerca do dilúvio que datam 2.200 A.C., e informações gravadas nas rumas Maias por meio de sinais.<sup>7</sup>

O homem das cavernas ou o silvícola, que não conhecia a escrita, que apenas esboçava a vida em comum. Nada obstante, esse homem fazia jornalismo, o que vale dizer que transmitia aos seus semelhantes, à sua tribo, com regularidade e frequência, interpretando-os, os fatos correntes que interessavam à comunidade: — o resultado da caça ou da pesca, a aproximação de animais ferozes e cataclismas, a escolha dos chefes, o relato das suas batalhas. (BELTRÃO, 1960, p. 16)

Beltrão ainda afirma que:

Entre as populações primitivas, a fogueira era (e ainda o é) um meio habitual de indicar perigo e convocar auxílio. Sabemos da narrativa da primeira guerra macedônia, que as tropas de Felipe se orientavam por fanais, colocados sobre o monte Tisé. Aliás, os gregos utilizavam a conjugação de sinais luminosos para se informarem de fatos ocorridos a uma distância de três ou quatro dias. Cesar, nos seus Comentarii de Belo Gailica, registrou que qualquer acontecimento de vulto alastrava-se através da Gália “porque os Gauleses o gritavam uns aos outros através de campos e vilas; assim, o que se passava em Genabo de madrugada era ouvido à tarde Pos Arvernos, a 160 milhas de distância. (BELTRÃO, 1960, p.17)

Em Roma, com a construção do Império Romano as notícias do ano eram gravadas numa tábua branca, chamada de *Album*, que era exposta nos muros para que a população tomasse conhecimento dos fatos. Posteriormente o Império se expandiu e o

---

7 Os mais antigos documentos conservados e decifrados dos tempos heróicos são a inscrição gravada por Yu, o Grande, sobre o monte Heng-Chan, na China, cerca de 2.200 AC, registrando o cataclisma do dilúvio, e o chamado Mármore de Pwros, encontrado no Século XVI e levado à Inglaterra pelo conde de Arundel, através do qual se pode acompanhar, dia a dia, a fundação de Atenas. Flavius Josephus afirma que os babilônios contavam com historiógrafos, encarregados de escrever o resumo dos acontecimentos públicos e que teria sido utilizando esse material que Bérose compôs, no Século III AC, sua História da Caldéia. (BELTRÃO, 1960, p. 16)

Estado se interessou em ampliar essas informações. Foi quando os *Anais dos Pontífices* se transformaram numa espécie de jornal oficial, o *Acta Pública*. Posteriormente César ordenou a criação do *Acta Diurna* de forma que as atas do senado e as ocorrências de interesse público fossem divulgadas diariamente. Porém com a queda do Império Romano esses modelos desapareceram.

Rizzini afirma que na Idade Média, a informação regrediu de palavra escrita à palavra falada:

Regrediu a informação à era heróica dos rapsodos, transmitindo as novidades de boca em boca, na poesia e no canto dos tropeiros e jograis... A Idade Média foi, à força, a idade da palavra falada: - os poucos indivíduos que sabiam escrever não tinham como, nem a quem fazê-lo... Até o Século XI, as notícias difundiam-se pelas cantilenas - estrofes breves e atuais, meio líricas meio narrativas - cujo fundo seria largamente aproveitado na composição de gastas e canções. Peregrinando por vilas e castelos, os jograis, ao lado do lirismo das baladas e pastorelas, dos lais e cantigas de amor e de amigo, entoadas ao som de sanfonas, rotas, violas e saltérios —cantavam e recitavam gastas, que eram a história popular do tempo, e contos facetos e satíricos, inspirados em discórdias e agitações, verdadeiras gazetas rimadas”( RIZZINI, 1956, p.12-13)

No Renascimento, surgem “as folhas escritas à mão, geralmente de interesse para comerciantes e navegadores” (BELTRÃO,1960, p.18). Dentre essas publicações destacam-se os *avvisi venezianos*, as news letters inglesas do século XIII e os *Ordinari Zeitungen* dos mercadores alemães, que constituíram, antes do surgimento da arte de imprimir, veículos da informação dos fatos correntes, se bem que restritos a um público limitado. Essas informações também não tardaram a ser consideradas perigosas à civilização e à ordem dominantes.

Após a descoberta da tipografia, da imprensa e da revolução nos métodos de divulgação das informações, no século XV, ocorreu nos dois séculos seguintes “a mais cruel repressão de que há história” (BELTRÃO, 1960, p.18), devido à tremenda força que os impressos passaram a representar para a difusão dos conhecimentos e orientação da opinião pública.

Nada obstante, os antigos “menanti”, “novellanti”, “repportisti” e “gazzettanti” - nomes que se davam aos repórteres e redatores das

folhas manuscritas - se multiplicaram, agora unidos aos impressores, que se advertiram do bom negócio que representava a emissão de folhas com relatos de fatos da atualidade. (BELTRÃO, 1960, p.18)

Os soberanos perseguiram os escritores/impressores em geral, mas logo também passaram a utilizar a imprensa como veículo de informações de seu interesse:

Assim, em 1597, Rodolfo II, imperador, reúne os editores mais capazes para elaborar um mensário com notícias do Santo Império Romano - Germânico; e Luis XIII, na França, concede a Theophraste Renaudot o privilégio de publicar um hebdomadário - La Gazette - que, além de informações políticas inteiramente favoráveis ao governo real e do texto das ordenanças oficiais, inseria notícias de nascimentos, matrimônios, festas, divertimentos dos principais personagens da corte, bem como crimes, processos, catástrofes e execuções. (BELTRÃO, 1960, p.18)

No século XVII a imprensa é difundida por toda a Europa civilizada e na Nova Inglaterra, e em 1638, “em Cambridge, Mass., Stephen Daye instala uma impressora. É também nesse século, exatamente em 1644, que Milton publica a sua Aeropagítica, que é a primeira defesa sistemática da liberdade de imprimir.” (BELTRÃO, 1960, p. 19)

Em 1927, a American Newspaper Publishers Association proclamou que a difusão de notícias pela rádio estimulava a venda de jornais (BELAU, 1981, apud MEDITSCH, 1999, p. 24). De algum modo, a rádio aumentava o interesse dos ouvintes. Uma história breve do jornalismo no Ocidente pelas notícias, levando-os a comprar os jornais para se inteirarem mais profundamente da informação. Todavia, a crise econômica de 1929 inverteu a posição dos editores de jornais, que receavam que a rádio lhes tirasse leitores. Por isso, ocorreu uma verdadeira guerra entre jornais e rádios, não apenas nos Estados Unidos, mas também na Europa. A pressão dos editores de jornais houve várias consequências.

Segundo Lewis e Both (1989, p. 85), citados por Eduardo Meditsch (1999, p. 25), na Inglaterra o governo só autorizou a transmissão de notícias pela rádio depois de elas serem publicadas na imprensa, e somente a partir de uma determinada hora. Nos Estados Unidos, em 1932, as grandes agências de notícias negaram-se a fornecer informação às rádios e estas foram obrigadas a respeitar limites na difusão de informações: um máximo de dois noticiários por dia, veiculados após a saída dos jornais, e com notícias limitadas a um máximo de 35 palavras (BELAU, 1981, p.53,

apud MEDITSCH, 1999, p.25). Na França, até 1937 as rádios só podiam realizar duas reportagens por semana, emitidas três horas depois da saída dos jornais.

Sousa (2009, p.226) acrescenta que pode dizer-se que depois da II Guerra Mundial, acompanhando alguma liberalização no setor da radiodifusão, a situação evoluiu favoravelmente para a rádio, beneficiando da hegemonia que o medium teve durante o resto da década de quarenta e até mais em alguns países.

Meditich (1999, p.21) explica também que o radiojornalismo revolucionou a ideia de reportagem, com as transmissões ao vivo, por vezes em simultâneo de vários locais, acentuando a sensação de ubiquidade (a rádio pode estar em todo o lado). Da rádio pomposa e “oficial” dos “senhores ouvintes”, passamos à rádio mais íntima “para si que está aí e me escuta”.

Sousa (2009, p.227) questiona: como evoluirá, então, a rádio no futuro próximo? Deve-se salientar também a respeito da evolução da televisão, que segundo Sousa:

Hoje em dia, novos desafios se abrem à televisão e, em consequência, ao telejornalismo. A televisão digital terrestre, por exemplo, poderá permitir a recepção de centenas de canais de excelente qualidade. A convergência da informática, da televisão e das telecomunicações poderá, por seu turno, conduzir à televisão a la carte, em que o telespectador escolhe os conteúdos que quer consumir e a altura em que quer consumi-los, um pouco como acontece já com vídeo e DVD, que competem com as emissoras pela atenção do telespectador. (SOUSA, 2009, p.239)

E por fim, podemos usufruir a chegada da Internet. Segundo Sousa (2009, p.239), a Internet é uma rede de redes de computadores. Mais propriamente, nas palavras de Bastos (2000, p.22), não uma rede única, “mas um conjunto de milhares de redes de computadores globalmente distribuídas e cooperativamente organizadas”. Sousa (2009) acrescenta que as redes associadas à Internet variam muito em área coberta e em número e tipos de computadores. Enquanto meio, ou suporte, a Internet não é propriamente um mass media, pois, se por um lado permite a veiculação massiva de informação, por outro também permite ao receptor ser simultaneamente emissor, permite a comunicação interpessoal, a interatividade, a seleção, a escolha de um caminho de navegação.

Mas “o sucesso das redes só foi possível devido ao aparecimento do primeiro programa capaz de realizar pesquisas na World Wide Web, o Mosaic, em 1992, e à

simplicação dos comandos necessários para navegar na rede” (SOUSA, 2009, p.240).

Para tanto Sousa afirma que:

foi em 1994 que começaram a aparecer portais, incluindo portais de provedores de serviços Internet, que integravam conteúdos jornalísticos como forma de atrair os cibernautas, opção facilitada pela concentração horizontal da propriedade (grupos que agrupam empresas mediáticas e empresas de Internet). O pioneiro foi o Nando.Net, que incluía no portal o acesso ao Nando Times. Alguns dos conteúdos e serviços disponíveis no portal eram pagos, outros gratuitos, prefigurando já a evolução para o atual modelo de negócio do ciberjornalismo, que, embora faculte alguns conteúdos de acesso livre, cobra pelo acesso a outros. (SOUSA, 2009, p.252)

Desta feita, prossegue o autor, “a tendência é para se passar de um modelo de acesso livre à informação jornalística, financiado pela publicidade, para um modelo de conteúdos pagos (total ou parcialmente)”. Para Sousa, “a concentração da propriedade dos meios on-line, potenciada pela concentração da propriedade dos meios originais, favoreceu a via da cobrança pelo acesso à informação”.

E portanto, deve ser levado em consideração o que disse Lima em relação ao acesso à informação e à inclusão digital:

é necessário entender que a inclusão digital passa pela ampliação da cidadania, da inserção das camadas menos privilegiadas no mercado de trabalho da era da informação e de uma formação sociocultural e educacional capaz de levar o indivíduo a fazer frente ao “dilúvio informacional” dos tempos modernos. (LIMA, 2003, p.171)

Por fim, de acordo com Sabbatini (2004, p.3) podemos notar que, no que se denomina uma “história universal”, há uma absoluta predominância dos países ocidentais, especialmente os já mencionados países de referência. No caso de Espanha, incluída pelo fator da autoria, e da América Latina, pelas relações idiomáticas, históricas e acadêmicas, prevalecem as análises comparativas mais do que o relato das contribuições específicas que a tradição latina possa ter proporcionado ao jornalismo, como por exemplo o jornalismo literário e de crônica de Gabriel García Márquez e de Mario Vargas Llosa. Como também nota Mitchell (2000), à parte das histórias exclusivistas do jornalismo de cada nação, uma prática frequente nos meios acadêmicos

e principalmente nos Estados Unidos, evidencia-se a necessidade de internacionalizar o estudo histórico do jornalismo, de forma que conexões, comparações e questões fundamentais que permanecem virtualmente desconhecidas venham à luz e enriqueçam este campo da pesquisa e história do jornalismo.

### 3.2 HISTÓRICO NO BRASIL

Para Romancini e Lago (2007, p.19), “o surgimento da imprensa e do jornalismo no Brasil ocorreu oficialmente quatorze anos antes da separação do Brasil de Portugal.” Os autores acrescentam que alguns dos fatores que levaram a esse atraso foram: o processo de colonização voltado para a produção de bens para serem exportados, que impediu o desenvolvimento interno; a predominância da ação ao analfabetismo e o comportamento indígena em relação ao aprendizado do português; a falta de urbanização; a falta de iniciativa estatal em relação ao processo colonização do território; a posição periférica do Brasil diante do capitalismo mundial, já que sua economia girava em torno da produção de bens agrícolas e a rigorosa censura por parte de Portugal em relação à imprensa.

Em 1808, com a chegada do Príncipe Regente ocorreram importantes transformações, dentre elas, a abertura de portos, investimentos em economia e urbanização, criação de museus, bibliotecas e escolas. Houve também a criação, *Imprensa Régia* (que durou 14 anos), caracterizada pela censura prévia do Governo, que zelava para que não fosse impresso nada contra a religião, o Governo e os bons costumes. Desta feita os primeiros jornais do país foram *A Gazeta do Rio de Janeiro* (de chapa branca) e o *Correio Braziliense*, de caráter combativo. Todavia este momento da imprensa Nacional passa por mudanças profundas onde o Jornalismo no Brasil vai receber influência direta em relação às transformações ocorridas no mundo, mudanças de cunho tecnológico, humano, de forma e de conteúdo.

Entre o fim do século XIX e início do século XX a imprensa periódica passa a se desenvolver mundialmente e começa a atingir a grande massa da população. Surgem as agências de notícias, responsáveis por suprir o noticiário internacional dos jornais. Após o fim da Primeira Guerra Mundial, o monopólio de agências, que antes era detido pela Inglaterra, França e Alemanha, passa a ser dos Estados Unidos. Com isso, o modelo de produção jornalístico dos EUA difunde-se mundialmente, influenciando os jornais, inclusive os do Brasil, com ideologias voltadas para a liberdade de imprensa e objetividade. Estabelecem-se padrões de produção como o lead, o uso da pauta e a

padronização gráfica, além da adoção do ombudsman. (ROMANCINI e LAGO, 2007, p.19)

Em termos históricos, o período de transição do jornalismo no Brasil ocorre na primeira fase da república quando ele deixa de fazer parte de um processo de produção artesanal para tornar-se um negócio, uma empresa estruturada. Por consequência disso, ele perde seu caráter opinativo, sendo substituído pelo jornalismo de informação. Mendonça (2012, p.1) afirma que nesse período surge Assis Chateaubriand, umas das figuras mais emblemáticas do jornalismo brasileiro, dono de uma rede de jornais – Os Diários Associados – e precursor da implantação da TV no país. Outra figura marcante é Irineu Marinho, pai de Roberto Marinho, que funda o Jornal O Globo. Em contraponto ao caráter empresarial que a grande imprensa assume, surgem jornais produzidos por grupos sociais específicos, como a imprensa negra, o periodismo operário e alguns meios para a divulgação do modernismo.

O rádio surge ainda na década de 30, noticiando, junto aos jornais impressos, os fatos como a Segunda Guerra Mundial. Inicia-se uma nova fase da história brasileira com a revolução de 1930 e a ocupação da presidência pelo gaúcho Getúlio Vargas e suas políticas de caráter populista.

Nesse período, há um controle mais severo da imprensa, ao mesmo tempo em que ela adquire mais força graças à industrialização e a melhoria das condições sociais, que aumentaram o mercado consumidor. (ROMANCINI e LAGO, 2007, p.21)

Durante a revolução Constitucionalista em 1932, ficou clara a influência exercida pelo rádio no processo político brasileiro, com emissoras que apoiavam a elite paulista em defesa da reconstitucionalização do país.

Em 1937, com a institucionalização do regime ditatorial, a repressão à imprensa é ainda mais intensificada: novos jornais são proibidos e as liberdades civis são desrespeitadas. É nesse clima repressivo que ocorre uma descendência na arte da caricatura de imprensa. Segundo Romancini e Lago (2007) em 1939, o governo cria o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Esse órgão era responsável por coordenar a censura ao jornalismo, controlando e manipulando a opinião pública. Além disso, eram exibidos programas radiofônicos e cinejornais de exibição obrigatória em cinemas, que tratavam o Estado Novo como “o ápice dos ideais da Revolução de 1930”.

Com essa política de produção de sua própria imagem, Getúlio Vargas ficou conhecido como o “o pai dos pobres”.

Anos mais tarde, um exemplo da forte influência exercida pelos meios de comunicação foi sua capacidade de dar visibilidade à campanha para presidência de Fernando Collor de Mello, eleito em 1989 e mais tarde, de provocar, por meio de denúncias, o processo de impeachment, que levou a renúncia do então presidente e à prisão de seu aliado Paulo César Farias.

A partir de 1992, sucederam-se os governos de Tancredo Neves e Fernando Henrique Cardoso. O conturbado período econômico, caracterizado pela alta inflação, fez com que o “Plano real” (que estabilizou a inflação) desse grande popularidade a FHC, um dos motivos pelos quais o ex-presidente elegeu-se duas vezes. Entre as medidas de seu governo estão a abertura e a privatização do setor de telecomunicações, com a criação da Agência Nacional de Telecomunicações, a ANATEL. Esse período de privatizações é justamente o apontado por muitos pesquisadores como maior responsável pela oligopolização do setor. (ROMANCINI e LAGO 2007, 22).

Ainda segundo os autores, foi a partir da década de 1990 que a internet passou a ganhar popularidade no Brasil, em especial com a introdução de provedores gratuitos como o IG. Nessa época surge a primeira versão de jornal on-line, a do Jornal do Brasil. A TV a cabo também é iniciada pelos grupos Abril (TVA) e Globo (NET).

Depois de dois mandatos consecutivos de Fernando Henrique Cardoso, em 2002, Lula assume a presidência do Brasil, e foi quando o governo brasileiro atuou na criação de órgãos de regulamentação da área, como a Agência Nacional para o Cinema e o Audiovisual (Ancinav) e o Conselho Federal de Jornalismo (CFJ). O CFJ durou pouco tempo graças às duras críticas feitas pelos grandes conglomerados de comunicação, que acusavam o governo Lula de ser contra a liberdade de imprensa. A falta de empenho do governo em levar a discussão a diante, inclusive entre os setores da sociedade, fez com que as medidas adotadas se tornassem insuficientes.

Por fim, conforme Palacios (2010, p.44) o Brasil passou a fluir não apenas de modo continuado, mas também em forma multilinear e personalizável, nas muitas telas que compõem o nosso contemporâneo de mídias convergentes, múltiplas interfaces e plurivocalidades. Sinaliza-se porventura o fim do jornalismo? Tendo tantas e tão variadas possibilidades de informação à simples distância de um clic de mouse,

tornando-nos não só consumidores, mas também produtores de informação globalizada e em rede, podemos dispensar os intermediários e determinar nossas próprias agendas, sem necessidade daqueles que a Modernidade erigiu como nossos principais fornecedores da informação de cada dia? Longe disso. Há uma década já ficava clara a ilusão da possibilidade de tais descartes de intermediação:

(...)comunicação direta, sem mediações, como uma mera performance técnica. Isso apela para sonhos de liberdade individual, mas é ilusório. A Rede pode dar acesso a uma massa de informações, mas ninguém é um cidadão do mundo, querendo saber tudo, sobre tudo, no mundo inteiro. Quanto mais informação há, maior é a necessidade de intermediários – jornalistas, arquivistas, editores etc – que filtrem, organizem, priorizem. Ninguém quer assumir o papel de editor-chefe a cada manhã (WOLTON, 1999, p. 85)

Os novos modos de operação da economia contemporânea, que fazem da atenção, segundo Goldhaber (1997) o produto verdadeiramente escasso em meio à superabundância de informação, tornam ainda mais indispensáveis as habilidades dos que filtram. E é em novas bases que se processa a atividade de filtragem jornalística neste mundo dos “tempos reais”.

## 4. TELEVISÃO

### 4.1 UMA CRÍTICA INCLUSIVA SOBRE CRIAÇÃO E CRIADORES

É inquestionável o fato de a televisão fazer parte do nosso cotidiano. Particularmente no Brasil, a TV tem uma audiência significativa e está presente em mais de 90% dos lares. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio (PNAD) feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em novembro de 2013, existiam 97,2% de domicílios com TV no Brasil.

Para compreender melhor este meio, será feito um apanhado sobre autores que se dedicam a compreender a televisão. A revisão se inicia por Arlindo Machado (2000), que critica os dois tipos de determinismo, nos quais se apóia a grande maioria dos autores: o modelo de Adorno e o modelo de McLuhan.

Adorno está mais centrado na crítica estrutural do capitalismo, na qual a televisão aparece como vilã, ou seja, um instrumento “mau” por natureza; Já McLuhan numa visão de mundo menos rancorosa, entende que a televisão tem um potencial transformador, apesar da sua estrutura abstrata e, do modelo genérico e fragmentado de seus processos de produção.

Na visão crítica de Machado, ambos os autores, no entanto, caíram no mesmo erro por terem analisado o veículo em seus aspectos gerais e, não a partir de sua programação. Nas palavras do autor, o contexto, a estrutura externa e a base tecnológica, também contam. Isso parece evidente, mas eles nada explicam se não atinarem àquilo que mobiliza tanto produtores quanto telespectadores, que são: as imagens e os sons que constituem a mensagem televisual. Retirando portanto, a televisão do purgatório especializado dos sociólogos, tecnólogos e estrategistas de marketing. Logo, diante disto será possível pensar e falar de qualidade em televisão, por mais controverso que seja o tema. Para tanto, conceituando televisão, Arlindo Machado expõe que:

Televisão é um termo muito amplo, que se aplica a uma gama imensa de possibilidades de produção, distribuição e consumo de imagens e sons eletrônicos: compreende desde aquilo que ocorre nas grandes redes comerciais, estatais e intermediárias, sejam elas nacionais ou internacionais abertas ou pagas, até que acontece nas pequenas emissoras locais de baixo alcance, ou o que é produzido por produtores independentes e por grupos de intervenção em canais de acesso público. (MACHADO, 2000, p.19-20).

Ainda segundo Machado, a televisão é, e sempre será aquilo que nós decidirmos e fizermos dela. Temos o livre arbítrio sobre o que vamos ver ou fazer, quando alguma coisa irá merecer atenção e esforço de interpretação. Até mesmo quando discutimos, rejeitamos ou apoiamos determinadas políticas de comunicação, não deixamos de contribuir para a construção de um conceito e uma prática de televisão. Deste modo, é possível estudar a televisão como fenômeno de massa de grande impacto e verificar a extensão de sua influência ou como um dispositivo audiovisual através do qual as civilizações podem exprimir seus anseios, dúvidas, crenças, descrenças, inquietações, descobertas e vãos de sua imaginação. Porém o mais importante é a qualidade da programação assumida em cada um dos enfoques.

No Brasil a televisão aberta, ou seja, recebida de forma livre e gratuita pelo público, mesmo concorrendo com novos meios de informação, ainda é o principal meio de comunicação, desfrutando de posição dominante no que se refere à audiência e à credibilidade. Para Venício de Lima (2001, p.11) a posição da televisão como mídia dominante contemporânea iguala países desenvolvidos e subdesenvolvidos. O autor acrescenta que a televisão quebra a necessidade da conexão entre presença física e experiência, tendo o poder de construir o real; transforma o homo sapiens em homo ocular – vemos a televisão em vez de ouvi-la, sentimo-nos bem ou mal em vez de pensar sobre seus argumentos, respondemos a ela emocionalmente e não racionalmente; tornou-se cada vez mais difícil a distinção entre o que percebemos como ficção e como realidade; segundo Lima (2001, p.195-196) é o espaço, por excelência, de construção da cultura mítica no mundo contemporâneo.

Nesse contexto, vale demarcar três grandes marcos no que diz respeito à televisão brasileira, demarcados por Stefanelo (2008, p.100): onde o primeiro se dá em 18 de setembro de 1950, entrou no ar a primeira emissora de TV no Brasil, a TV Tupi, transmitindo em preto e branco a partir de sua sede, no centro de São Paulo. Poucas pessoas presenciaram o momento histórico: “havia apenas 200 aparelhos de TV em toda a cidade, comprados pelo próprio Assis Chateaubriand, fundador da emissora, e espalhados por pontos estratégicos” (STEFANELO, 2008, p.100)

O segundo marco ocorreu em 19 de fevereiro de 1972, quando foi feita a primeira transmissão oficial de TV em cores no Brasil, com a exibição da Festa da Uva em Caxias do Sul, no Rio Grande do Sul, pela Rede Globo, seguindo o sistema de transmissão PAL-M. Antes disso, já haviam sido feitos testes com transmissão a cores seguindo o padrão norte-americano, o NTSC, em 1962 (pela TV Excelsior) e 1963 (pela TV Tupi). A Copa do Mundo de 1970 foi vista a cores, também no padrão norte-

americano, por poucos privilegiados em salas montadas pela Embratel em São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília.

E por último, em 02 de dezembro de 2007, a TV entrou para a história brasileira novamente. Neste dia começou, na cidade de São Paulo, a transmissão oficial do sinal do "Sistema Brasileiro de Televisão Digital", o SBTVD. E isso representa o fim da TV em seu formato atual. Para os radiodifusores, a digitalização da transmissão dos sinais de televisão era premente a fim de que possam competir com paridade de armas em relação às outras mídias que já foram digitalizadas - todas, com exceção do rádio de transmissão livre e gratuita -, para as quais vem, paulatinamente, perdendo audiência. Por isso, Geórgia Moraes (2003, p.1) chama a atenção para o:

potencial tecnológico imenso que, se bem explorado, trará enormes benefícios para a sociedade. A utilização da tecnologia digital precisa, contudo, de uma orientação, pois a sua adoção por si só não trará os resultados esperados. E essa orientação deve ser concretizada em uma política pública que estabeleça o modelo de exploração da transmissão digital de televisão, garantindo que os princípios constitucionais previstos para o serviço de radiodifusão de sons e imagens sejam cumpridos e, seus efeitos aprimorados (MORAES, 2003,p.1).

Dominique Wolton (1994, p.172) vem afirmar que a televisão é o instrumento mais democrático de comunicação, porém na condição de permanecer a um certo nível de comunicação, não substituindo outras formas comunicativas, ainda que estas sejam mais arcaicas, como o rádio, o texto escrito e o texto oral. Para ele, a televisão é inseparável de um espaço público nacional, o que liga a idéia de grande público à de coletividade nacional. Ainda segundo o autor, a televisão seria um instrumento de abertura a partir de um quadro limitado, seria uma forma de vínculo social para além da sua função de comunicação.

Para Machado (2000, p.20) , tais questionamentos subsistem dentro de uma perspectiva muito mais ideológica e lúdica do que de fato norteia a televisão, onde se propõe e se sedimenta em relação à sociedade, muito mais em seus aspectos positivos do que negativos.

Segundo Ferreira (2007, p.1), no Brasil, a primeira transmissão experimental de televisão ocorreu durante o Estado Novo, em 2 de junho de 1939, patrocinada pelo governo de Vargas.

O desenvolvimento da televisão ficou relegado a segundo plano, uma vez que todo o esforço da produção industrial passou a se voltar para fins bélicos. A partir da década de 1950, o mundo passou por profundas mudanças tecnológicas que acabaram por definir novos hábitos e costumes. A televisão era uma dessas inovações introduzidas na vida das pessoas.

Em 1947, Assis Chateaubriand começou a pensar na implantação de uma estação de televisão no Brasil, que viria se chamar TV Tupi. “Para viabilizar audiência, Chateaubriand contrabandeou 200 aparelhos de televisão e os colocou em pontos estratégicos da cidade de São Paulo” (STEFANELO, 2008, p.100). Essa foi a maneira que Chateaubriand encontrou para que a programação da emissora fosse assistida pela população.

A década de 1950 no Brasil foi, portanto, marcada pela implantação da televisão, pela supremacia das empresas Associadas e pela busca de uma nova linguagem para esse novo veículo que surgia, bem como de aprimoramento técnico para a instauração dessa nova mídia. O primeiro telejornal da televisão brasileira foi Imagens do Dia, que nasceu com a TV Tupi. Entretanto, o primeiro telejornal de sucesso, foi o Repórter Esso, com estréia em 1953, também nessa emissora, e que ficou no ar por quase vinte anos.

Mas foi a TV Rio que inovou fazendo a primeira transmissão por microondas entre São Paulo e Rio de Janeiro, apresentando programas noticiosos, como o Telejornal Pirelli, apresentado por Léo Batista e Heron Domingues. Ao terminar o contrato com a Pirelli, o telejornal passou a se chamar Jornal Nacional, patrocinado pelo Banco Nacional.

A propriedade dos canais de televisão mudava por conta de crises financeiras e falta de planejamento por parte de seus proprietários. Em 1965, iniciou-se a transmissão do Canal 4, no Rio de Janeiro, sob a propriedade do empresário e jornalista Roberto Marinho.

Para viabilizar e formar uma rede nacional de televisão, Marinho associou-se ao grupo norte-americano de mídia Time-Life<sup>8</sup>. O primeiro telejornal em rede nacional foi criado pela TV Globo, em 1 de setembro de 1969, com locução de Cid Moreira e o Hilton Gomes. Nessa linha, o telejornal reunia as características de ser um

---

8 O acordo feito entre Marinho e o grupo norte-americano infringia a Constituição Brasileira e o Código Penal. Os investimentos feitos no Brasil sempre ficaram à margem da legislação vigente, e, portanto, a televisão brasileira tem, já no seu histórico, um caráter de desregulamentação, desrespeito às leis, inconstitucionalidade, bem como, um “apadrinhamento” do poder político da época que fazia vista grossa à atuação ilegal de Marinho.

fator de integração nacional, aspecto valorizado pelo governo naquele momento. Foi o primeiro telejornal a apresentar reportagens em cores, a mostrar, via satélite, imagens de acontecimentos internacionais no mesmo instante em que elas ocorriam.

Pouco a pouco, a TV Globo começou a liderar a audiência com sua programação diversificada e de qualidade técnica superior a de outras emissoras.

A TV Record entrou no ar no dia 27 de setembro de 1953 com uma programação musical. Naquela época, apenas a TV Tupi estava no ar na televisão brasileira. Nos seus primeiros anos de existência, a TV Record dedicou-se à veiculação de programas musicais e esportivos. A emissora tinha, ainda, programas infantis, de auditório e humorísticos.

Com o início da participação do empresário Silvio Santos na TV Record, a programação passou por uma reestruturação e expansão da sua atuação em São Paulo, bem como de sua programação. Todavia, foi apenas em 1991 que, ao mudar o controle acionário da televisão, o jornalismo passou a ser o carro-chefe da programação da TV Record, que, por sua vez, se tornara rede de televisão.

Essa breve abordagem histórica nos faz perceber que a TV no Brasil desde a década de trinta passou por mudanças profundas desde seu início até os dias atuais, mas foi germinada pelas elites pensantes e os Governos Totalitários.

Não podemos negar que a televisão brasileira é também fruto de uma relação com o Governo Militar, do uso da tecnologia para deslumbrar (e não para fazer pensar), de um virtual monopólio da informação, de relações tormentosas com o consumo. Tudo isso e mais arrojado, pesquisa, profissionalismo e audácia. Temos orgulho da televisão produzida no Brasil, mas temos vergonha do seu passado, desconfiança do seu presente, e esperanças daquilo que será seu futuro. (TEMER E TON DATO, 2009, p.174)

Portanto Temer e Tondato (2009, p.174) colocam que “a televisão brasileira é também um espelho – algumas vezes distorcido, é verdade, mas ainda assim um reflexo - onde o país vê a sua imagem e as suas contradições”.

Partindo para o conceito de televisão como espaço público, pode-se observar que a televisão aberta brasileira é a estrutura comunicativa mais importante para grande parte da população. E para compreender como esse espaço foi construído se faz necessário saber quais suas peculiaridades, qualidades e atributos. Para tanto, com o surgimento da televisão na década de 1950, houve incentivos por parte de canais de televisão e do governo para que a população pudesse ter acesso aos aparelhos

televisores. Esse interesse do governo vinha da intenção de utilizar a TV como instrumento eficiente para a manutenção do poder e da ideologia dos grupos dominantes da época. Nesse ensejo, Ferreira (2007, p.34) afirma que:

A televisão enfrentou alguns obstáculos para se estabelecer. Era necessário criar uma nova linguagem para esse novo meio. Com o passar dos anos, mediante a contratação de alguns profissionais estrangeiros para trabalhar no Brasil e constantes ajustes no modo de fazer televisão e jornalismo televisivo, essa estrutura midiática se constituiu tal como é hoje. Dinâmica, com uma linguagem de fácil entendimento, rápida, aliando recursos de áudio e vídeo, a televisão foi conquistando, garantindo e dividindo espaço com o jornal impresso e o rádio. (FERREIRA, 2007, p.34)

Segundo Ferreira houve outro motivo para essa nova mídia ter se expandido rapidamente. A autora acredita que isso se dá porque a população, em sua maioria, era de baixa renda. A televisão foi ganhando espaço, representatividade e credibilidade perante o público por não ser paga. Outro fator importante é a associação da imagem ao som, onde as pessoas ouvem e vêem ao mesmo tempo e também a questão do analfabetismo.

Com base nisso, Bucci e Kehl (2004) afirmam que o espaço público no Brasil começa e termina nos limites postos pela televisão. Para os autores o país se informa sobre si, situa-se dentro do mundo e se reconhece como unidade. Diante da tela os brasileiros torcem unidos nos eventos esportivos, choram unidos nas tragédias e acham graça, também unidos, das comédias apresentadas no espaço televisivo.

Bucci e Kehl (2004) acrescentam que olhar a televisão é olhar o Brasil e algo maior que o próprio país. “Num país como o Brasil, em que a televisão redefiniu o espaço público e reconfigurou a própria face da nacionalidade” (Bucci e Kehl, 2004, p. 129). Os autores alertam para a presença massiva dessa estrutura comunicativa em uma sociedade que não lê muito. Para eles a televisão acaba por desfrutar uma condição de monopólio da informação, pois dialoga sem que outras mídias a contraponha, uma vez que a televisão é capaz de atrair duas vezes mais público do que todos os meios impressos (livros, jornais e revistas).

A televisão tem o poder de suprimir o pensamento de forma que o imaginário acaba precipitando a fantasia em ação, e devido a sua supremacia, a televisão é vista como sinônimo de poder uma vez que ela se confunde com o próprio poder.

Nesta pesquisa vale analisar a importância da televisão no processo de aprendizagem do aluno. É justamente em função do poder que a TV representa que ela é o foco de muitas críticas.

“De maneira acentuada, o espaço público da imprensa não está aberto às classes mais pobres, a não ser quando essas se vêem em meio a acidentes, assassinatos, conflitos, tragédias e elevado número de mortos” (Silva, 2002, p.47). O autor acrescenta que, embora a mídia seja uma praça pública, ela é seletiva. Por isso, às vezes é comum um drama humano individual aparecer no telejornal, enquanto um drama coletivo não merecer a mesma atenção, posto que as estruturas comunicativas, apesar de cada vez mais interagirem com seus públicos, se utilizam do falso serviço público em favor dos pobres, em geral se aproveitando, da miséria social.

Desta forma, embora em princípio seja uma instância mediadora entre Estado e sociedade, o espaço público midiático dá voz aos cidadãos comuns apenas quando esses se apresentam em situações de dor, desvantagem social, em situações conflitantes e trágicas. Para Ferreira (2007, p. 37), isso acaba revelando uma contradição entre os pressupostos da cidadania e os da aparição pública dos cidadãos, como indivíduos que utilizam essa esfera comunicativa como um espaço de consenso e entendimento.

No ponto de vista de Silva (2002), no jornalismo os fatos noticiosos não constituem apenas incidentes fenomenais, mas, ao contrário, na condição de produtos de empresas jornalísticas, criam eventos, fatos promocionais e mobilizações que se tornam notícia. O cidadão aparece na programação como infrator ou transgressor, e não como sujeito-cidadão capaz de se mobilizar e promover a transformação de uma realidade. Silva (2002) faz, ainda, uma crítica ao jornalismo quando esse apresenta a violência, o crime, a crueldade (às vezes associados à sexualidade) como fato social e público a serem publicamente debatidos e controlados no espaço de debate. Chama esse tipo de jornalismo, que expõe causas individuais ou fatos que não têm interesse público nos noticiários, de protojornalismo (algo primitivo), porque se volta às banalidades do mundo da vida, atendendo a uma demanda emocional, catártica e, por vezes, patológica. Outro ponto de vista expresso por Roberto Amaral (2002, p.75) é de que a imprensa atual – como esfera de mediação por meio da difusão de informação –, ao contrário do que fez historicamente, ou seja, contestou o poder político, cada vez mais se identifica com esse. Essa identificação é proporcional ao desenvolvimento do capitalismo, juntamente com o avanço das empresas de comunicação – cada vez mais comerciais, pertencentes a grandes grupos econômicos que concentram sua

propriedade.

Néstor García Canclini na introdução de seu livro que tem como título “Consumidores do século XXI, cidadãos do XVIII”, critica o descrédito em relação à política, uma vez que esta submete-se às regras do comércio e da publicidade. O autor aponta que os indivíduos têm uma capacidade de consumir superior à capacidade do exercício de sua cidadania plena.

Ferreira (2007), citando Eugênio Bucci e Kehl (2004), entende que a televisão de qualidade deve tratar o telespectador como cidadão e não apenas como consumidor. Para isso, enumeram os direitos do telespectador, entre os quais, deve-se destacar: o direito de ser informado de maneira independente; a importância da construção de bancos públicos de imagens em vídeo; e, finalmente, a participação do cidadão na outorga e no controle do cumprimento dos termos das concessões de canais às empresas privadas.

A ausência de uma relação de respeito ao telespectador, uma relação de horizontalidade entre os atores na produção midiática, finda por prejudicar o pleno exercício da cidadania nessa nova esfera pública moderna. Essa noção evidencia o conflito existente entre espaço público, arena midiática e cidadania.

A grande questão é: como utilizar as mídias para superar essas pretensas desigualdades em favor de uma humanidade onde todos sejam cidadãos. Isto resolve a superação do desenvolvimento às avessas das mídias que hoje é embasado no individualismo e na alienação. Uma vez que se o aprendizado está ligado ao prazer que temos pelas coisas e pelo mundo que nos atrai, como especifica Paulo Freire, a satisfação que a televisão, mídia nos proporciona pode ser a alavanca que move nossa necessidade de conhecimento.

## 5. OS LIMITES DO JORNALISMO NA TELEVISÃO: O TELEJORNALISMO

A televisão, principalmente a de sinal aberto, tem por principal objetivo alcançar grande audiência, e para isso sua tendência volta-se para o entretenimento.

Apesar de ter vocação para o entretenimento, Stephens apud Temer, afirma que a televisão “logrou atrair um novo público para as notícias”. Apesar de a televisão ser considerada espaço de entretenimento, Temer coloca que:

A informação é um produto de consumo, o capitalismo moderno estabelece um sistema que tem como objetivo permitir o acesso, senão universal, pelo menos à grande maioria das pessoas, à informação. Nas sociedades capitalistas modernas, esse papel cabe à imprensa, seja por meio dos jornais impressos, do rádio, da televisão e, numa situação mais recente, da internet. (TEMER, 2003, p.37)

Machado (2000) considera o telejornal um dos gêneros<sup>9</sup> mais conhecidos da televisão e o mais difícil de se estudar. O autor oferece uma definição bastante alinhada com suas preocupações quando expõe que o telejornal é, antes de mais nada, o lugar onde se dão atos de enunciação a respeito de eventos. “Sujeitos falantes diversos se sucedem, se revezam, se contrapõem uns aos outros, praticando atos de fala que se colocam nitidamente com o seu discurso com relação aos fatos relatados” (Machado, 2000, p.3). Na maioria das vezes, as vozes do telejornal são identificadas (os repórteres e as fontes que têm lugar de fala). É uma montagem de vozes, muitas delas contraditórias, cuja estrutura narrativa não é poderosa o suficiente para ditar a qual voz nós devemos prestar mais atenção, ou qual delas deve ser usada como moldura para se entender o resto. Temer (2003, p.45) acrescenta que “o Telejornalismo busca a representação do real mediante de uma comunicação entre as linguagens, relacionando imagem, áudio e gestos, por meio dos signos”.

---

9 Gêneros são categorias a partir das quais podemos agrupar trabalhos semelhantes, que refletem um momento da sociedade, auxiliando a produção e leitura desses trabalhos. Autores diversos (FISKE, FEUER, MARTÍN-BARBERO, WOLF, BORELLI, BALOGH, LOPES) concordam que esta definição pode ser feita a partir das estruturas, da estética, como nos gêneros literários, embora, em alguns casos, salientem a necessidade de diferenciação quando o assunto são os meios de comunicação de massa. Da mesma maneira que na literatura, os textos são categorizados como dramáticos, líricos, épicos. Também a produção dos meios de comunicação segue uma categorização: filmes de ação, musicais, filmes de terror, comédias de situação, shows, programas informativos, telenovelas, música pop, música erudita, reggae, rock, revista de variedades, revista de culinária, livros de ficção, de auto-ajuda, literários, didáticos, entre outros. (TEMER e TONDATO, 2009, p. 29)

Não há muitas variações de modelos de telejornalismo, mas a CNN, depois da guerra do Golfo, assumiu a hegemonia como modelo padrão. Trata-se de um modelo que valoriza as transmissões ao vivo. Segundo Machado, na transmissão ao vivo a televisão se reencontra com a sua história: ela começou ao vivo. O autor acrescenta que nas transmissões ao vivo não são necessárias nem possíveis manipulações para que o tempo do material significativo coincida com o tempo do evento. Ainda que se automatizem os procedimentos, o resultado sempre denuncia uma impossibilidade de se obter nexos unívocos ou qualquer coerência estrutural pré-determinada.

Para o autor, a televisão logra melhores resultados quanto mais a sua programação for do tipo recorrente, circular, reiterando idéias e sensações a cada novo plano, ou então quando ela assume a dispersão, organizando a mensagem em painéis fragmentários.

Nos telejornais, a notícia vem quase sempre personalizada por meio de legendas que especificam quem pode falar. Em algumas ocasiões, a legenda não designa quem fala, mas a origem do material audiovisual que está sendo exibido.

Dada a sua importância, as grades horárias da televisão podem deixar de apresentar um ou outro gênero, mas o telejornalismo ocupa espaço e visibilidade fundamentais para o conceito de rede de televisão. Portanto, o telejornal tem como dever informar, educar, servir, interpretar e entreter. O telejornal é um gênero televisivo, mas analisado de forma fechada enquanto produto jornalístico, é também um conjunto de gêneros jornalísticos. Souza (2004, p.151) explica que o gênero informativo telejornal pode ser definido também como um programa que apresenta características próprias e evidentes e com apresentador em estúdio chamando matérias e reportagens sobre os fatos mais recentes. Souza aponta que nos telejornais é possível identificar apenas dois gêneros: o informativo e o opinativo. Os outros dois gêneros: diversional e interpretativo possivelmente não se adaptam à lógica dos telejornais.

Ao partir desse ponto, Arlindo Machado diferencia os modelos centralizados e opinativos e o modelo polifônico. No primeiro, o âncora, apresentador, tem poderes de decidir sobre as vozes que entram e saem, portanto, de delegar voz aos outros e se torna fonte principal de organização dos enunciados.

O tipo polifônico pode ser chamado de moderno ou pós-moderno, no qual o apresentador aparece como uma voz que expressa a opinião mais esparsa ou mais difusa de um corpo de redatores. No modelo polifônico, o apresentador é um condutor, em geral, impessoal, cuja função principal é ler as notícias.

O enunciado televisual se constrói mediante um discurso indireto com o apresentador chamando o repórter, que irá chamar o entrevistado. No modelo polifônico, também chamado de tradicional ou convencional, tanto apresentador quanto repórter evitam dizer, de forma objetiva, o que pensam sobre o material exibido. Ainda assim, Machado (2000) discorre acerca da objetividade e da imparcialidade que podem ser pontos discutíveis nos dois modelos:

Por sua vez, o modelo “polifônico” de telejornalismo pode ser acusado, não sem razão, de tentar mascarar o fato de que toda produção de linguagem emana de alguém, ou de um grupo, ou de uma empresa, portanto nunca é o resultado de um consenso coletivo, mas de uma postura interpretativa “interessada” diante dos fatos noticiados. No entanto, ao contrário do modelo anterior, ele não pode ser acusado de tentar contra a inteligência do espectador ou de pressupor qualquer incapacidade interpretativa por parte da audiência. (MACHADO, 2000, p.109-110)

Machado acredita ser ingenuidade de outros autores a tentativa de provar que os telejornais não são neutros, objetivos e imparciais, refletindo, portanto, uma produção ideológica. Ele exemplifica:

Se a televisão coloca três opiniões favoráveis ao governo e apenas uma contra, não se pode daí deduzir que o espectador vai necessariamente endossar as opiniões majoritárias. Pode até ser que, a partir das opiniões apresentadas, ele forme uma terceira, nem sequer cogitada na tela. (MACHADO, 2000, p.112)

Ou seja, mesmo que em um telejornal predomine matérias, entrevistas e depoimentos tomados de um dos lados do conflito, e da desconfiança de que a empresa tenha certa simpatia institucional com esse lado, não se pode concluir que o espectador vai fazer uma “leitura” previsível das imagens e dos sons veiculados.

Machado (2000) completa afirmando que mesmo os telejornais opinativos não impedem os telespectadores de uma leitura individualizada e personalizada. Sendo assim, não se pode afirmar que, ao dispor de uma apresentação desigual dos argumentos, do tempo de argumentação, bem como das fontes que estão envolvidas em um conflito mediado pelo telejornal, o veículo necessariamente esteja se posicionando em relação ao assunto proposto. Da mesma forma que a audiência pode ser responsável pelos rumos que a programação da televisão

venha a tomar, é também essa audiência que muitas vezes é representada nessa estrutura comunicativa reprodutora de um simulacro do real? E, como já foi dito, esses simulacros são tão próximos da realidade sensível que é difícil perceber se a realidade objetiva é aquela, do lado de fora, ou a que se vê do lado de dentro do aparelho televisor.

Por ter um grande alcance e exigir uma estrutura de produção grande, a televisão tende a buscar audiência de diferentes classes sociais, econômicas ou culturais. Essa característica se revela um desafio para a produção jornalística, uma vez que o profissional tem de ter um cuidado com a maneira como irá tratar uma notícia, visto que ela será vista e ouvida por pessoas diferentes em diferentes contextos sociais e culturais. Em função disso os produtores tiram proveito do envolvimento, fascínio e sedução que a TV exerce sobre o telespectador, buscando igualmente estabelecer uma relação de familiaridade entre repórteres, apresentadores e os receptores.

Do ponto de vista da composição, o público da TV é bastante diversificado. O modo como este público “vê” televisão também tem implicações importantes. Por exemplo, enquanto o telespectador assiste à televisão, ele pode ter sua atenção dividida entre atividades diferentes, o que pode ocasionar uma dispersão, uma perda parcial ou total da compreensão do material imagético e sonoro que está sendo veiculado.

Em função disso, a superficialidade e a redundância são características do texto televisivo. Este elemento é secundarizado pelo ritmo rápido que impede o aprofundamento e a análise da notícia no telejornal, alterando a compreensão do público em relação ao conteúdo e a forma como os indivíduos anônimos são representados.

Rocco (1991), ao discutir a autoridade no discurso televisivo, afirma que existem falas que se sobrepõem, em importância e verdade, a outras. Há situações em que se reconhece a qualidade e o predomínio de um indivíduo sobre outro ou sobre uma situação. E isso é perceptível nas vozes do telejornal. É notório que, durante a sua produção, o telejornal privilegia uma fonte em detrimento de outra; bem como a maneira como serão dispostas e o lugar que elas vão ocupar no discurso televisivo (se aparecem em primeiro lugar ou por último) definem a fala que irá prevalecer dentro do contexto de determinada notícia.

Do mesmo modo, existem outras estratégias que podem ser utilizadas por um narrador: a do afastamento tático, diante de uma situação desfavorável; e a

comunhão oratória, quando é necessário entrar em cumplicidade com os interlocutores.

Rocco (1991, p. 242) afirma que o verbal, na televisão diz respeito ao discurso autoritário, uma vez que indica uma relação antes e depois, mostrando-se sempre por meio de entrevistas e depoimentos, seja com pessoas comuns, seja com celebridades e experts, que se expressam com um discurso definitivo e verdadeiro, não passível de ser desmentidos ou colocado em dúvida. Na televisão quase sempre são utilizados imperativos, adjetivos superlativos, palavras usualmente curtas a fim de facilitar as repetições, utilizando-se de rimas, ritmo, aliterações e figuras de linguagem que geralmente se dão por meio de monólogos ou diálogos montados.

Sendo assim, as falas na televisão têm uma intencionalidade e podem ser tipificadas. Os depoimentos podem ser analisados a partir da pessoa que diz, do que diz e de que forma diz. Nas palavras de Rocco:

A pessoa que diz é a autoridade, portanto goza de prestígio e, por conseguinte, o que disser será acatado, sobretudo levando-se em conta a forma pela qual acaba por dizer algo. Assim o verbal interage com o pessoal, tornando-se indissociável. (ROCCO, 1991, p.243)

Os padrões do noticiário televisivo, portanto, apresentam um conjunto de regras que levam a falhas e erros por conta dessa excessiva padronização da linguagem. A falta de pluralidade de fontes, a fragmentação e a espetacularização da informação, bem como a dramatização dos fatos são exemplos de como a televisão incorre em erros.

No entanto, para não sofrer as consequências desses erros, a televisão, em especial o telejornalismo, utiliza-se, de artifícios para atrair e manter o interesse do público. Neste intuito, Temer (2003, p.44) vem acrescentar que “a imprensa popular tem preferência pelas notícias de interesse humano, porque é uma maneira fácil de garantir a participação afetiva do público de baixo nível sociocultural”.

## 6. A NARRATIVA JORNALÍSTICA

Pode-se dizer que a objetividade no jornalismo é um ideal inatingível, mesmo assim, certos critérios para tornar a notícia mais objetiva possível continuam sendo uma “realidade” nas redações.<sup>10</sup> Traquina (1993, p.104) aponta para o caráter mitológico do jornalista como “comunicador desinteressado”, observador neutro, desligado dos acontecimentos e sempre muito cuidadoso com suas opiniões pessoais no exercício de sua profissão.

Gonring (2007, p.85) afirma que os jornalistas não são observadores passivos dos acontecimentos, mas sim participantes ativos na construção da “realidade”. Traquina (1993) acrescenta que as notícias “acontecem” na conjunção dos acontecimentos com os textos e, por isso, não podem ser entendidas como emergentes dos acontecimentos do mundo “real”. Traquina (1993, p. 91) lembra que, “enquanto o acontecimento cria a notícia, a notícia cria o acontecimento.” Para tanto, Gonring (2007, p.85) expõe que “a aparência que a “realidade” assume para o jornalista, bem como as convenções que moldam a sua percepção de mundo, impossibilita a construção de uma narrativa inteiramente livre”.

Traquina (1993) mostra que “as narrativas são elaboradas através de metáforas, exemplos, frases feitas e imagens, ou seja, símbolos de condensação.” Outros fatores influenciam ainda na escolha da narrativa, entre eles, os constrangimentos organizacionais. Lembra Traquina que somente inserindo o jornalista no seu contexto mais imediato é possível se entender de fato como se dão as tomadas de decisões no processo de produção de notícias, o chamado newsmaking. Gonring (2007, p.85) acrescenta que outro fato que conta na escolha da narrativa é o tempo. O trabalho do jornalista é uma atividade toda voltada para cumprimento do fechamento, e isso se dá nas redações dos jornais impressos, bem como nos telejornais e noticiários radiofônicos e até mesmo nos informativos on line.

Vale ressaltar que, estamos vivendo numa sociedade globalizada, onde tudo o que acontece pode se transformar em notícia, e em tempo real, representam mais uma

---

<sup>10</sup> Assim como se considera a parcialidade como o oposto da objetividade, dois conceitos freqüentemente associados ao jornalismo. Robert A. Hackett lembra que a maioria das definições em linguagem comum considera a parcialidade noticiosa uma intrusão da “opinião” subjetiva do jornalista ou do media, no que deveria ser, pretensamente, um relato “factual”. O autor cita ainda a tendência em se considerar a parcialidade enquanto uma forma de “seletividade” e também de diferenciação, que se faz entre a parcialidade política, resultante das simpatias partidárias ou condições ideológicas dos jornalistas, e as parcialidades estruturais, que surgem em função do caráter do media ou dos imperativos da programação comercial. (HACKETT. R.A. Declínio de um paradigma? A parcialidade e a objetividade nos estudos dos media noticiosos.

etapa de um longo percurso que os homens iniciaram desde que inventaram a linguagem, este poderoso instrumento que deu à humanidade uma primeira idéia de totalidade.

A informação representada pela mídia, a informação reduzida, não é “encolhida” de forma linear, mas sim seletiva, em geral de acordo com os interesses da empresa midiática, mas sempre aumentando a distância entre o representante e o representado. De fato, os meios de comunicação de massa em geral trabalham de forma a manter o sistema, construindo realidades desejáveis ao sistema. Ao retratar a vida social, seja em notícias ou ficção, os meios de comunicação de massa realçam determinadas representações da realidade social, marginalizando aspectos em favor de outros. (TEMER, 2007, p.10)

Com essa grande demanda de informações sobre um determinado fato chega-se à formulação da notícia, e tende a ser aceita como real e verdadeira. No entanto a simples idéia de fato, já é questionável. De acordo com Nietzsche (1978, p.41), “do mesmo modo que entendemos caracteres com inexatidão, assim o fazemos com os fatos: falamos de caracteres iguais, de fatos iguais: não há nenhum dos dois.” Para Goning:

Os fatos também são distribuídos em assuntos, alguns de interesse político, outros econômicos, ainda que esses dois se inter-relacionem, outros ainda se enquadram em temas como polícia, cotidiano, esportes, entretenimento, cultura, ou ainda de forma mais segmentada em notícias sobre moda, informática, saúde, beleza, veículos, só para citar alguns. (GONRING, 2007, p.58)

A informação em nossa sociedade, por mais fragmentada que pareça, demonstra cada vez mais uma tentativa de dominar todos os assuntos, explorar ao máximo as potencialidades de cada tema, enfim, em tornar tudo conhecido.

## 7. AGENDA-SETTING

Em princípio podemos entender a *Agenda-Setting* como uma "pauta de fixação", uma forma de direcionar a atenção dos leitores, apontando quais temas serão considerados de interesse coletivo. É inquestionável a influência da Televisão na sociedade brasileira e, sua importância como um dos principais meios eletrônicos da segunda metade do século XX, e aponta a necessidade de fazer uma análise aprofundada sobre a hipótese de *Agenda-Setting*.

Em uma definição simples, a hipótese de *agenda-setting* é "um tipo de efeito social da mídia. É a hipótese segundo a qual a mídia, pela seleção, disposição e incidência de suas notícias, vem determinar os temas sobre os quais o público falará e discutirá" (BARROS FILHO, 2001, p.169).

Segundo a hipótese de *agenda-setting* as imagens e matérias jornalísticas que aparecem na capa dos jornais, revistas, telejornais fazem com que o público, no caso o telespectador, defina a sua agenda pessoal de discussão.

A hipótese do agendamento defende a ideia de que os consumidores de notícias tendem a considerar mais importantes os assuntos que são veiculados na imprensa, sugerindo que os meios de comunicação agendam nossas conversas. Ou seja, a mídia nos diz sobre o que falar e pauta nossos relacionamentos (PENA, 2006, p.142).

Mauro Wolf explica o porquê do termo hipótese, e não Teoria.

[...]a hipótese do agenda-setting é, portanto, mais um núcleo de temas e de conhecimentos parciais, suscetível de ser, posteriormente, organizado e integrado numa teoria geral sobre a mediação simbólica e sobre os efeitos de realidade exercidos pelos mass media do que modelo de pesquisa definido e estável (WOLF, 2001, p.145).

Hohlfeldt (in SOLER ,2005, p.26), explica que teoria é um paradigma fechado, acabado, infenso a complementações. A hipótese, ao contrário, é um sistema aberto, inacabado, dinâmico. Para ele, a hipótese é sempre uma experiência, um caminho que se não der certo em uma situação específica não invalida a perspectiva teórica: "por ser uma hipótese de trabalho e não uma teoria fechada, diferentes experiências, extremamente ricas, têm-se desenvolvido neste campo, sempre aberto a especulações". (HOHLFELDT, 1997, p. 49).

Para o autor, uma hipótese é sempre uma experiência, um caminho a ser comprovado e que, se eventualmente não der certo naquela situação específica, não invalida necessariamente a perspectiva teórica. Na pesquisa feita por Soler, é exposto que McCombs e Shaw, na primeira pesquisa, por exemplo, alcançaram resultados parciais que, questionados, levaram os próprios autores a aprofundar seus estudos, realizando uma nova pesquisa com metodologia mais apurada.

Luiz Matins da Silva afirma que o imediatismo da notícia é o próprio agendamento da imprensa, que resumidamente, “consiste na capacidade dos veículos de comunicação de massa em pautar para a sociedade os temas de debate de boa parte das interações do cotidiano” (SILVA, 2007, p.86).

Desta forma, os meios de comunicação possuem capacidade em determinar as pautas públicas a partir daquilo que veiculam (McCombs e Shaw, 1972). Nesta pesquisa, a hipótese da *Agenda -Setting* tem a finalidade de analisar o comportamento dos alunos e dos professores sobre o que é assistido na televisão. Entendendo como os alunos se relacionam com o que é pautado na programação assistida por eles. Onde professores e alunos que são objetos desta pesquisa se relacionam com o agendamento proposto pela programação assistida. E qual a contribuição desse conteúdo extraído da TV em sala de aula. Se há aspectos positivos e/ou negativos, o que será verificado em pesquisa de campo.

Wolf (2002), estabelece uma relação entre as teorias e correntes de pensamento as quais ele considera as mais expressivas para o estudo. Entre essas teorias, são enumeradas a Teoria Hipodérmica, a Funcionalista, a Estruturalista, a Escola de Frankfurt (Teoria Crítica), as Teorias Culturológicas de Edgar Morin, a teoria matemática de Shanon e sua adequação posterior por Jakobson e Umberto Eco. Por conseguinte as teorias evoluíram na proporção e ritmo com que a sociedade acumulava novas descobertas e conhecimentos, num ambiente de acelerada modernização tecnológica dos meios de difusão no século XX, sobretudo a partir do surgimento da Televisão em 1950 e de sua popularização rápida nas décadas subseqüentes, onde a mensagem passou a ser produzida, processada, difundida pelos meios midiáticos e causando o efeito no receptor. Contudo o grande crescimento da tiragem dos jornais, o avanço do cinema e do rádio, e o incremento da televisão comercial, aberta e competitiva, permitiram a rápida difusão de informações em larga escala.

Cultura de massa é produzida segundo as normas maciças de fabricação industrial; propagada pelas técnicas de difusão maciça (...)

destinando-se a massa social, isto é um aglomerado gigantesco de indivíduos compreendidos aquém e além das estruturas internas da sociedade (MORIN, 1997, p.14).

Nesse sentido, onde a comunicação mediada por veículos eletroeletrônicos, ou seja, tecnologia da comunicação em geral opera em consonância como um aparato capitalista industrial, buscando alcançar todos os aspectos e características norteadoras da sociedade contemporânea, mas que de fato, tal tecnologia proposta por Morin (1997), ainda é incapaz de representar e/ou alcançar a profundidade complexa e estrutura cultural da sociedade moderna. Esta relação já estava considerada nas análises presentes no surgimento do *mass communication research*<sup>11</sup>. Especificamente nos estudos sobre jornalismo, as primeiras pesquisas acadêmicas foram marcadas pela valorização do que hoje conhecemos como Teoria Hipodérmica, também chamada de Teoria da bala mágica.

Wolf (2001, p.140) afirma que no final da década de 1960 criou-se novos paradigmas para a pesquisa, com ênfase ao estudo de determinadas áreas temáticas e a utilização de metodologias integradas e complexas. Ainda segundo Wolf, a partir dos anos 1970 novas referências foram se acoplando ao estudo da comunicação, enfatizando a Espiral do silêncio<sup>12</sup>, o *Newsmaking*<sup>13</sup> e a hipótese de *Agenda-setting*, que trata da capacidade da mídia em influenciar a agenda pública.

Soler aponta que, apesar de os primeiros estudos de agendamento serem datados de 1922, o termo *Agenda-setting* foi utilizado pela primeira vez em 1972, ou seja, 50 anos mais tarde, com a finalidade de caracterizar a linha da pesquisa elaborada em 1968 por McCombs e Shaw na cidade de Chapel Hill, Carolina do Norte, partir de um estudo

---

11 A Mass Communication Research constitui-se em estudos na área da comunicação, desenvolvidos por pesquisadores americanos, muito utilizados nos períodos das duas guerras mundiais. Sua visão pragmática, empírica e quantitativa entende os meios de comunicação como produtos, avaliando-os segundo seu valor de mercado. Isso significa dizer que esses estudos buscam, não entender o funcionamento da mídia, e sim aprender a utilizá-la da forma mais eficiente. Essa abordagem, que traz influências behavioristas e pavlovianas, foi muito utilizada para difusão de propaganda de guerra com o intuito de manipular a opinião aliada e inimiga para conseguir apoio aos ideais americanos.

12 A Espiral do Silêncio trata de um fenômeno que atribui aos meios de comunicação uma prerrogativa decisiva de construção e imposição da opinião que se deve ter sobre os fatos.

13 Segundo Mauro Wolf (WOLF, Mauro, **Teorias da comunicação**, presença, São Paulo, 2002.), a seleção de fatos a se tornarem notícia estão vinculados a três vertentes principais: a cultura profissional dos jornalistas, a organização do trabalho e os processos produtivos. “Pontuando” um fato através dos critérios acima, ele sofrerá a influência do julgamento dos pauteiros e editores, embasado em sua cultura profissional. A organização do trabalho, a hierarquia, as jornadas de trabalho também terão influencia no produto final (a notícia), bem como os processos produtivos e suas limitações ou vantagens como o horário do deadline, a limitação de caracteres, os tempos envolvidos para edição, diagramação, impressão e distribuição.

de caso na disputa à presidente dos Estados Unidos, em 1968, entre Nixon e Humphrey. cujos resultados foram publicados em forma de artigo (*The Agenda Setting Function off Mass Media*) quatro anos mais tarde. A partir deste ponto o termo ganha espaço nos estudos acadêmicos, com outros pesquisadores que igualmente se dedicavam ao tema, como Walter Lippman (1922), autor de *Public Opinion* (Opinião Pública), um dos primeiros estudiosos a analisar a influência dos meios de comunicação na agenda pública, estudo considerado pelo próprio McCombs a origem doutrinária do *Agenda-setting*.

Segundo Traquina (1993, p.49), também são considerados precursores do estudo da persuasão e de agenda do público pela mídia e do agendamento, Cohen e Lang e Lang. Para Cohen, embora a imprensa, na maior parte das vezes, possa ser bem sucedida ao indicar às pessoas como pensar, é eficaz ao dizer aos seus leitores sobre o que pensar. Lippman (1922) faz menção ao modo como as pessoas chegam a conhecer o mundo exterior e sua própria existência, como formam as imagens em suas mentes, segundo Lippman (1922): “Os meios de difusão modelam essas imagens ao selecionar e organizar símbolos de um mundo real”.

Os mass media centram a atenção em certas questões. Constroem imagens públicas de figuras políticas. Apresentam constantemente objetos que sugerem em que deveríamos pensar o que deveríamos saber e o que deveríamos sentir... Os materiais que os meios de comunicação selecionam podem nos dar uma semelhança de um 'conhecimento' do mundo político (LANG e LANG, 1966 In: MORAGAS, 1985, p.89-90).

O objetivo das pesquisas de McCombs e Shaw, segundo Soler, (2005, p.23) era verificar a influência da agenda dos media na formação da opinião dos eleitores. A pesquisa foi baseada em entrevistas com eleitores indecisos e buscava aferir qual a relação entre as preocupações dos moradores da cidade (sua agenda pessoal) e os assuntos selecionados e divulgados pelos media. Desta feita, foi realizada a análise dos noticiários de três jornais locais, dois de circulação nacional, duas revistas nacionais e dois canais nacionais de televisão. Do noticiário televisivo analisavam-se as notícias com mais de 45 segundos, ou que merecessem chamada na abertura do noticiário. Os principais temas escolhidos: política externa, interna e fiscal, direitos civis e a campanha dos candidatos. Como requisito, os pesquisadores fizeram uma pergunta de triagem, para selecionar apenas os eleitores indecisos. Segundo os autores, a opção pelos

eleitores sem candidato definido justifica-se, como sendo provavelmente os mais abertos ou suscetíveis à informação eleitoral.

No decorrer da entrevista, os pesquisadores pediam que os entrevistados ordenassem as questões que julgassem mais importantes, entre estas: "O que é que o tem preocupado mais durante estes dias? Isto é, sem ter em conta aquilo que os políticos dizem, quais são as duas ou três questões sobre cuja resolução acha que o Governo deveria se empenhar?" McCombs e Shaw adotaram critérios para selecionar os conteúdos mais importantes, e estabeleceram estes recortes, por veículo:

- Televisão: qualquer notícia de 45 segundos ou mais e/ou uma das três notícias de abertura.
- Jornais: qualquer notícia que surgisse como manchete na primeira página ou em qualquer página sob um cabeçalho a três colunas em que pelo menos um terço da notícia (num mínimo de cinco parágrafos) fosse dedicado à cobertura de caráter político.
- Revistas informativas: qualquer notícia com mais de uma coluna ou qualquer item que surgisse no cabeçalho no início da seção noticiosa da revista.
- Cobertura da Página Editorial de jornais e revistas: qualquer item na posição do editorial principal (o canto superior esquerdo da página editorial), mais todos os itens em que um terço (pelo menos cinco parágrafos) de um comentário editorial ou de um colunista era dedicado à cobertura de campanha política.

Depois das informações processadas e da análise, os pesquisadores concluíram que os media têm a capacidade de influenciar fortemente a opinião pública, estabelecendo um pseudo ambiente fabricado e montado pelos meios de comunicação:

[...] a ação dos meios de informação realça e negligência elementos específicos dos cenários públicos. As pessoas têm tendência de incluir ou excluir dos seus próprios conhecimentos aquilo que os media incluem ou excluem do seu próprio conteúdo... os mass media, descrendo e precisando a realidade exterior, apresentam ao público uma lista daquilo sobre o que é necessário ter uma opinião e discutir. O pressuposto fundamental do agenda setting é que a compreensão que as pessoas têm de grande parte da realidade social lhes é fornecida, por empréstimo, pelos mass media (McCOMBS e SHAW, 1972)

Os dois pesquisadores concluíram neste estudo que há uma forte sugestão sobre a função de agendamento, uma vez que os eleitores tendem a aceitar e compartilhar o que é exposto pelos media acerca do que é importante. Devido a algumas limitações metodológicas, esse primeiro estudo foi recebido com cautela. Posteriormente os

autores decidiram aprofundá-lo, realizando uma segunda pesquisa. Para Hohlfeld (1997) os pesquisadores tinham como objetivo refinar as hipóteses levantadas, a partir de cinco questões básicas: definição do conceito; fontes de informação para a agenda pessoal; desenvolvimento temporal como variável maior; características pessoais do eleitor; política e agendamento.

O cenário do segundo estudo foi a campanha de reeleição de Richard Nixon, contra o democrata George McGovern, agora ambientado em Charlotte Ville, de 354 mil habitantes, situada no Estado da Carolina do Norte, em 1972, segundo Soler, (2005)<sup>14</sup>. As entrevistas foram repetidas, com as mesmas pessoas, em três diferentes momentos da campanha, para medir o grau de influência dos media no decorrer da campanha.

Os entrevistados foram ouvidos antes da convenção partidária, na reta final da campanha e durante as eleições. Ao concluir a pesquisa, McCombs e Shaw notaram que o interesse do eleitor era crescente, conforme avançava a campanha. Concluíram que os eleitores pesquisados tinham um repertório de informações mais ou menos comum, e que o principal tema das discussões pessoais era o noticiário de campanha transmitido pela TV e divulgado pelos jornais, estabelecendo, de forma comparativa, relação entre a agenda dos media e a do público. Outro ponto levantado pela pesquisa remete a um questionamento: a mídia agenda a audiência, ou a audiência agenda a mídia?

A questão que foi analisada nesta pesquisa, guarda semelhanças com as análises desenvolvidas por McCombs e Shaw, ainda que não haja uma convergência absoluta das técnicas e métodos de pesquisas utilizados. Neste sentido, é importante destacar que os pesquisadores comprovaram que no início da pesquisa havia menor grau de coincidência entre a agenda pessoal e a da mídia do que ao final da campanha, o que seria resultado direto do agendamento. Weaver (1996) observa que McCombs e Shaw encontraram correlação entre a hierarquia dos temas selecionados pelos meios de comunicação e a opinião expressa pelos votantes, revelando que, ou os media têm influência sobre o eleitorado ou têm uma grande sensibilidade acerca das preocupações dos eleitores. A partir desse estudo, os autores abriram novas linhas de pesquisa, que geraram cerca de 350 artigos e livros sobre o agendamento.

---

14 O cenário escolhido, uma terra de migrantes, revelou-se problemático. No resultado da amostra, houve a eleição de 380 eleitores, dos quais 150 se mudaram da cidade durante os onze meses de duração da pesquisa. Por fim, foram validados 227 questionários, em uma amostra mais abrangente e representativa, incluindo não apenas os eleitores indecisos (Barros Filho 2001, p.178).

Hohlfeldt (1997, p.49-50) aponta os conceitos que sistematizam a hipótese do Agenda-Setting:

- Acumulação: capacidade que a mídia tem de dar relevância a um determinado tema, destacando-o do imenso conjunto de acontecimentos diários;
- Consonância: apesar de suas diferenças e especificidades, os mídias possuem traços em comum e semelhanças na maneira pela qual atuam na transformação do relato de um acontecimento que se torna notícia;
- Onipresença: um acontecimento que, transformado em notícia, ultrapassa os espaços tradicionalmente ocupados a ele. O acontecimento de polícia pode ser abordado em outras editorias dos meios de comunicação;
- Relevância: quando um determinado acontecimento é noticiado por todos os diferentes mídias, independente do enfoque que lhe seja atribuído;
- Frame Temporal: o período de levantamento de dados das duas ou mais agendas (isto é, a agenda da mídia e a agenda pública, por exemplo);
- Time-lag: é o intervalo decorrente entre o período de levantamento da agenda da mídia e a agenda do público, ou seja, como se pressupõe a existência e um efeito da mídia sobre o público;
- Centralidade: capacidade que os mídias têm de colocar como algo importante um determinado assunto;
- Tematização: está implicitamente ligada à centralidade, pois é a capacidade de dar o destaque necessário (sua formulação, a maneira pela qual o assunto é exposto), de modo a chamar a atenção. Um dos desdobramentos deste item é a suíte de uma matéria, ou seja, múltiplos enfoques que a informação vai recebendo para manter presa a atenção do receptor;
- Saliência: valorização individual dada pelo receptor a um determinado assunto noticiado;
- Focalização: é a maneira pela qual a mídia aborda determinado assunto, utilizando uma determinada linguagem, recursos de editoração.

Para Soler (2005, p.23) se uma mesma matéria for entregue nas mãos de cinco editores diferentes, cada um produzirá algo único: o mesmo conteúdo mas com um texto totalmente diferente, com outras imagens, com outra cabeça, ou seja, a marca pessoal de cada um ficará explícita.

Mauro Wolf (2000, p.170) destaca a importância dos parâmetros temporais no efeito do *agenda-setting*, destacando os efeitos dessa variável sobre os resultados finais das pesquisas. O pesquisador lembra que a influência dos meios eletrônicos é estudada

como um efeito a longo prazo, destacando a importância de se observar o chamado efeito ótimo, entendido como o pico, o momento máximo de influência do agendamento:

Coloca-se, portanto, o problema de individualizar a dimensão temporal ótima para, pelo menos, verificar a sua existência”, nota Wolf. Eyal, Winter e De George (1981) notaram que “intuitivamente, a variável temporal pareceria crucial, mas uma resenha da literatura existente sobre o assunto revela que não foi tratada como tal. A questão do frame temporal adequado para o *agenda-setting* ainda está por elaborar. (WOLF, 2000, p.170)

Wolf destaca os cinco parâmetros temporais que considera relevantes nesse tipo de pesquisa, considerando os efeitos a longo prazo:

- a) o frame temporal, isto é, todo o período de levantamento dos dados das duas agendas (dos media e do público), a extensão global do tempo em que se efectua a verificação do efeito;
- b) o intervalo temporal (time-lag), isto é, o período que decorre entre o levantamento variável independente (a cobertura informativa dos mass media) e o levantamento da variável dependente (a agenda do público);
- c) a duração do levantamento da agenda dos mass media, isto é, o período global de cobertura informativa durante o qual se recolhe a agenda, por intermédio da análise de conteúdo. No caso de campanhas eleitorais, corresponde a toda a duração da campanha.;
- d) a duração de levantamento da agenda do público, isto é, o período durante o qual é analisado o conhecimento que o público possui acerca dos assuntos mais significativos;
- e) a duração do efeito ótimo, isto é, o período em que se estabelece a máxima associação entre o empolamento dos temas, por parte dos mass media e o seu realce nos conhecimentos do público (Eyal –Winter –De George, 1981).

Wolf (2000, p.170) considera que cada um desses parâmetros é difícil de determinar. E questiona: Qual é o melhor intervalo entre uma avaliação e outra? Quanto tempo deve decorrer antes de o efeito de agenda se manifestar ou, pelo contrário, antes de esse efeito se atenuar e desvanecer? Qual o melhor período de tempo para fazer o levantamento da agenda dos mass media? O autor nota que os estudos atuais ainda não respondem a esses questionamentos, mas considera que, provavelmente, todas as questões levantadas influem de uma forma notável nos resultados que se podem obter ao final das pesquisas.

Segundo Soler (2005, p.24) nos estudos de agendamento realizados até agora, o frame temporal pode ir de um intervalo de duas semanas até três anos, ou mais. A questão temporal é, portanto, uma variável importante, sobre a qual devem ser aprofundados os estudos, segundo o consenso desses pesquisadores.

O período de determinação da agenda dos mass media é também muito variável, indo da análise de conteúdo de uma única semana a muitos meses de observação. Outro aspecto importante, cuja determinação é ainda imprecisa, diz respeito ao intervalo de tempo a partir do qual se deve avaliar o conhecimento que o público tem acerca dos temas: tratando-se, por definição, de efeitos cognitivos e cumulativos, pode pensar-se que permanecem suscetíveis de ser observados mesmo após um certo lapso de tempo (WOLF 2000, p.171).

Os estudos de agendamento destacam três tipos principais de agenda pública: a agenda intrapessoal, ou a importância pessoal atribuída a uma questão pelo receptor; a agenda interpessoal, ou os temas discutidos com outras pessoas; e a percepção que o sujeito tem do estado de opinião pública, o que ele pensa sobre a importância que outros atribuem a determinado assunto.

Para muitos estudiosos o agendamento é uma via de mão-dupla, ou seja, um processo interativo. A influência da mídia, segundo Ebring (In TRAQUINA, 1993, p.33), é um processo gradual através do qual, a longo prazo, se criam critérios de noticiabilidade, enquanto a influência da agenda da mídia sobre a agenda política é direta e imediata, principalmente quando envolve questões com as quais o público não tenha uma experiência direta. Desta feita, o efeito do agendamento é diferente de acordo com a natureza da questão. Ebring (In SOLER, 2005, p.25) afirma que o agendamento imposto pela mídia se dá pela tematização proposta pelos media, a ordem-do-dia, temas que serão discutidos pelas pessoas e a hierarquização temática, aqueles temas de relevo na agenda dos media e que, conseqüentemente, terão relevo na agenda pública.

A possibilidade ou o poder dos meios em agendar temas e assuntos, ainda que compreendida como instrumento de domínio e poder nas mãos das elites pensantes ou dos poderes constituídos, merece uma análise muito mais aberta e otimista quando nos despirmos dos preconceitos e pré-concepções e nos deixarmos conquistar pelo objeto em análise. Ou seja, a compreensão de que o referido agendamento, pode também ser utilizado em favor da sociedade civil. O direcionamento que se dá a esta ferramenta é que estabelece os caminhos que a mesma irá percorrer, se será um instrumento nas mãos

dos poderes constituídos e da mídia, ou se uma ferramenta a serviço da sociedade, da educação, e do bem comum. Tudo depende dos óculos e da ótica de quem observa o referido objeto.

O professor pode interagir com a informação oriunda da programação e estabelecer os direcionamentos em sala de aula, supervalorizando determinado assunto ou não.

## 8. ANÁLISE DOS DADOS

Esta pesquisa foi desenvolvida a partir da metodologia qualitativa de caráter exploratório, para traçar os contornos das questões relativas à influência do conteúdo televisivo no cotidiano escolar e as discussões entre professores e alunos.

Buscou-se, portanto, não apenas a estratificação de resultados em números, mas também uma imersão interpretativa a partir de parâmetros qualitativos.

Não apenas temos o direito, mas também o dever de dispensar, quando isso se mostra necessário, a precisão dos cálculos matemáticos que dão alicerce as pesquisas quantitativas. Essa dispensa pode se dar por motivos vários, entre eles, para buscar o acesso à complexidade alinear e não mensurável, à exuberância com que pulsa diante de nós a realidade tanto na sua dimensão abstrata quanto concreta. (SANTAELLA, 2001, p. 182).

Desta forma, a metodologia proposta pretendeu aproximar estes olhares para então compreender as tensões e aproximações características do cenário que envolve o jovem com a televisão.

Conforme introduzido no início desta dissertação, analisou-se estudantes entre 13 e 18 anos matriculados no ensino médio do Colégio Meta Brasil a fim de estudar e compreender o objeto de análise abaixo especificado e estabelecido.

O primeiro contato foi feito em junho de 2013 com o Diretor do Colégio que se mostrou interessado e apoiou a realização da pesquisa, e pediu que a mesma se realizasse após o período das férias de julho. Num segundo contato, tanto os diretores quanto o coordenador pedagógico e corpo docente se reuniram, apoiaram e combinaram de pedirem que os alunos desenvolvessem redações no mês de agosto sobre as manifestações que ocorreram em todo o Brasil, mas sem saberem que se tratava de uma pesquisa voltada para a influência da televisão.

Esta pesquisa foi realizada segundo a tradição qualitativa, todavia sem desprezar os aspectos quantitativos. Teve como parâmetro verificar a percepção dos jovens adolescentes que estudam no Colégio Meta Brasil, em Goiânia sobre as interferências dos conteúdos midiáticos e seus agendamentos na relação escolar e nos comportamentos dos alunos do ensino médio. Além de analisar em que medida a mídia agenda e influencia essa percepção no tocante às manifestações, bem como observar se alunos e professores levantam questionamentos críticos ao conteúdo do telejornalismo, e ainda se os estudantes aceitam esse conteúdo como verdade, mesmo quando estão em conflito com os conteúdos abordados em sala de aula.

Logo no primeiro contato verificou-se que a Escola atendia aos parâmetros da pesquisa, porque apresentava as características necessárias para que fosse iniciado o estudo, e também porque apresentava um campo fértil na elucidação da problemática a ser pesquisada. Para tanto foi feito um termo de consentimento, onde a direção dava plenos direitos para a livre pesquisa na Instituição entre entrevistas do corpo técnico, docente e discente (anexo 1).

Foram estabelecidas algumas etapas para a construção da pesquisa exploratória.

1. Os alunos desenvolveram redações sobre as manifestações de junho de 2013, com o objetivo de verificar se os mesmos acompanharam os protestos nos telejornais e se isso contribuiu para a construção dos saberes em sala de aula.
2. Observação das aulas de humanas e ciências sociais no colégio Meta Brasil durante seis dias, duas horas por dia, totalizando doze horas;
3. Entrevista com um dos gestores, com duração de duas horas.

Contudo, antes de seguir os passos acima elencados, foi realizada a caracterização da pesquisa e do colégio em questão, a fim de entender a filosofia da instituição acerca do ensino-aprendizado, os métodos adotados pela escola, e a linha em que estão fundamentados, entre outros aspectos do trabalho.

A pesquisa de campo exploratória foi feita por meio da observação simples e da coleta das redações para a análise de conteúdo, realizou-se no Colégio Meta Brasil, em Goiânia, no período de 05 a 11 de setembro/2013, nos horários intercalados entre 07h00min e 12h00min, nas turmas de 1º, 2º e 3º anos em que houvesse aulas de ciências sociais ou humanas. A opção pelo colégio se justifica por se tratar de uma unidade de ensino localizada longe do centro de Goiânia, considerado periferia, com pouca rotatividade de professores, mensalidade com valor acessível à comunidade local e bairros adjacentes, com fama de moderno.

Segundo documentos institucionais contidos no site do Colégio Meta Brasil, será apresentado um breve histórico e dados institucionais para melhor conhecimento. O colégio foi implantado em 1992 em um prédio até então ocupado pelo extinto Colégio Padrão, à Rua Araponga nº 70 Jardim Vila Boa. Funcionou neste local durante 09 anos, atendendo as seguintes modalidades de ensino: Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio Não-Profissionalizante e Médio Profissionalizante, como Processamento de Dados, Assistente de Administração e Técnico em Contabilidade, funcionando assim até o ano de 1996.

Em 1999 a escola passou a ser uma instituição conveniada, nos moldes públicos de ensino, nesse momento foi adequada ao padrão Escola-Empresa, recebendo do Estado recursos públicos a fim de promover a política Administrativa Pedagógica da empresa no ensejo de que a escola se adequasse ao programa de governo vigente na época. Tal parceria mexeu com as estruturas da instituição até os dias de hoje, pois os pais, alunos, mestres e comunidade local permaneceram de alguma forma vinculados a instituição de ensino, ostentando um padrão acessível nos preços das mensalidades e mantendo professores gabaritados da escola estatal, aglutinando a isso a forma administrativa da escola particular.

Em fevereiro de 2002, as aulas passaram a ser realizadas em um prédio novo, adequado e compatível ao atendimento de seus quase 2000 alunos matriculados.

A filosofia da instituição se pauta em aspectos importantes: tendo em vista que vivemos um momento de transformações permanentes e que o novo e moderno fazem parte do dia-a-dia das gerações aí viventes, é que a escola, em seus princípios educacionais, acredita ser capaz de formar um ser humano preparado para exercer seu papel de homens e mulheres, que pensam e agem por si só.

A proposta do colégio é desenvolver um trabalho pedagógico com concepções que vejam o ensinar e aprender de forma que todos possam despertar, mediante sua própria experiência do conhecimento, para a sua dignidade de sujeito do seu futuro, reafirmando o ato de pensar e agir por si só.

É aí que epistemologicamente reportamos em Vigotski, quando afirma que a influência do meio social e da interação com o outro, na construção do conhecimento: na ausência do outro, o homem não constrói a si mesmo, e não querendo conciliar Vigotski com Piaget, mas encontramos um postulado deste que vêm de encontro à concepção citada e que nos embasa, quando afirma que o sujeito não escolhe o seu meio e as condições de vida que lhe são oferecidas. Mas ele pode fazer ou não fazer, agir ou não agir. O que significa que não é o meio que o modela, mas ele próprio que se constrói por sua atividade no meio que é seu. (Publicação de Crossi, celebração do conhecimento da aprendizagem) – Artigo Bárbara Freitag.

Para assegurar tais ideias e ideais de ensino-aprendizagem, a equipe entende que todos os envolvidos no processo, sejam partícipes ativos das concepções educacionais propostas, coerente para a formação humana, autônoma e solidária.

Para tanto, a ética, a democracia e tudo mais que contribua para tal formação, deva estar presente no pensar e no fazer da instituição enquanto espaço educativo.

A escola a qual queremos desenvolver é permeada de ações democráticas, solidárias e integrada, tanto nas relações com os educandos quanto nas relações dos educadores entre si e que todos sejam “atores” nos atos de ensinar e aprender, o conhecimento acadêmico já posto e o conhecimento legado pelas culturas, crenças, hábitos e condutas de todos nela inseridos, lembrando que o aluno não é uma tabula rasa, mas um ser em processo de construção.

As informações institucionais revelam que o Colégio Meta Brasil quase não tem evasão escolar, e que em sua maioria, o alunado inicia as séries primárias e conclui o Ensino Médio e mais, no decorrer do ano letivo, há uma quantidade mínima de solicitação de transferências, a não ser em casos de mudanças.

A Proposta Pedagógica que rege as normas e objetivos do Colégio Meta Brasil, busca uma filosofia que melhor fundamente a base, estrutura escolar e familiar, que juntos se unem e sustentam o crescimento íntegro do aluno – saudável em corpo e alma, no intelecto e na cultura – acreditando que todas as teorias possuem grandes ideias e também alguns equívocos, que talvez, não poderiam ser aplicados de forma global e em todos os seus parâmetros, se refletirmos e analisarmos a realidade educacional brasileira. O processo de concretização da proposta pedagógica do Colégio Meta Brasil aglutinou crenças e convicções da comunidade escolar, que sobre ele debateu pequenas teorias diferenciadas em busca de um único fim: melhor qualidade no processo de Ensino/Aprendizagem.

Os gestores do Colégio acreditam em uma educação com liberdade de pensamento, criatividade e dinamismo, ampliando assim horizontes e construindo sua própria história. De acordo com documentos da escola disponíveis no site institucional<sup>15</sup>, abaixo seguem as principais perspectivas:

- Formar para a vida fazendo parte do currículo, atividades paralelas que contribuam para o desenvolvimento dos alunos;
- Estimular a leitura do mundo, onde de forma global e plena o aluno construa hábitos de ler e interpretar de acordo com a norma padrão dentro de cada contexto histórico. Descobrir dentre entrelinhas os segredos da boa leitura;
- Contribuir para a construção de valores religiosos e cristãos, onde na prática diária o amor e respeito ao próximo sejam interiorizados;

---

15 Informações detalhadas do Colégio Meta: <http://metagyn.com.br>

- Priorizar a liberdade psicológica, harmonizando para este fim as “lições do Colégio Meta Brasil” com as “lições da família” em benefício da sociedade e de todos que a compõem;
- Partir do princípio que as crianças são o nosso amanhã, e que da escola e da família, depende a construção do caráter das mesmas;

Após a aprovação da direção e dos demais gestores do colégio, procedeu-se o levantamento dos dados com os alunos participantes da pesquisa. Conforme citado acima, optou-se por, além da coleta para análise de conteúdo que se deu a partir das redações elaboradas por 101 adolescentes, de 13 a 18 anos, a observação simples<sup>16</sup> em salas do ensino médio do Colégio Meta em Goiânia.

## 8.1 RELATOS E ANÁLISE DAS REDAÇÕES

Após a delimitação do arcabouço teórico, é chegado o momento de conhecer a percepção dos alunos, exposta por meio das redações dos alunos, que compõem a base desta investigação, procurou-se , com base na hipótese de *Agenda-Setting* (Teoria da Agenda), entender se estes alunos adicionaram o assunto das manifestações que ocorreram no Brasil nas suas preocupações ou agendas de temas pessoais.

Destaca-se que a coleta para análise de conteúdo se deu a partir das redações elaboradas por 101 adolescentes, de 13 a 18 anos, alunos do ensino médio do Colégio Meta em Goiânia, em de agosto de 2013, portanto tendo se passado um ano e meio do momento mais comentado pelo telejornalismo sobre as manifestações (ou enquanto o tema das manifestações ainda era pauta constante do telejornalismo). As redações foram selecionadas a partir de 2 critérios, sobrepostos e excludentes das que obtiveram nota igual ou superior a 8,0 e que continham uma das palavras-chave: mídia, cidadania e televisão. Além disso, as redações foram avaliadas pelos professores, com média de 0,0 a 10,0, sendo essa avaliação independente da análise da pesquisadora, que buscou a análise a partir de diferentes critérios, ou seja, detendo-se principalmente nas observações sobre o tema. Neste intuito foi analisada a concepção dos alunos em relação às manifestações que ocorreram no mês de junho de 2013, envolvendo a transmissão das mídias, em especial da televisão, a fim de entender em que medida a

---

16 Segundo Gil, (1999, p.111-112) neste procedimento o pesquisador foi muito mais um espectador que um ator, Daí porque pode ser chamado de observação-responsável, já que apresentou certas similaridades com a técnica empregada pelos jornalistas.

mídia influencia a percepção dos alunos do ensino médio sobre esses protestos. Observados esses critérios, foram analisadas 20 redações. Considerando que os estudantes são menores de idade, primou-se pelo sigilo da identidade dos entrevistados, a partir de agora identificados como: “Aluno 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19 e 20”.

Tendo por base a hipótese de Agenda-Setting, segundo a qual a mídia, pela seleção, disposição e incidência de suas notícias, vem determinar os temas sobre os quais o público falará e discutirá" (BARROS FILHO, 2001, p.169), verificou-se através do material analisado, que os 20 alunos analisados do colégio Meta são telespectadores primários (assistem de alguma forma, embora não necessariamente todos os dias) os telejornais, e, da mesma forma, são pautados de forma direta (assistindo o telejornal) e de forma indireta (por meio de contatos com outros indivíduos que assistem) pelos conteúdos desta mídia. A exemplo disso, observa-se na transcrição abaixo o que diz o aluno 1, quando ele faz menção direta ao conteúdo exposto pelos telejornais, com foco no vandalismo e depredação do patrimônio público, assuntos disseminados pela grande mídia:

*Estava assistindo um programa de televisão quando de repente o programa foi interrompido para passar a notícia de que estava havendo um protesto do povo goiano. No começo achei aquilo muito bom, achei que o povo brasileiro havia acordado para ir às ruas reivindicar todos os seus direitos. Passado algum tempo logo me decepcionei. Do nada veio uma onda de vandalismo, que não deu para entender o motivo. Fiquei sem entender porque eles estavam ali cobrando seus direitos com práticas de vandalismo, destruindo patrimônios públicos. (Aluno 1)*

O “aluno 1” demonstra: a) que assiste habitualmente a televisão, inclusive nos horários que não correspondem ao telejornalismo; b) que forma a sua agenda a partir dos conteúdos expostos e c) indiretamente forma também sua opinião a partir do conteúdo exposto. De fato, o aluno demonstra indignação perante a onda de vandalismo, e questiona o motivo que teria levado alguns manifestantes a agirem de forma radical e violenta, assumindo a linguagem e o posicionamento adotado pelo telejornalismo, conforme ele igualmente expõe em sua redação.

Também seguindo este padrão, o “aluno 2” também expõe a questão do “quebra-quebra”, igualmente demonstrando que o assunto foi pautado (agendado) a partir do telejornalismo. No entanto, o “aluno 2”, demonstra uma capacidade relativamente maior de uma leitura crítica dos meios eletrônicos, especificando tratar-se de um telejornal de grande abrangência nacional que, segundo o ponto de vista do discente, estaria

noticiando esses fatos de forma tendenciosa no intuito de denegrir a imagem das manifestações, que em sua maioria era composta por manifestantes pacíficos e não vândalos:

*Um dos fatores que mostra a deficiência na informação, é tentar reduzir os movimentos através da perspectiva da mídia, um canal específico seria a **rede Globo, sendo facista**, levando parte da população a compreender e outra a aceitar, que entre tantos movimentos pacíficos, focar apenas os vandalismos. Não ocorria apenas violências, mas circunstâncias que levaram tal violência a ocorrer. Nem sempre isso demonstra a ética ou algo abominável, e sim as consequências da ruptura de uma democracia capitalista. (Aluno 2)(destaque da pesquisadora)*

Nota-se que, no trecho analisado, o aluno inclusive usa termos mais radicais para qualificar a mídia, no caso particular o telejornalismo da Rede Globo. A questão, que não é o ponto central deste trabalho, incide sobre uma discussão sobre a credibilidade da emissora citada, que foi posta em questão não apenas pelo aluno, mas por outros setores da mídia, e que a longo prazo vem inclusive comprometendo os índices de audiência da emissora. Para efeito deste trabalho, fica claro que, mesmo em uma situação de baixa credibilidade, a mídia citada ainda determina a pauta, embora não seja mais tão eficiente na formação da opinião do receptor (aluno 2) pesquisado.

Neste ponto convém destacar que, em conformidade com o que é exposto na hipótese de *agenda-setting*, as imagens e matérias jornalísticas que aparecem na capa dos jornais, revistas, telejornais fazem com que o público, no caso o telespectador, defina a sua agenda pessoal de discussão, mas não tem a mesma eficiência na formação das opiniões pessoais. Ou ainda, a mídia diz sobre o que pensar, e não como pensar.

De fato, a análise do conjunto de redações pesquisadas mostra que durante as manifestações e nos meses subsequentes ao evento, os protestos foram um dos assuntos mais pautados pela mídia e mais comentados pela sociedade.

Outro exemplo dessa relação está nas redações dos alunos 3 e 4, que expõem os meios pelos quais acompanharam as manifestações e a relevância do evento para a sociedade brasileira:

*Um dia corrido para muitos. Para mim, nem tanto, pois não pude estar presente. Mas acompanhei tudo de perto, toda a manifestação por computadores, televisão e jornais. Me orgulho da ação do povo brasileiro. O Brasil tem muito a ser mudado, mas só iremos ver mudança se eu e todos formos à rua. (Aluno 3)*

*Surgiu por todo o Brasil um movimento de rua, tomados por revolta popular, que cresceu a tal ponto que a mídia resolveu focar suas câmeras e preparar seus discursos, já que faltava. E não poderia deixar de mostrar o que todo o povo via acontecer diante dos seus olhos na televisão. (Aluno 4)*

Vale destacar, no entanto, que a aceitação da pauta não se dá sempre de forma não crítica. Um exemplo é o aluno 5, que faz uma crítica à mídia como detentora de poder, e expõe um pensamento de resistência aos noticiários :

*Temos que ser vistos como o povo que acordou e percebeu quem realmente tem o poder nas mãos. Não podemos nos deixar influenciar pela mídia, por partidos políticos ou qualquer outro meio que tire o nosso foco. É fundamental! (Aluno 5)*

Considerando os dados apresentados na observação geral, que deixam claro a importância do conteúdo do telejornalismo para a formação da pauta/agenda dos alunos pesquisados, verificou-se a necessidade de se aprofundar nesta questão. Buscou-se, então, realizar uma análise de conteúdo das redações, como forma de encontrar um padrão que permita entender melhor esse agendamento. Neste sentido, destaca-se que a Análise de conteúdo é um conjunto de técnicas para investigar a comunicação, dentre outros ramos científicos. A análise de conteúdo se propõe a encontrar proporções identificáveis concretamente. Bardin define a análise de conteúdo como:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens. (BARDIN (2000, p. 42)

Para a autora, a análise de conteúdo pode ser definida não como um método, mas sim como um “conjunto de instrumentos metodológicos” (2000, p. 9), de grande utilidade quando se deseja compreender além dos significados imediatos ou explícitos da comunicação.

Dencker e Da Viá também expõem ideias conceituais sobre a análise de conteúdo, bem como pode ser conferido no trecho abaixo:

São investigações de pesquisa empírica cuja finalidade é delinear ou analisar fenômenos, avaliar programas ou isolar variáveis. Descrevem as situações utilizando critérios quantitativos que estabelecem

proporções e correlações entre as variáveis observadas, procurando elementos que permitam a comprovação das hipóteses. (DENCKER e DA VIÁ, 2001, p.57-58).

Para compreender melhor, podemos observar que:

A análise de conteúdo é sistemática porque se baseia num conjunto de procedimentos que se aplicam da mesma forma a todo conteúdo analisável. É também confiável – ou objetiva – porque permite que diferentes pessoas, aplicando em separado as mesmas categorias à mesma amostra de mensagens, podem chegar às mesmas conclusões. (FONSECA, 2006, p.290)

A análise de conteúdo é um método quantitativo que, segundo afirma Sousa (2004), nasceu nos Estados Unidos, no início do século XX, direcionado à análise de jornais, contudo, pode ser utilizado em outros meios de comunicação.

Outra vantagem deste tipo de pesquisa é o fato de trabalhar com valores essencialmente quantificáveis definidos por categorias estabelecidas e comprovadas em estudos similares. Desta forma, a coleta de dados é baseada na mensuração de textos e as conclusões expressas em forma numérica, o que facilita o cruzamento de informações e a elaboração de tabelas e gráficos explicativos. (MELO apud SOUSA, p.2004)

A tendência contemporânea no uso da análise de conteúdo se dá como a compreensão de uma técnica híbrida, ou seja, na hibridação do formalismo estatístico quantitativo e a compreensão qualitativa interpretativa, segundo Fonseca,(2006).

O método de análise de conteúdo tem três fases de aproximação ao objeto de estudo. Conforme Fonseca (2006) relata:

- (1) Pré-análise: consiste no planejamento do trabalho a ser elaborado, procurando sistematizar as ideias iniciais com o desenvolvimento de operações sucessivas, contempladas num plano de análise.
- (2) Exploração do material: refere-se à análise propriamente dita, envolvendo operações de codificação em função de regras previamente formuladas. ...
- (3) Tratamento dos resultados obtidos e interpretação: os resultados brutos são tratados de maneira a serem significativos e válidos. (FONSECA, 2006, p.290)

Desta forma, o material colhido nesta pesquisa, por meio de redações, foi organizado, categorizado e classificado, segundo o método de análise de conteúdo, conforme afirma Fonseca, (2006). Houve, então, necessidade de codificação e categorização iniciais do material. Para a presente pesquisa foram retomadas algumas categorias, a partir das leituras, contudo, pelo fato de ser uma aproximação preliminar, várias classificações ainda foram testadas, implementadas e aprimoradas. Conforme Herscovitz (2007) acrescenta que:

Os pesquisadores que utilizam a análise de conteúdo são como detetives em busca de pistas que desvendem os significados aparentes e/ou implícitos dos signos e das narrativas jornalísticas, expondo tendências, conflitos, interesses, ambiguidades ou ideologias presentes nos materiais examinados. (HERSCOVITZ, 2007, p. 127).

No caso deste trabalho, esse aspecto foi extremamente importante, pois o objetivo foi perceber a relação entre escola e TV, e para isso foram observadas as redações dos jovens sobre as discussões geradas em torno das manifestações através do conteúdo televisivo.

Para isso foi útil a distinção de Orlandi sobre as três formas de discurso: polêmico, o lúdico e o autoritário.

Discurso lúdico: é aquele em que a reversibilidade entre interlocutores é total, sendo que o objeto do discurso se mantém como tal na interlocução, resultando disso a polissemia aberta. O exagero é o non sense. Discurso polêmico: é aquele em que a reversibilidade se dá sob certas condições e em que o objeto do discurso está presente, mas sob perspectivas particularizantes dadas pelos participantes que procuram lhe dar uma direção, sendo que a polissemia é controlada. O exagero é a injúria. Discurso autoritário: é aquele em que a reversibilidade tende a zero, estando o objeto do discurso oculto pelo dizer, havendo um agente exclusivo do discurso e a polissemia contida. O exagero é a ordem no sentido militar, isto é, o assujeitamento ao comando. (ORLANDI, 1987, p.154)

Portanto segue abaixo a análise de conteúdo em forma de gráficos e dados estatísticos, a fim de fazermos uma observação crítica do objeto estudado em virtude do fenômeno em questão, que foram as passeatas de Junho de 2013, e se isso provocou

algum debate em sala de aula produzindo de alguma forma um saber crítico entre alunos e professores, sobre as manifestações ocorridas no Brasil.

A primeira e mais iminente elucidação a partir da observação dos dados em questão, fazem referência ao entendimento que os alunos tiveram das manifestação. Esse clareamento se faz principalmente por meio da contagem/leitura das palavras mais pontuadas por eles, conforme disposto no quadro abaixo. Levando-se em consideração que foram analisadas 20 redações, cada uma com média de 260 palavras, pode-se dizer que o total de palavras analisadas gira em torno de 5.200.

**Quadro 1: Quantidade de palavras citadas com média de 5.200 palavras nas 20 redações**

<b>Palavras</b>	<b>Quantidade de citações</b>	<b>Palavras</b>	<b>Quantidade de citações</b>
Manifestações	43	Burgueses	4
Protesto	40	Cidadão	4
Brasil	31	Televisão	3
Vandalismo	18	Mudança	3
Governo	16	Corrupção	3
Manifestantes	15	Democracia	3
Direitos	14	Leis	3
Violência	13	Segurança	3
Transporte	12	Roubo	2
Ruas	10	Consciência	2
Saúde	9	Cidadania	1
Modismo	9	Manipulação	1
Mídia	9	Jornal	1
Educação	9	Radicais	1

Vândalos	7	Impostos	1
Polícia	7	Revolucionários	1
Redes Sociais	6	Política	1

Insatisfação	5	Verdade	1
Gigante	5	Liberdade	1
Sociedade	5		
Estudantes	5		

**Fonte:** Dados levantados pela pesquisadora

Observando o quadro acima e considerando que as palavras mais recorrentes foram Manifestação e Protesto, sendo a primeira citada 43 vezes e a segunda 40, podemos dizer que o contexto aparece 83 vezes nas redações, pontuando que esta palavra está frequente na maioria das redações em cerca de 32%. Entende-se que essas foram as palavras mais citadas, o que reflete a própria escolha dada pelas mídias ao nomear as ações populares. Ou, dito de outra forma, os alunos assumem de forma pouco crítica, a denominação dada pelo telejornalismo aos eventos ocorridos, assumindo de forma pouco crítica o nome atribuído a elas, e conseqüentemente, aceitando de forma implícita a qualificação dada pelo telejornalismo.

Trata-se de um ponto importante, pois demonstra que além de formar a agenda, o telejornalismo também qualifica ações, que passam a ser socialmente denominadas a partir das escolhas/linguagem ou denominações feitas pelo telejornalismo, e que também tende a ser assumida por outros conteúdos midiáticos.

Por outro lado, as palavras que menos aparecem no quadro acima, são pontuadas entre uma(1) e cinco(5) vezes por redação de 260 palavras, correspondendo a uma média de 0,5% e 2% por redação.

A baixa presença de uma análise mais crítica do conteúdo midiático fica claro quando se percebe que palavras importantes como Insatisfação, Corrupção, Cidadania, Democracia, Leis, Roubo, Corrupção, Consciência, Verdade, Manipulação, Sociedade, Jornal, Televisão, quase não foram citados. O que leva a pesquisadora a entender que os alunos sabiam relacionar a palavra Manifestação mas não entenderam os significados e

resultantes dessa palavra e, de que realmente as manifestações (32%) poderiam fazer uma Revolução (0,5%) no Brasil(12%) e uma mudança de direção em nossa Política (0,5%)e Economia (0,5).

Para tanto, os alunos que mencionaram sobre o que viram na Televisão configuram-se em (1,5%); mencionaram as Redes Sociais (3%); não se sentiram Manipulados (0,5%); não leram nem revistas nem Jornais (0,5%). Por não entenderem o significado de Cidadania (0,5%) pouco sabem a respeito de nossas Leis (1,5%), por conta disso não expuseram a importância de uma reforma tributária em nosso País, não demonstram conhecer Inflação, nem os altos Impostos (0,5%) que pagamos, e isso leva a pesquisadora a entender que eles pouco percebem o roubo (1%) a que estamos submetidos por parte do governo federal, daí não formam uma consciência da corrupção, não buscaram se aprofundar nesses assuntos, não foram radicais em busca da democracia, demonstram conhecer rasamente a importância de se viver em sociedade e por isso tiveram dificuldade de escrever em suas redações a necessidade de se estabelecer em nosso País os direitos fundamentais como saúde, segurança, transporte, habitação, em virtude disso alguns alunos não lutam por liberdade, por isso muitos não foram para ruas porque achavam que isso era coisa de vândalos, e de gente de atitude desresgada e violenta.

Para efeito, continuaremos a exposição de alguns trechos das redações analisadas, com base na hipótese de *Agenda-Setting*. Como explicado anteriormente, para preservar a identidade dos estudantes, seus nomes não serão citados, e consequentemente estes serão denominados pelo termo “aluno” e a numeração crescente por ordem da análise:

*Eu estava assistindo televisão quando começou a passar em quase todos os canais da TV aberta a respeito dos protestos em São Paulo. A mídia mostrava somente o que ela queria, apoiando sempre a polícia e julgando os inocentes como bandidos e os bandidos como inocentes.(Aluno 6)*

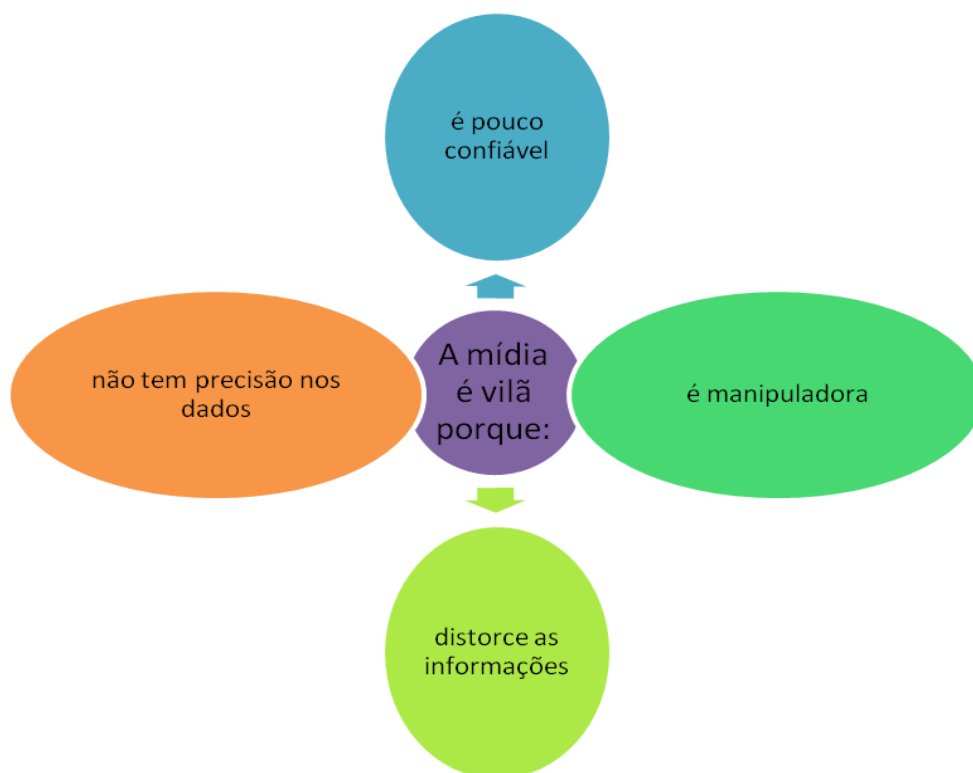
Observa-se neste relato, um comentário crítico sobre a televisão e a forma como as manifestações foram pautadas pela mídia. McCombs e Shaw (1972) afirmam que o modelo de *Agenda-Setting* comprova a existência de uma relação direta e causal entre o conteúdo da agenda e a percepção pública. Este modelo origina-se no âmbito geral, referente ao modo como as pessoas organizam e estruturam o mundo ao seu redor. No caso deste adolescente, apesar da resistência dele e da criticidade sobre a forma

como os protestos foram transmitidos pela televisão, o mesmo expôs ter acompanhado o evento por meio de mídia eletrônica, e demonstrou fazer parte do público pautado pelo agendamento, embora de forma negativa, o aluno mencionou o assunto proposto pelos veículos de comunicação. Ou seja, mesmo se posicionando contra, ainda assim ele discutiu a temática proposta pela TV. É neste bojo que Guareschi traz a seguinte afirmação:

Algo passa a existir, hoje, ou deixa de existir, se é, ou não, midiado. Para mostrar o que estou querendo dizer, transcrevo um diálogo, comum e rotineiro, ouvido com muita frequência em nossas conversas cotidianas. Alguém diz: “Interessante, acabou a greve!” E o interlocutor pergunta: “Por quê?” Então a resposta, esclarecedora, explicativa e convincente: “Não se vê mais nada na TV! Não há mais nada nos jornais!” Pois é a isso que me refiro: alguma realidade, algum fato, nos dias de hoje, existe, ou deixa de existir, se é, ou não, veiculado pelos meios de comunicação. A mídia tem, na contemporaneidade, o poder de instituir o que é, ou não, real, existente.(GUARESCHI, 2006, p.4)

Diante desta comprovação e dando prosseguimento à análise das redações, notou-se que boa parte dos alunos associaram e relacionaram a mídia da seguinte forma:

**Figura 1: Termos associados à palavra Mídia**



**Fonte:** Dados levantados pela pesquisadora

Citações exemplares estão contidas logo abaixo, retiradas integralmente das redações dos pesquisados, identificados como Alunos 7, 8 e 9:

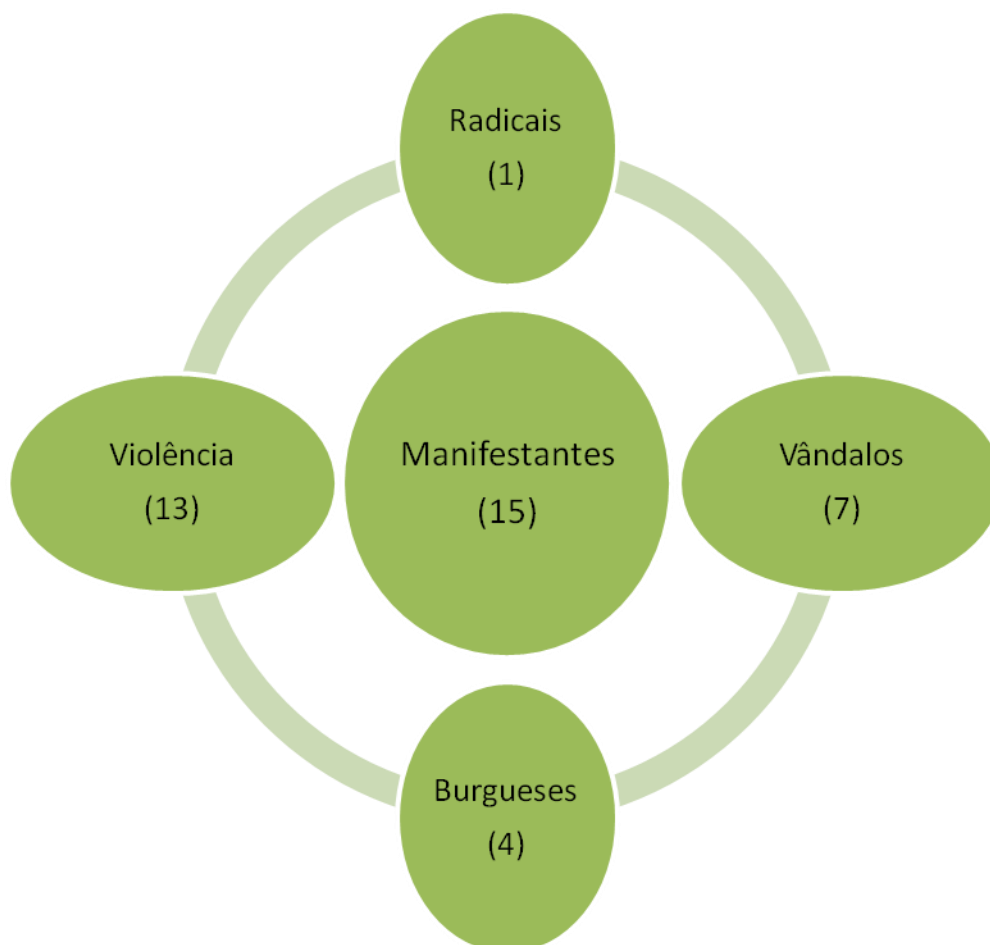
*Não podemos nos deixar influenciar pela mídia, por partidos políticos ou qualquer outro meio que tire o nosso foco nessas manifestações.(Aluno 7)*

*A mídia tenta mostrar uma coisa que não é verdade, tentando distorcer a realidade. Fernando Frazão diz que a mídia tenta reduzir o movimento à narrativa binária de nossa disputa tradicional do poder. (Aluno 8)*

*As críticas midiáticas aumentaram negativamente e retorceram os ideais dos manifestantes e do movimento, principalmente no início. (Aluno 9)*

Além disso, foram expostos termos negativos associados aos manifestantes e o número de vezes em que foram citados:

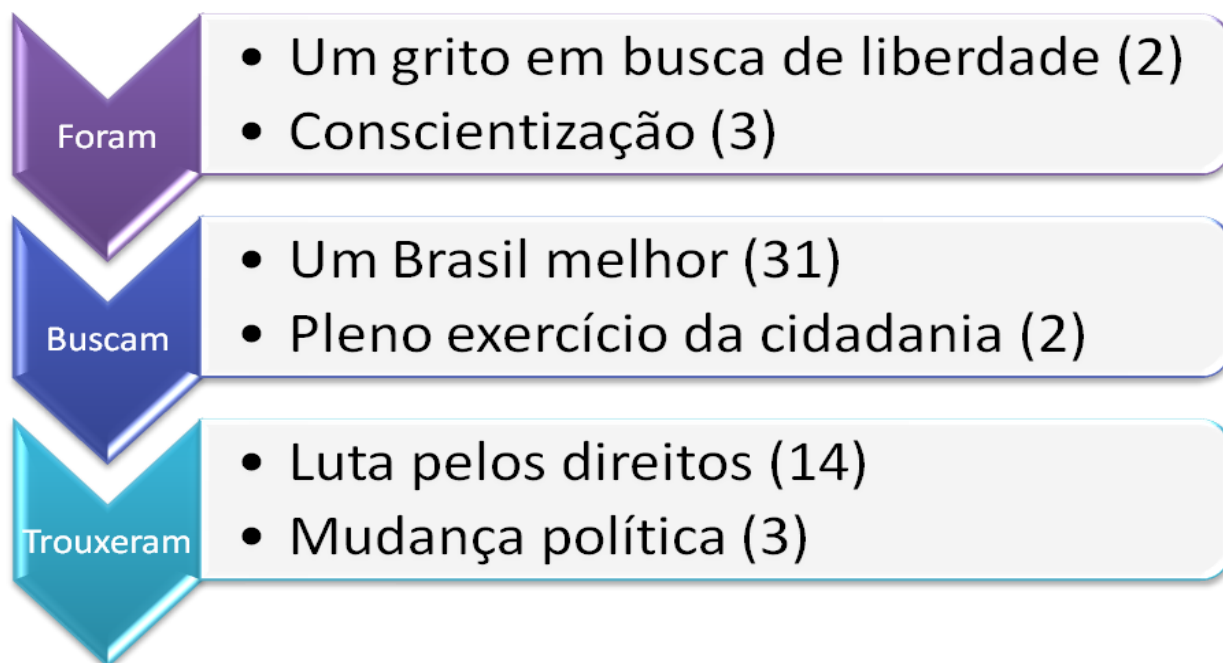
**Figura 2: Termos negativos aos manifestantes**



**Fonte:** Dados levantados pela pesquisadora

Além dos alunos que fizeram uma análise negativa, das manifestações e de sua veiculação através dos meios eletrônicos, conforme apresentado anteriormente, houve também redações com conteúdo e termos positivos, conforme demonstra o gráfico abaixo:

**Figura 3: Termos positivos às manifestações**



**Fonte:** Dados levantados pela pesquisadora

Outra questão colocada pelos alunos nas redações foi o fato de acreditarem que os protestos geraram uma espécie de modismo, pois, para eles, os jovens de classe média alta foram às ruas apenas para aparecer nas redes sociais e na televisão com cartazes nas mãos. Um estudante do segundo ano expôs:

*Muitos filhos de burgueses, estudantes de alta renda com seus carros de luxo, planos de saúde e seus certificados de faculdade particular também foram à manifestação tentar mostrar que estavam lutando pelos seus direitos, fazendo sua parte, mas na verdade o foco era colocar fotos nas redes sociais querendo dizer: eu fiz parte da mudança do Brasil!(Aluno 10)*

Um aluno do terceiro ano também comungou desse pensamento, e expressa isso quando escreve:

*A maioria dos manifestantes só participou pra tentar passar a impressão de ser revolucionário e para tirar fotos e colocar nas redes sociais.(Aluno 11)*

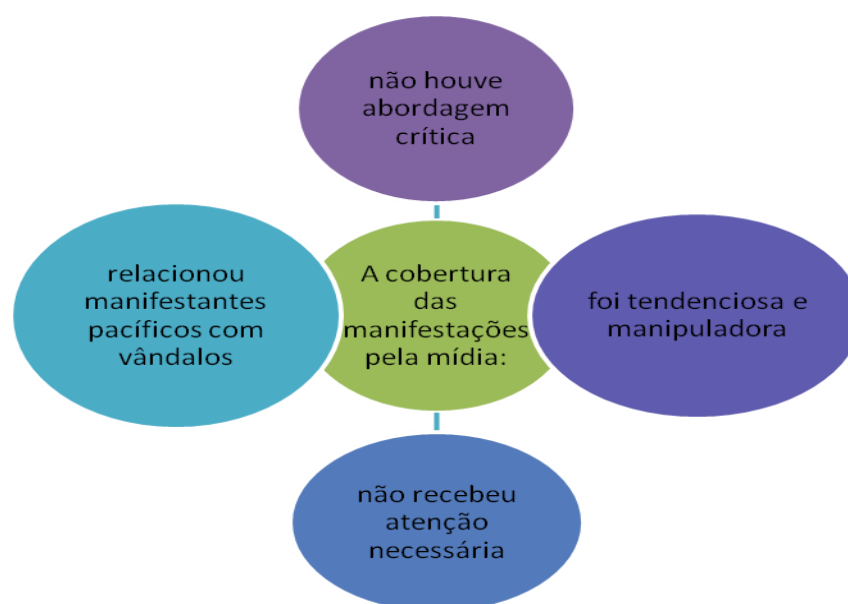
**Figura 4: Motivação dos manifestantes**



**Fonte:** Dados levantados pela pesquisadora

Diante do exposto nas redações, notou-se que uma das questões abordadas foi a perceptividade predominantemente negativa dos alunos acerca dos telejornais e emissoras como oposição à marcha e ao movimento, pois a grande maioria expressou de forma crítica a decepção e até mesmo certa revolta com a TV, por entenderem que os movimentos e manifestações de junho de 2013 foram marginalizados pela grande mídia em horário nobre. Entre os termos e expressões utilizados pelos alunos que demonstram essa percepção negativa estão:

**Figura 5: percepção negativa sobre a cobertura midiática**



**Fonte:** Dados levantados pela pesquisadora

A exemplo disso, existem algumas citações mencionadas anteriormente, bem como as que seguem abaixo:

*Temos que analisar os fatos para saber que lado tomar, não baseando a nossa opinião apenas naquilo que a mídia manipuladora diz, mas tirando as nossas próprias conclusões. (Aluno 12)*

*Críticos midiáticos aumentaram negativamente e retorceram as manifestações e o movimento no início. Um exemplo disso, foi a contradição do jornalista Arnaldo Jabor, que inicialmente fez grandes acusações se opondo ao movimento, mas no decorrer do tempo e de sua situação, se viu “obrigado” a mudar de opinião, apoiando os manifestantes e suas reivindicações. (Aluno 13)*

Nota-se, pelo conteúdo das redações, que os alunos do colégio Meta demonstram desinteresse em relação ao conteúdo midiático, principalmente ao telejornalístico. Podemos inferir que parte deste desinteresse nasce da influência negativa por parte dos gestores e professores sobre a formação pedagógica dos alunos. Destaca-se que, na filosofia do colégio há uma proposta de promover leitura crítica a fim de preparar o aluno para a vida, no entanto o que percebeu-se até o presente momento, foram pensamentos resistentes aos meios eletrônicos de comunicação, em especial a TV. Vale ressaltar que é impossível ignorar e descartar a importância desses meios, uma vez que eles existem e estão à disposição da sociedade para facilitar o diálogo e melhorar o desenvolvimento do ensino-aprendizagem.

Apesar disso, os estudantes também relacionaram a palavra manifestação com adjetivos expostos no gráfico abaixo, e a quantidade de vezes em que as palavras foram citadas. Lembrando que foram analisadas 20 redações, com cerca de 5.200 palavras ao todo:

**Figura 6: Adjetivos das manifestações**



**Fonte:** Dados levantados pela pesquisadora

Parte desses dados podem ser conferidos nos trechos transcritos das redações dos alunos abaixo:

*Crescemos ouvindo histórias de nossos pais e avós, de como era difícil viver em um país onde expressar opiniões e lutar pelos direitos era extremamente proibido. Naquela época, posicionar-se em frente ao Congresso Nacional e “desabafar”, lutar a favor da democracia era considerado um ato inadmissível e antiético fazendo a população passar por constrangimentos psicológicos e morais. (Aluno 14)*

*Muitos foram às manifestações como um bando de animais sem educação alguma, praticando vandalismo, pensando que assim iriam conseguir algo em troca. É muita falta de consciência! Os outros manifestantes arcaram com a consequência dos demais que provocaram tumulto sem motivo. (Aluno 15)*

*Por modismo ou não, estar nas ruas, meio a protestos de essência revolucionária, leva o indivíduo a estar do outro lado da pirâmide social, a conhecer coisas, ver o povo, a massa não só como maioria, mas como rosto, um a um, espalhados aos milhares, com frases de ordem...é melhor ter um jovem indo a um protesto do que ficar em casa, na sua rede social pois isso sim é um modismo sem importância. (Aluno 16)*

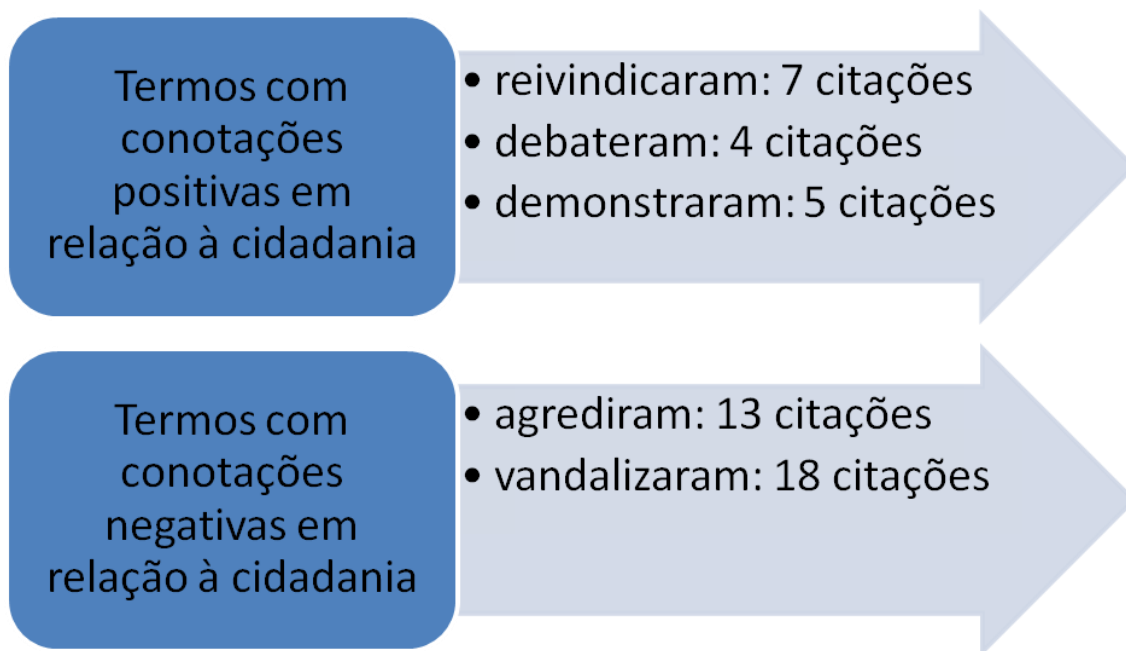
Outros estudantes relataram e relacionaram a ideia de cidadania de forma positiva no sentido de debate, reivindicação e busca pelos direitos da sociedade, enquanto alguns expuseram conotações negativas concernentes ao termo em questão. Há também uma concepção e relatos de falta de conscientização no exercício da cidadania. Apesar de vivermos numa sociedade democrática onde as pessoas tem liberdade de expressão e de se manifestar, para a maioria dos alunos a cidadania foi reprimida pela coação das polícias, e isso fica explícito nos trechos a seguir:

*A luta é injusta! Vendo cidadãos, filhos da pátria amada corrompida que resolveram enfim lutar pelos seus direitos, contra cidadãos cegos, fardados, armados e guiados por cães adestrados, por um governo “democrático” onde a maioria que vence é a que se opõe ao povo. Me vem as seguintes perguntas: até quando? Será que há limites? ou será que o medo da opinião alheia nos limita e nos impede de lutar por nossos direitos? (Aluno 17)*

*Como no Brasil as coisas não são levadas a sério, muitos foram às ruas para quebrar lojas, roubar roupas, telefones celulares, jóias, brigar com policiais. Até então essa mudança não ocorreu ainda porque os burgueses não sabem do que se trata a manifestação, e os marginais que vão para destruir monumentos históricos não levam a sério a luta das pessoas que sofrem todos os dias pegando ônibus lotados, pagando impostos para os governos. (Aluno 18)*

Para melhor visualização dessas falas, foi elaborado um gráfico, logo abaixo:

**Figura 7: Conotações sobre cidadania**



**Fonte:** Dados levantados pela pesquisadora

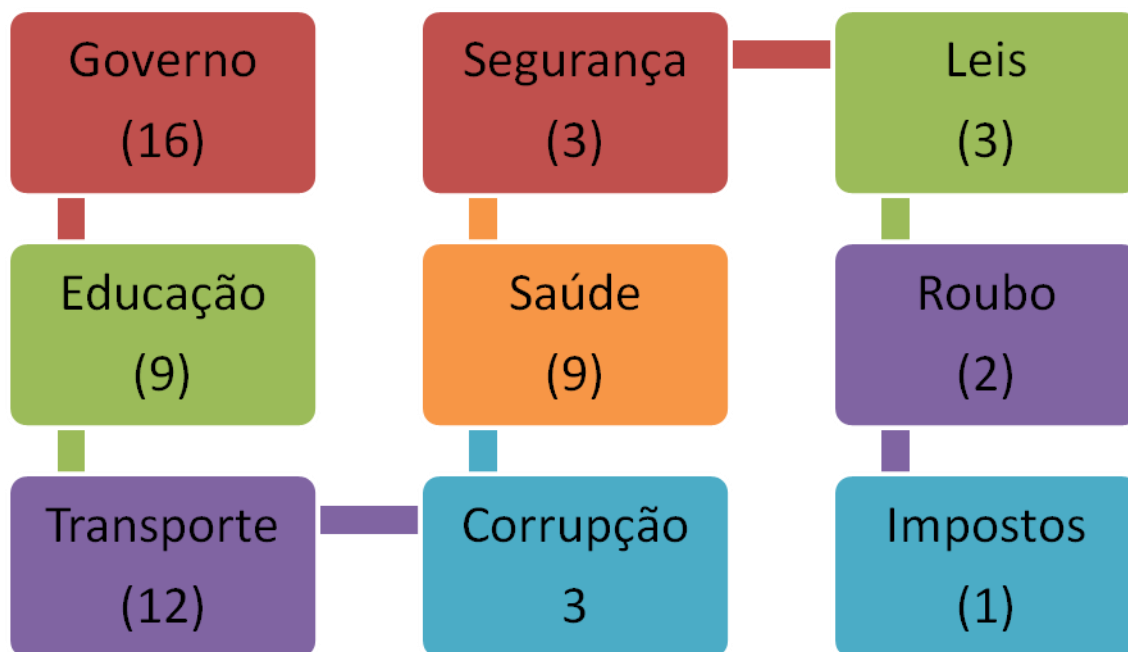
Além dessas conotações, poucos adolescentes pontuaram palavras consideradas como mote das manifestações associadas ao governo. Uma dessas pontuações está nos seguintes trechos:

*A população brasileira exigiu o que já deveria ter feito há muito tempo. Vivemos num país onde pagamos vários impostos para termos saúde, educação, transporte segurança, mas infelizmente o governo não cumpre com o seu dever.(Aluno 19)*

*O que levou o povo a sair do seu comodismo para ir às ruas lutar por seus direitos e ideais? Um dos motivos mais óbvios é a insatisfação da população com o que o governo oferece, e isso tem corroído cada vez mais o povo, essa disputa de poder entre dois blocos consolidados. A grande diferença é que a população acordou para os problemas que o Brasil vem enfrentando. O povo acordou e viu que as pessoas estavam morrendo em filas de hospitais por falta de atendimento adequado, e ficam anos na fila de espera por um transplante de órgãos. Além disso, temos um péssimo transporte público, e a nossa educação que deveria preparar grandes líderes para o futuro, não é de qualidade e deixa a desejar em vários aspectos. (Aluno 20)*

Diante dessas transcrições e da análise das demais redações, foi elaborado um quadro com a quantidade numérica em que essas palavras foram citadas:

**Figura 8: palavras importantes na manifestação**



**Fonte:** Dados levantados pela pesquisadora

Com base no gráfico acima, nota-se que os alunos pouco mencionaram palavras que comporiam os pontos principais das manifestações. São poucos que demonstram preocupação em relação à educação, ao transporte e à saúde, e raras vezes surgem comentários sobre corrupção, impostos, segurança e os demais termos expostos.

Fica evidente a deficiência na formação crítica e na preparação para a vida dos discentes do colégio Meta, cujo o foco principal dos gestores é massificar a ideia de que o conteúdo televisivo não é confiável e é desnecessário na contextualização do conteúdo pedagógico.

McCombs (2004) afirma que a Hipótese de *Agenda-Setting* nos diz sobre *o quê* pensar, no entanto o autor também acrescenta que essa Hipótese ainda se encontra em processo de evolução, e portanto é algo inacabado. Prova disso é que, no decorrer da análise das redações, notou-se que os alunos foram pautados sim pela mídia em relação às manifestações de 2013, mas em contrapartida houve a influência direta da escola na opinião da maioria deles, quando estes levantaram críticas negativas à forma como o evento em estudo foi veiculado pelos meios eletrônicos de comunicação. Mas apesar de toda resistência e até certo desinteresse pelos meios, ainda assim os alunos do colégio Meta sabiam sobre o evento nacional e alguns deles afirmaram ter acompanhado o tema pela televisão. De qualquer forma, foram pautados pela *Agenda-setting*.

## 8.2 OBSERVAÇÃO SIMPLES: ADOLESCENTES EM SALA DE AULA

De forma secundária e complementar à análise de conteúdo, a observação simples se deu através de 12 horas de atividades dos adolescentes, em 6 dias de aula (de 5 a 12 de setembro de 2013). Durante a observação, a pesquisadora teve contato com mais de 100 alunos diferentes divididos pelas séries de 1º, 2º e 3º anos, todos estudantes do Colégio Meta Brasil, com idades entre 13 e 18 anos.

Nesta pesquisa, a observação simples se deu após a elaboração das redações e foi realizada em sala de aula, a fim de analisar se os professores instigaram os alunos sobre assuntos de cunho telejornalístico e, se os alunos corresponderam e comentaram esses conteúdos. No total, foram assistidas aulas no decorrer de uma semana nas turmas de primeiro, segundo e terceiro anos no Colégio Meta Brasil, em Goiânia.

Segundo Gil, (1999, p.111-112) neste procedimento o pesquisador foi muito mais um espectador que um ator. Daí porque pode ser chamado de observação-responsável, já que apresentou certas similaridades com a técnica empregada pelos jornalistas. Embora a observação simples possa ser caracterizada como espontânea,

informal, não panificada, coloca-se num plano científico, pois vai além da simples constatação dos fatos. Além disso, a coleta de dados por observação é seguida de um processo de análise e interpretação, o que lhe confere a sistematização e o controle requeridos dos procedimentos científicos. A observação simples apresenta uma série de vantagens que pode ser assim sintetizada:

- possibilita a obtenção de elementos para a definição de problemas de pesquisa;
- favorece a construção de hipóteses acerca do problema pesquisado;
- facilita a obtenção de dados sem produzir suspeitas nos membros das comunidades, grupos ou instituições que estão sendo estudados.

Em contrapartida a observação simples apresenta algumas limitações, que são:

- É canalizada pelos gostos e afeições do pesquisador. Muitas vezes sua atenção é desviada para o lado pitoresco, exótico, ou raro do fenômeno.
- O registro das observações, frequentemente, da memória do investigador.
- Dá ampla margem à interpretação subjetiva ou parcial do fenômeno estudado.

A pesquisadora escolhia a turma onde haveria aula de ciências humanas ou sociais, sob a orientação do coordenador pedagógico que preferiu que a pesquisa não se realizasse nas turmas com aulas de ciências exatas, e apesar de certa insistência por parte da pesquisadora, o coordenador se manteve firme, alegando que aulas de exatas não atenderiam às necessidades da análise. A pesquisadora apresentava-se ao professor da disciplina onde o mesmo já sabia que seria realizada uma observação, mas não tinha detalhes do que se tratava exatamente – a pesquisadora combinou com o diretor e com o coordenador pedagógico para não dar detalhes da pesquisa, e nem de sua temática para os professores de forma que os mesmos não fossem influenciados a citar exemplos de conteúdos televisivos em sala de aula – a fim de que a observação sofresse o mínimo de interferência possível. Após apresentar-se ao professor, a pesquisadora adentrava a sala de aula, direcionada pelo coordenador pedagógico, e apresentava-se aos alunos como mestranda da UFG, e que estava ali apenas para fazer algumas anotações das aulas, no intuito de passar o mais desapercivelmente possível.

Os minutos iniciais da observação foram desprezados, uma vez que a presença de alguém estranho em sala de qualquer forma altera a rotina dos professores e dos alunos. Depois de cinco minutos de aula, deu-se início às anotações sobre as falas dos professores e as interferências de dúvidas e críticas dos alunos. Muitos estudantes e até mesmo professores ficaram desconfiados, pensando que a pesquisadora era uma espécie

de espíã que estava avaliando a qualidade das aulas sob a orientação da direção. Alguns professores chegaram a ser hostis em alguns momentos. Mas a pesquisadora não se deixava desanimar e nem influenciar e continuava a tomar notas em seu caderno de campo.

A observação iniciou-se no dia 05 de setembro de 2013, no colégio Meta Brasil, às 07:00h da manhã, na turma de 2º ano B, com o professor de redação. Como o advento das manifestações era muito recente e havia se tornado assunto principal em todo o Brasil, o professor iniciou a aula levantando questionamentos sobre a redação que os alunos haviam entregado na semana anterior. Um dos pontos levantados foi sobre o possível impeachment da presidente Dilma Rousseff. Alguns alunos falaram sobre outros assuntos de redações anteriores, mas o professor voltou à temática inicial e começou uma discussão sobre os protestos de junho daquele ano. O professor chamou a atenção e disse que naquela turma alguns alunos divagaram na redação e que pareciam saber apenas das notícias que eram passadas nos jornais locais. Ele os orientou a acompanharem conteúdos jornalísticos de cunho nacional e internacional, a fim de conhecerem melhor sobre outras notícias, além das locais. O professor acrescentou: “o melhor telejornal é o da TV Cultura<sup>17</sup>, onde profissionais capacitados não só informam, mas também comentam o conteúdo criticamente”.

Fica aqui evidente que o professor se levantou contra aquilo que apregoa tanto gestores quanto os mantenedores. Pois na escola os “conceitos morais” ditam a temática repressora daquilo que pode e do que não pode ser citado ou direcionado em sala de aula. Em pleno século XXI ainda encontramos uma comunidade educacional sob os moldes do feudalismo institucional e pedagógico.

Além disso, o docente incentivou os alunos a observarem melhor as notícias e buscarem se aprofundar nas informações. Citou o exemplo do pré-sal e toda a questão econômica da exploração de petróleo no Brasil. Ele explicitou que após os protestos de junho, 75% do dinheiro do pré-sal seria investido na educação, e os outros 25% para a saúde, e salientou que apesar dos benefícios trazidos pelo pré-sal, tinha que ser pontuado o fato dos possíveis impactos ambientais e acidentes, como por exemplo, vazamentos de combustíveis e etc. Neste momento os alunos participaram da discussão e ressaltaram que para a maioria deles, o pré-sal traria muito mais prejuízo do que benefícios. Aproveitando o ensejo, o professor comentou sobre o acidente na usina nuclear de Fukushima, no Japão, em abril de 2013, de cerca de 100 toneladas de água

---

17 Em entrevista com o coordenador pedagógico, foi elucidado que este telejornal é um dos poucos com credibilidade, no ponto de vista da direção e coordenação do colégio.

radioativa, e disse que esse vazamento poderia ter alcançado o mar e causado um impacto ambiental, que por sua vez refletiria na sociedade japonesa como um todo e também nos países vizinhos.

O educador sugeriu que os alunos pensassem e repensassem acerca de investimentos em energia natural ou renovável, e instigou-os a observarem e estudarem com preocupação esses e outros problemas de ordem ambiental, político, social e econômico. Acrescentou que é importante buscar não apenas soluções para os problemas já existentes, mas principalmente pensar uma política que aja preventivamente, como por exemplo: investir em metrô, bonde, e deixar de lado o incentivo excessivo para que a sociedade consuma mais carros e com isso mais combustíveis. Desta forma os impactos seriam minimizados e quiçá eliminados.

Posteriormente, o professor falou sobre o fato de o ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) abrir portas para pessoas de outros Estados terem acesso à Universidade Federal de Goiás. Ele criticou e achou absurdo fazer um vestibular com provas de geografia e história com referências nacionais e não mais locais, além do inchaço de gente na cidade de Goiânia. Por fim, o docente fechou a aula incentivando e instigando os alunos a refletir de forma crítica sobre tudo o que foi abordado naquela manhã.

Nessa turma, foi possível observar que, a grande maioria dos discentes estava atualizada em relação aos comentários feitos pelo professor em relação ao conteúdo transmitido pela televisão, e eles reagiam com comentários e gestos de acordo com o decorrer da aula. Os alunos fizeram intervenções afirmativas em relação à fala do professor, demonstrando interesse pelos assuntos, e foram partícipes principalmente no que se referia às manifestações. Muitos demonstravam uma opinião com características de influência do docente, colocando os telejornais como vilões, pois noticiavam mais o vandalismo executado por um pequeno grupo, do que os reais protestos pacíficos compostos por pessoas de bem.

Notou-se que essa turma havia sido bem instruída pelo professor, que massificou os protestos como um evento grandioso e digno da participação de todos os discentes, no entanto ele sempre frisava o fato de que a mídia estava distorcendo a real imagem de tal fato histórico, colocando em voga a violência dos vândalos. Além disso, o professor foi enfático ao repetir que o único telejornal de credibilidade da TV aberta, é o da TV Cultura.

No segundo dia, a pesquisadora adentrou a sala de primeiro ano, na disciplina de português, no entanto, a observação não obteve êxito uma vez que o professor passou

um teste do ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio), de forma que os alunos ficaram concentrados para marcar o questionário, e depois disso foram liberados.

O terceiro dia de observação ocorreu na turma de terceiro ano, na disciplina de Geografia, onde o professor deu início à aula falando sobre os níveis de colonização na América do Sul. O docente demonstrou tensão, e provavelmente devido à presença da pesquisadora, o professor teve dificuldades de desenvolver a aula, e quando conseguia os alunos não mostravam interesse pela explanação.

Houve um instante em que o educador comentou a respeito da morte de Hugo Chávez, assunto abordado pela televisão a partir de março de 2013, três meses antes do início da pesquisa. Boa parte da turma não sabia do ocorrido e ficou surpresa com a notícia. O professor se mostrou preocupado com a reação dos alunos e disse que não podia acreditar no fato de que, estudantes do terceiro ano não estavam atualizados com assuntos de conhecimentos gerais e atuais. A resposta de um dos discentes foi: “estamos mergulhados nas matérias para passar no vestibular, e por isso não sabemos de tudo o que passa na televisão”. Uma aluna disse que ouviu a mãe comentando sobre a morte de Hugo Chávez, mas não buscou se aprofundar no assunto.

Nota-se que, a reação dos alunos nessa disciplina, foi oposta ao que demonstraram na aula de redação, levando ao questionamento se os assuntos gerais do noticiário não são importantes para a realização do vestibular. Cabe refletir se as provas do vestibular estão sendo elaboradas com questões de relevância noticiadas pela mídia e se isso é um problema do jornalismo, que efetivamente não busca temas de interesses dos jovens, ou é uma questão estrutural da educação – afastada do cotidiano; ou ainda específica da turma que está centrada nos exames feitos com antecedência e, portanto que tendem a não abordar temas atuais.

Será que, de fato, a escola está formando para a vida e estimulando a leitura crítica do mundo na vida dos alunos? Uma vez que, estes são dois dos principais tópicos colocados como objetivos pelo colégio em estudo.

No quarto dia, a pesquisadora acompanhou a aula de história, também no terceiro ano. O docente explicou sobre o movimento iluminista baseado na razão, onde o rei se aliou aos filósofos. Desde o início da aula os alunos foram partícipes e demonstravam ter interesse pelo assunto, sempre fazendo intervenções e comentários sobre tudo o que o professor falava.

O educador discorreu sobre os movimentos populares, mas nesse aspecto, foi possível notar uma história desvinculada do presente. Uma história não crítica, apenas memorizada.

O professor fez uma explanação sobre a Revolução Francesa onde surgiu a figura do cidadão, e afirmou que antes dessa revolução, estudar era para os ricos, e somente os pobres bastante teimosos insistiam em procurar o conhecimento, e foi quando o povo teve acesso ao conhecimento que houve uma reforma superficial.

Nesse aspecto, notou-se que o tema cidadania parecia recorrente aos alunos que demonstraram interesse pelo conceito, inclusive dois discentes comentaram sobre o assunto dentro do contexto apontado pelo professor.

O docente fez a contextualização da história com os dias atuais, e criticou o acesso que a população tem ao ensino, acrescentando que no Brasil existem as “bolsas” como forma de incentivo para as pessoas buscarem a educação, e que apesar desse acesso, muita gente não tem interesse pelo crescimento intelectual e nem por exercer sua cidadania, uma vez que, um cidadão com capacidade crítica, tem maior possibilidade de lutar por uma política melhor, por uma economia melhor, por uma educação melhor, enfim, por um país melhor. Um dos alunos acrescentou que talvez o povo brasileiro estivesse buscando mudanças, uma vez que havia se mobilizado através de manifestações que tomaram todas as cidades do Brasil.

Neste contexto a cidadania para Maria Helena Diniz, em seu Dicionário Jurídico é:

Qualidade ou estado de cidadão; vínculo político que gera para o nacional, deveres e direitos políticos, uma vez que o liga ao Estado. É a qualidade de cidadão relativa ao exercício das prerrogativas políticas outorgadas pela Constituição de um Estado democrático. (DINIZ, 1998, p.575)

Neste mesmo intuito, Thomas Humphrey Marshall, um dos grandes estudiosos nos estudos sobre cidadania, desenvolveu o conceito que é ainda hoje um dos mais utilizados, sendo seus estudos considerados referências sobre a temática.

T. H. Marshall (1967, p.63), divide a cidadania em três elementos: civil, política e social; elementos estes que tiveram um desenvolvimento peculiar no Brasil se comparado a outros países, sobretudo os europeus.

Assim, de acordo com Marshall, os direitos representariam indicadores concretos de cidadania, ressaltando, que não basta que eles sejam meramente “declarados”, mas que tais direitos sejam concretizados, e assim, que estejam em plena operação na vida real das pessoas, com a emergência de quadros institucionais específicos.

Com base no breve conceito de cidadania para Marshall e as implicações do feixe de direitos que ele tem, pode-se vislumbrar a omissão do conhecimento das

peças de que a qualidade de cidadão envolve muito mais do que o direito ao voto, mas também direitos sociais e civis, os quais foram consagrados pela Constituição Federal Brasileira.

Outros alunos também disseram que essas manifestações foram realizadas por jovens burgueses que seguiam apenas um modismo, e na verdade não queriam mudança alguma, mas sim aparecer nas redes sociais com placas e cartazes. Para outros os protestos representavam que o povo estava saturado de tanta corrupção, problemas na saúde, educação, impostos altíssimos dentre outros fatores. Os estudantes mostraram saber as notícias relacionadas à manifestação, no entanto o conhecimento adquirido por eles era a reprodução das opiniões dos professores e gestores do colégio, seguindo um discurso crítico em relação contra a mídia.

O professor pediu para a turma levar a discussão para a próxima aula, uma vez que o horário já havia se encerrado. Vale observar certa inflexibilidade em relação aos horários de aula no ensino brasileiro. Neste caso, estava em curso uma aula interessante, onde grande parte dos alunos demonstrava interesse e curiosidade pela discussão, no entanto, para cumprir as normas institucionais, o docente teve que concluir.

Embora tenha sido discutido sobre as manifestações e a questão da cidadania, não houve menção direta ao conteúdo televisivo, no entanto notou-se um posicionamento independente e diferenciado, criticando a transmissão das mídias eletrônicas em relação aos protestos.

No quinto dia, a observação foi realizada na turma de segundo ano na disciplina de sociologia, onde o educador falou sobre as regras metodológicas das ciências sociais com a pesquisa, a objetividade, a observação, as entrevistas e os questionários. Após explicar cada uma dessas regras, o professor questionou se os alunos sabiam por que a sociologia não existia antes e o que era um pensamento sociológico. Uma aluna tentou responder dizendo que acreditava que os níveis de mudanças eram lentos, por isso não existia sociologia, e o pensamento sociológico compreendia as interpretações sociais buscando um caráter de ciência e consolidava os verdadeiros conhecimentos. O professor fez algumas correções e disse que o contexto surge com a necessidade de explicar a nova realidade social. Posteriormente, ele explicou as correntes sociológicas, e propôs uma atividade para a turma.

O educador não fez pontuações com a atualidade e não houve gancho para a questão das manifestações. Na aula não houve a tentativa de uma visão crítica da atualidade e nem a preocupação em trazer o conhecimento para o cotidiano usando o conteúdo das mídias. Mas o que ficou clara foi apenas uma transmissão de

informação/conhecimento sem a preocupação de mostrar seu uso e importância para compreender a vida atual e os acontecimentos - que estão na mídia ou não - do cotidiano.

O sexto e último dia de observação, ocorreu na turma de primeiro ano, sob a coordenação do professor de Filosofia. O docente deu início falando sobre a Grécia democrática e explicou, de forma sucinta sobre os períodos: pré-homérico, homérico e arcaico.

Em seguida foi explanado sobre a cidadania na Grécia, onde o povo podia exercer seu papel de cidadão através de decisões tomadas em grupo nas reuniões que aconteciam na *Ágora*, e todos eram ouvidos chegando a consensos em prol da sociedade como um todo e do destino do País. Segundo o professor, lá o próprio povo é representante e possui vez e voz para participar da política, ao contrário do Brasil, onde temos uma democracia representativa, ou seja, representada pelos políticos.

O docente fez uma interferência no assunto para comentar sobre a possível guerra contra a Síria, proposta por Barack Obama. Os alunos interagiram e fizeram comentários sobre matérias que tinham visto na televisão a respeito do assunto, e acrescentaram que a impressão que se tinha era a de que a população americana parecia não concordar com os ataques. Desta feita, o professor trouxe o assunto para o cotidiano dos alunos, fazendo com que os mesmos visualizassem o passado contextualizado nos dias atuais.

O professor explicou que na Grécia, a pessoa que tinha interesses coletivos era chamada de político, e quem olhava apenas para si próprio era conhecido como idiota egoísta. Na concepção do professor, isso se difere do Brasil, onde esses valores foram totalmente invertidos.

Falando sobre a Grécia, o professor continuou do ponto em que surge a *Paideia* (ideia de educação, aprendizado). É quando ocorre a mudança de valores e o herói abre espaço para o bom cidadão, surgindo, desta forma, a figura dos sofistas. O docente fez um paralelo entre Platão - que falou muito mal dos sofistas, professores de retórica, pois acreditava que ao ensinarem, eles não tinham compromisso com a verdade - trazendo a discussão para os dias atuais, onde os alunos tem acesso a informações para averiguar e verificar se determinado assunto lecionado em sala de aula consiste na realidade ou não. Se o que é ensinado na escola tem a ver com o que se vê na mídia, nos jornais em relação à política, à economia e à sociedade como um todo. Durante a explanação do docente, um aluno questionou sobre o conceito de realidade exposto por Nietzsche, e se tinha a ver com os argumentos dos sofistas. O professor respondeu que os sofistas

levavam ao erro, por falarem de uma realidade fictícia, afinal quando a pessoa se contradiz, esta é levada ao erro, diferentemente de Nietzsche que acredita na não existência da realidade concreta do mundo aparente, que ele define como sendo uma interpretação dos nossos sentidos, ou seja, uma valoração sobre as coisas e fenômenos.

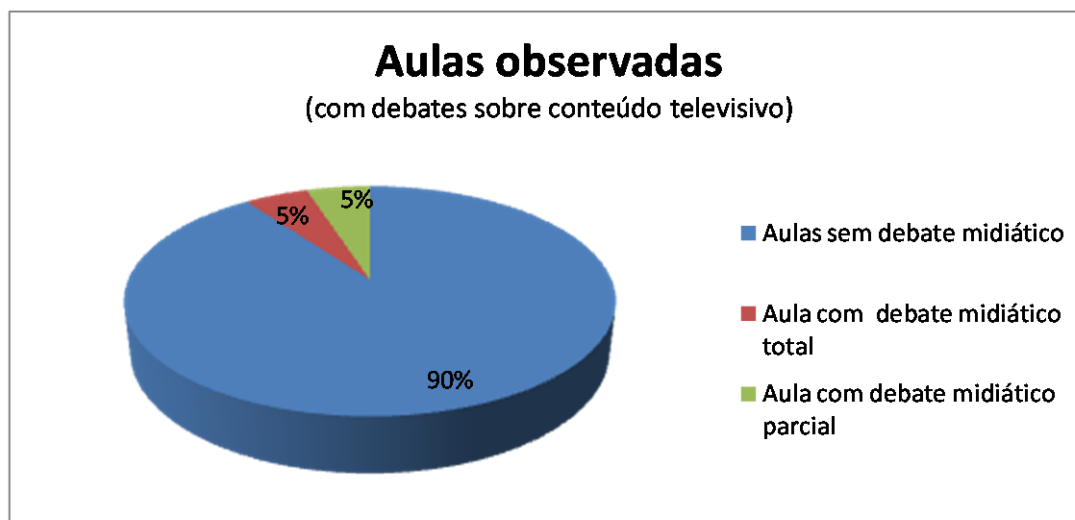
Nesta aula, foi possível notar que os alunos possuem informações, tem conhecimento dos acontecimentos da sociedade difundidos através dos noticiários, da história, da filosofia, no entanto nota-se que há pouca exploração e uma rasa contextualização por parte do professor no que cerne à aplicação do conteúdo de sala de aula e o cotidiano dos estudantes.

Encerrada a observação simples, a pesquisadora analisou o conteúdo anotado em seu caderno de campo, e foi possível perceber que o conteúdo midiático pouco foi explorado em sala de aula. O professor que mais explanou foi o de Redação, que instigou os alunos não apenas a comentarem sobre o conteúdo assistido, mas, sobretudo levando-os a ter curiosidade e a buscarem o aprofundamento e a contextualização das matérias e fatos jornalísticos.

Considera-se que, das seis aulas assistidas, apenas em duas houve comentários e críticas em relação a assuntos de cunho televisivo e jornalístico, sendo que, a única disciplina em que o professor explorou essa questão foi o de redação, no primeiro dia de observação. Portanto, nesta pesquisa nota-se que a influência da televisão nos debates de sala de aula é evitada, e mesmo que esta tenha vínculo com o cotidiano dos alunos, é pouco contextualizada em relação a TV.

A outra disciplina foi Filosofia, observada no sexto e último dia de pesquisa, onde o professor fez um breve comentário baseado em matérias jornalísticas. Neste sentido, coube à pesquisadora concluir que, de acordo com a observação simples, no Colégio Meta Brasil não há dados suficientes para analisar a influência da televisão, uma vez que o tema é totalmente evitado pelos docentes, e conseqüentemente pouco comentada pelos alunos, conforme o gráfico abaixo:

**Figura 9: Termos positivos aos manifestantes**



**Fonte:** Autora com base em dados coletados

Nesta análise ficou implícito certo medo dos professores em se aprofundar em um tema polêmico ou em um conteúdo atual, sempre transparecendo insegurança no momento de ministração da aula, que pode ser decorrente do fato de eles mesmos não poderem ensinar contextualizando com notícias televisivas. Possivelmente o motivo pelo qual eles tem dificuldade de abordar o conteúdo com a atualidade, seja resultado da própria tutela do coordenador pedagógico, que cria barreiras no professor, censurando temas dessa ordem, voltada apenas à transmissão de informações e não à análise crítica da informação que se está transmitindo quando se envolve temas relativos a TV. Por sua vez as resultantes de uma aula não contextualizada com a televisão mostra a total falta de interesse dos alunos e desenvolverem temas dessa ordem.

Enquanto a Escola adota uma postura de resistência em relação a TV, percebe-se que resistir a mídia no momento efervescente ao qual vivemos, onde a internet e a mídia dão o norte da nossa contemporaneidade, é tentar resistir ao vento e as concepções profundas da realidade e das novas tecnologias, do mundo virtual e de uma sociedade em rede. Notou-se que os professores replicam as notícias formando nos alunos uma concepção particular do todo, e não trazendo o tema para a discussão na construção de um saber coletivo em sala de aula, mas algo isolado, sistematizado e individual.

### 8.3 ENTREVISTA: COORDENADOR PEDAGÓGICO

Após a análise do conteúdo das redações e da observação simples, de forma complementar e como elemento secundário da avaliação, foi realizada uma entrevista com o coordenador pedagógico do colégio Meta Brasil, professor Alexandre Januário, no sentido de questionar por que os professores desse colégio pouco mencionam exemplos e comentários de cunho midiático como fator colaborador e auxiliar na ministração das aulas. A entrevista se deu por meio de questionário<sup>18</sup> seguindo as fases sugeridas por Farias, expostas da seguinte forma:

Pré-testagem do instrumento: validação; fidedignidade; operacionalidade; estimativa de resultados. Conhecimento prévio do entrevistado em relação ao assunto. Marcação, com antecedência, da entrevista explicitando data, hora e duração provável. Registro das respostas (gravando, filmando, combinações com registro escrito). (FARIAS, 2002, p.4)

A opção pela realização da entrevista, não prevista na metodologia inicial do trabalho, foi o caminho encontrado para entender melhor a resistência dos professores em trabalhar o conteúdo das mídias em sala de aula. Desta forma, o objetivo da entrevista se deu no intuito de entender a relação entre a sala de aula e a televisão, relacionando os dados obtidos com aspectos relativos aos planejamentos das disciplinas em que o Colégio estaria inserido.

A entrevista com o coordenador pedagógico foi realizada no dia 29 de julho de 2014, às 8:00h da manhã, com duração de quase duas horas, no Colégio Meta Brasil.

O principal ponto abordado foi a possibilidade de haver resistência por parte dos gestores do colégio em relação ao conteúdo jornalístico televisivo, promovido pelas nossas principais emissoras nacionais e locais, uma vez que verificou-se na observação simples que os professores pouco abordaram assuntos televisivos em suas aulas.

A posição apresentada pelo coordenador neste sentido foi bastante clara ao revelar forte resistência e até mesmo certo preconceito, quando afirma:

*A pior forma de se absorver uma informação, é através do jornalismo da Rede Globo. O jornal televisivo faz a seguinte coisa na cabeça das pessoas, por exemplo: um avião foi derrubado na região da Croácia, e caiu matando tantos passageiros, pronto, manchete! Mas alguém explicou, contextualizou o que realmente aconteceu? Você tem uma*

---

<sup>18</sup> Anexo 2.

*falsa sensação de que está sabendo de alguma coisa. Aí você chega e fala: nossa, você viu que caiu um avião, e...esse “e” não tem continuidade e prevalece a reticência. Aí alguém pergunta: Você é uma pessoa informada? e você responde: Sou! Assisto jornal todos os dias. Ou seja, você sabe da manchete, mas você não sabe causas, efeitos e consequências.(Alexandre Januário)*

É interessante que no decorrer dessa fala, o coordenador cita exemplos e traz, sem prévia intenção, a comprovação da existência da Hipótese de *Agenda-Setting* no cotidiano dele mesmo e das pessoas com as quais convive. No entanto, nota-se que ele expõe isso de forma crítica, como se os telejornais fossem rasos, sem profundidade e com pouco conteúdo aproveitável para discussão. O coordenador repete a crescente falta de credibilidade na emissora e uma progressiva perda de prestígio do meio. Para ele, na maioria das matérias televisivas o que se vê são manchetes, mas nenhuma explicação do conteúdo transmitido.

Não é proposta deste trabalho questionar a qualidade do telejornalismo, mas apenas registrar a opinião do entrevistado, igualmente notando que apesar de citar a falta de qualidade, ele entende que isso não afeta a audiência do telejornalismo. Da mesma forma, é importante registrar que na entrevista igualmente transparece uma contradição: a riqueza de detalhes prova que o entrevistado também assiste o telejornal.

Para o coordenador Alexandre Januário, são poucos os jornais que realmente deveriam ser assistidos, a exemplo disso ele cita apenas e tão somente o da TV Cultura, que em sua concepção é o único da tv aberta que promove ao jornalista a possibilidade de debates com contexto, levando a população a refletir sobre a notícia, e não apenas a ouvi-la sem questioná-la ou analisá-la.

O Coordenador foi questionado se é por isso que a escola não adota conteúdo telejornalístico como ferramenta colaborativa no processo cognitivo de aprendizagem, e ele alegou que, cabe ao professor chegar à sala de aula e levar comentários aos alunos sobre acontecimentos transmitidos pelos noticiários, desde que haja contextualização com o conteúdo pedagógico e que o assunto tenha duração máxima de quinze minutos, segundo ele, para não atrapalhar a aula e nem o sequencial do conteúdo. Entretanto, ele não indicou outro meio para conseguir informação, não citando qualquer outro veículo ou periódico que considerasse mais confiável. Essa ausência mais uma vez deixa clara a tentativa de desmembramento dos conteúdos midiáticos como complemento ao conteúdo pedagógico dessa escola.

O entrevistado acrescentou que é responsabilidade do professor levar informações dignas, e não apenas manchetes rasas que não trazem informações de fato,

pois segundo ele, as manchetes geram a falsa ideia de que o aluno sabe de alguma coisa, mas na verdade não sabe de nada, não tem uma base sólida e nem leva o discente ao questionamento para debater sobre o assunto com outras pessoas.

Fica portanto nítido que a escola de fato não tem interesse, nem incentiva e até desaconselha ensinar utilizando-se de assuntos da televisão, afim de que não haja influência do conteúdo televisivo em sala de aula. Cabe questionar como é possível preparar para vida se não pode se colocar em contato com o cotidiano e com as mídias, posto que a mídia é um reflexo da sociedade onde está inserida.

Neste sentido, houve a necessidade de fazer um paralelo e expor o conceito trazido pelo pensador brasileiro, Muniz Sodré, sobre *Bios Midiático*, em seu livro: *Antropológica do espelho*. Para Sodré (2002) a mídia passa a implicar em uma nova qualificação da vida, em um novo *bios*, o *bios midiático*. Nesse bojo, o autor afirma que isso significa um novo modo de se fazer sentir, um *bios* específico. Aristóteles, em *Ética a Nicômaco*, distingue três âmbitos nos quais se desenrolam as ações humanas: o *bios theoretikos* – a vida contemplativa; o *bios politikos* – vida política; e o *bios apolaustikos* – a vida prazerosa. Sodré acrescenta mais um gênero de existência: o *bios midiático*. Para ele a informação é espectro, é representação, é fantasma, é palavra, é discurso. É real, tudo que se passa ali é real, mas não da mesma ordem da realidade das coisas:

Nossa idéia de um quarto bios ou uma nova forma de vida não é meramente acadêmica, uma vez que já se acha inscrita no imaginário contemporâneo sob forma de ficções escritas e cinematográficas. Tal é, por exemplo, a base narrativa do filme norte-americano “O Show de Truman”, em que o personagem principal vive numa comunidade sem saber que todas as suas ações cotidianas, de trabalho, vizinhança, amizade, amor são cenarizadas e transmitidas a um público mundial, em tempo real, por ubíquas câmaras de televisão, controladas por técnicos e um diretor de programação. A cidade imaginária de Truman é de fato uma metáfora do quarto bios, um arremedo da forma social midiática. (SODRÉ, 2002, p. 25)

O coordenador Alexandre pode até conceber a mídia como ruim, mas ela não pode ser ignorada pois existe, está aí e é impossível não conviver com ela. A escola deve preparar o aluno para uma leitura crítica da mídia, ignorar é piorar o problema, é fingir que ele não existe, o que vai contra a própria filosofia da escola

Para o coordenador até uma matéria de relevância para a aula ministrada, o máximo que pode haver de utilização de exemplos e conteúdos televisivos em sala de

aula, é de um período máximo quinze minutos e, daí a aula prossegue dentro do seu ciclo teórico.

O coordenador vai além, e diz que essa resistência em relação à televisão, “*faz parte de uma base tradicionalista do colégio*”. Para ele, apesar de o colégio estar baseado na proposta pedagógica do construtivismo, segue uma linha mais tradicional e conservadora, essa é uma tendência que vem da direção, e é perpassada para os demais gestores e professores. Sobre esse aspecto colocado pelo coordenador, vale refletir no seguinte pensamento exposto por Hannah Arendt:

O problema da educação, no mundo moderno, está no fato de, por sua natureza, não poder esta abrir mão nem da autoridade, nem da tradição, e ser obrigada, apesar disso, a caminhar em um mundo que não é estruturado nem pela autoridade nem tampouco mantido coeso pela tradição. (ARENDR, 1992, p.245)

O coordenador afirma:

*Aqui nós tentamos resgatar uma conscientização do passado e uma base, avançando para o futuro, mas sempre com um pé lá atrás no tradicionalismo, e esse é o segredo do sucesso do Colégio Meta”. (...) “nós trabalhamos essa questão tradicional não apenas nos valores morais e cívicos, mas também nas responsabilidades que os alunos precisam cumprir. (Alexandre Januário)*

É necessário pensar em educação sem desprezar a preservação da memória e do patrimônio construído por nossos antepassados – mas viver os problemas do cotidiano e ter sensibilidade para admitir a relevância da mídia para a sociedade não é uma questão importante para o entrevistado. No entanto, esse mesmo pensamento do coordenador vem ao encontro da reflexão feita pelo filósofo e educador Celito Meier:

Assim, o que identifica o ato de educar é a construção da ponte entre o passado, a ser sempre recuperado na memória, e o conhecimento do estágio atual no qual a civilização se encontra. Somente essa sólida formação na consciência da história da humanidade possibilitará, num futuro possível, verdadeiras revoluções, arraigadas no espírito da responsabilidade pelo nosso mundo. Sem essa ciência da memória histórica e sem essa responsabilidade pela preservação do próprio mundo, que nova geração será essa? O que esperar de uma geração não educada na memória e no respeito aos antepassados? (MEIER, 2011, p.1)

Vale ressaltar que a mídia faz parte do mundo atual, e ainda que tal fator seja menosprezado pelos gestores do colégio em estudo, fica o questionamento se é possível educar para o mundo atual ignorando a mídia.

No decorrer da entrevista, o coordenador Alexandre Januário reconheceu que os tempos mudaram e que a escola compete com inúmeras ferramentas atrativas como a TV, facebook e outros. Mas apesar desse reconhecimento o gestor não vislumbra a possibilidade de utilizar tais ferramentas em favor dos alunos, mas pelo contrário, ele as trata como inimigas do ensino. Nesse aspecto ele afirma: “Se você pensar numa rede social e perguntar o que ela propõe de cobrança para um adolescente, a resposta é: nada!”. Ou seja, o gestor deixa claro que os alunos se tornam vazios e isentos de conteúdo por utilizarem algo que não tem valor, na concepção dele. No entanto, esses valores podem até ser incorretos, distorcidos, mas tem utilidade sim. E se a escola não pensar nisso corre um grande risco de ficar cada vez mais defasada.

O coordenador prossegue acrescentando que quando a mente é libertada demais, as consequências disso desembocam em situações complexas, como por exemplo:

*A história mostra que todas as civilizações onde a liberdade foi exposta de uma vez, sem uma construção, desembocaram em problemas sociais. Vamos imaginar que no seu tempo de escola seu pai falava: “você será advogada”, e aí de você se dissesse o contrário. Se você chegasse em casa com notas vermelhas, notas baixas, tinha aquele cinturão pendurado atrás da porta, que era a figura do punidor, e aquilo criava uma situação de reflexão, onde você parava e pensava: espera aí, se eu fizer algo errado, tem um cinto lá me esperando. Hoje não. O que você vê é um aluno questionando por que tem que obedecer aos mais velhos em tudo, e até banalizando nossa autoridade.(Alexandre Januário)*

Não somente no trecho acima, mas durante toda a entrevista notou-se que permeia uma forte resistência em relação às mídias eletrônicas e há também contradições quanto às propostas pedagógicas e a filosofia do colégio. O coordenador julga e não vê valor na mídia, ele ignora mas não traz soluções, não apresenta uma saída. Essa atitude pode ser comparada ao fato de alguém dizer que não se deve acreditar que a terra gire em torno do sol e, que seria melhor fazer sol o dia todo. A mídia existe e tem um potencial para o bem e para o mal, e neste caso, caberia aos gestores do colégio aproveitar esse potencial positivo de forma complementar para enriquecer o conteúdo lecionado em sala de aula. Quanto ao mais, ensinaria os alunos a cobrar mudanças e a desmascarar por meio de uma leitura crítica o potencial negativo, mas sem ignorar ou resistir.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de tudo que foi analisado nesta pesquisa, onde algumas incógnitas foram desmistificadas e outras ainda demandam aprofundamento, particularmente no que cerne ao agendamento e a condição humana, verificou-se que há muito a ser investigado, pesquisado e estudado. Fica claro, portanto, que no presente trabalho não houve a pretensão de apresentar teorias conclusivas, fechadas ou definitivas, mas se consubstanciou em sua essência em analisar pontualmente a formação das agendas dos alunos do ensino médio do Colégio Meta Brasil, em Goiânia, frente ao fenômeno social que surpreendeu o Brasil e o mundo em junho de 2013: as manifestações e as repercussões e desembocaduras que tal evento temática gerou nesses alunos através da TV, respondendo aos estímulos do agendamento.

A análise das redações foi o método que fundamentou o trabalho, sendo utilizada de forma similar a um termômetro, medindo o nível de envolvimento desses alunos em relação ao objeto em estudo e, que teve por base a hipótese de *Agenda-Setting*, seus direcionamentos e pautas.

Com o discorrer do trabalho foi possível perceber o ponto nevrálgico desta dissertação, que foi justamente entender em que medida a mídia influenciou a percepção dos alunos do ensino médio sobre os protestos. Neste sentido, tal percepção ficou sustentada nas bases da *Agenda-Setting*, que para Formiga (2006, p.86) podem ser expostas da seguinte forma:

a) a priorização temática do público:

Fica claro que a importância dada ao tema pelas mídias, e em particular pela cobertura do telejornalismo, o que, conforme demonstrado nas redações, também torna o assunto importante para os alunos pesquisados. As redações analisadas mostram que não apenas conhecem o tema, como ele tem sido objeto de reflexão e debate entre os próprios alunos e nas suas famílias; e que estes debates incluem julgamentos de valor fortemente influenciado pelas opiniões e imagens expostas pelas mídias;

b) o papel de necessidade de orientação, o impacto das condições do mundo real e outras conjunções externas contingenciais:

Observando as redações, fica claro que a escola não optou por abdicar do papel de orientadora nesta situação em particular, preferindo não abrir espaços em sala de aula – ou em qualquer outro que tenha sido notado pela pesquisadora – para o debate sobre os acontecimentos. Algumas questões, eventualmente mencionadas em sala de aula, foram

pouco comentadas e não raro o assunto foi encerrado a partir de intervenções diretas do professor. Fica claro, portanto, que a escola considera o tema exterior a vivência acadêmica, uma discussão que não interfere na formação intelectual dos seus alunos. A importância desta observação levou a pesquisadora a fazer a entrevista com o coordenador, na qual observou-se que não se tratava de uma atitude eventual, mas de uma posição adotada pela escola, sem considerar ou mesmo perceber de forma clara que essa atitude vai contra as suas metas. Trata-se, portanto, de uma escolha que reflete a própria visão dos gestores da instituição, que não compreendem ou reconhecem a importância das mídias para a formação acadêmica e para a preparação para a vida adulta.

Apesar disso, verificou-se igualmente que a sedução da televisão, maximizada pelo uso simultâneo ou paralelo dos seus diferentes recursos, conduziu os alunos/pesquisados a um agendamento coletivo do tema, mas não a uma análise crítica do material apresentado, e muito menos da atuação da própria televisão e das mídias na cobertura dos eventos. De muitas formas, é como se a televisão e as mídias atuassem por meio de uma espécie de entorpecimento da consciência dos adolescentes pesquisados. Essa ação, de certa forma narcotizante ganha um novo impulso na atuação da escola, que não procura trazer o tema para o debate.

Desta forma, ao invés de esclarecer os limites dos meios, de buscar a percepção de que a televisão e os meios, mediações – representações reconstruídas pela técnica – criam condições para que os alunos aceitem de forma pouco crítica essa mediação. Nota-se que alunos que criticaram de forma direta a mídia o fizeram alegando uma “manipulação” dos conteúdos, em uma análise que não considera a complexidade e os limites das mídias, tanto nos seus aspectos técnicos quanto nas questões relativas aos seus vínculos políticos e comerciais.

De uma forma geral, verificou-se que as imagens exibidas pelas mídias, e em particular pela televisão e pelo telejornalismo, são aceitas pelos alunos como “realidade/cenas da realidade”, não tendo sido feitas observações de que se trata de uma representação mediada pela técnica.

Uma vez aceitas como real, essa representação torna-se, para o conjunto de alunos pesquisados, a própria referência da realidade, e é a partir dessa referência que tomam suas decisões – a crítica as ações do governo e dos manifestantes, mas sobretudo a participação ou não participação nas manifestações. Nesta relação dialógica, fica claro que as mídias, e novamente destacando aqui a televisão e o telejornalismo, se insere em um processo educativo diferenciado da educação acadêmica (embora não menos

importante). De fato, embora essa educação não se volte para a absorção de conteúdos acadêmicos e, na maior parte dos casos, nem mesmo informativos; e igualmente possa ser questionada no que diz respeito a sua qualidade, fica claro que trata-se de uma educação para inserção e reinserção permanente dos adolescentes em espaços mais amplos da vida social, indiretamente formando a imagem que possuem da política, do país e da sociedade.

Durante a pesquisa, o cenário foi marcado por atores que se destacaram pela composição e confirmação da Agenda-Setting, como foi o caso de muitos alunos e professores, mas também por personagens contraditórios que enriqueceram a colcha de retalhos que deu forma ao respectivo trabalho. Neste aspecto, destaca-se a fala do coordenador da escola e de alguns professores no quesito aceitação ou não da influência do conteúdo midiático na vida dos alunos. Neste percurso houve um hiato na elucidação da obra e tentativa de fechamento da temática proposta, pois estes profissionais colocaram em cheque a validade e a necessidade de se abordar conteúdos telejornalísticos em sala de aula, sob o argumento de que estes assuntos seriam desprovidos de veracidade, fundamentação teórica e conteudística. Isso fica nítido tanto na entrevista com o coordenador Alexandre Januário bem como na observação simples, quando coordenador e alguns professores pouco comentaram assuntos de relevância da atualidade, sob a alegação de que a televisão não é confiável, portanto, no ponto de vista deles, não deve ser levada a sério.

O percurso metodológico escolhido (análise de conteúdo, observação simples e entrevista) possibilitou uma abordagem no que se refere à conjuntura atual, e tornou possível não apenas a comprovação da influência do agendamento por meio da TV, como também, permitiu identificar que mesmo havendo resistências em relação às matérias telejornalísticas, concordando ou não, os atores envolvidos nesta escola foram apanhados de alguma forma pela hipótese de Agenda-Setting, seja para concordar ou para discordar, findaram por serem pautados, posto que a discussão girou em torno do que foi veiculado no telejornal.

Surgiu, portanto, uma lacuna a ser preenchida: se a Agenda-Setting diz *o quê pensar* de forma que não sobrem espaços para resistências mesmo que estas existam, todavia surge algo que foi perceptível nessa pesquisa, vai além da absorção da agenda pelos alunos pesquisado (o que fica claro na análise das redações), mas mostra também como alguns atores pensaram esse agendamento e como absorveram essas notícias e deram suas opiniões e direcionamentos acerca do assunto proposto.

Por outro lado, notou-se que a maior parte dos alunos pesquisados, apresentam uma visão mais negativa sobre as mídias e sobre a televisão difundida dentro da escola. De uma forma isolada, poucos alunos entendem as notícias como necessárias e benéficas. Em oposição, notou-se que o mesmo grupo de alunos e professores, marginalizaram a programação não jornalística. Igualmente notável é a valorização das temáticas veiculadas pelos telejornais de grande audiência e também das novas tecnologias, que são aceitas de forma pouco crítica como os temas/assuntos mais relevantes do momento atual. Desta forma, embora os professores e representantes da escola verbalizem que não conseguem aceitar a utilização dos conteúdos das mídias e particularmente da televisão como complemento para suscitar a discussão em sala de aula, fica claro que esse conteúdo está indiretamente presente, funcionando como uma base por meio do qual alunos (e possivelmente também os professores e administradores da escola) formam o seu o senso comum.

Com esta dissertação, buscou-se estabelecer aqui um esforço para o fomento das pesquisas no campo da comunicação social no que tange a influência da televisão e a validade da Agenda-Setting na vida de alunos do ensino médio. Espera-se com isso, suscitar reflexões mais precisas sobre a recepção do conteúdo jornalístico das mídias eletrônicas na vida escolar dos adolescentes.

Uma sugestão, portanto, seria a realização de pesquisas mais aprofundadas junto às instituições de ensino médio, tanto particulares como públicas, com vistas a verificar a abrangência e similaridade dos dados supracitados nesta análise, bem como explorar outras variáveis importantes para a reflexão do tema. Tais estudos permitirão um olhar mais preciso sobre a tentativa de inibição e do não reconhecimento da influência dos meios eletrônicos e da relevância dos assuntos pautados pela Agenda-Setting no cotidiano escolar, e como isso poderia ser convertido de forma complementar em benefício ao crescimento intelectual e crítico dos estudantes.

Diante do exposto, pode-se verificar que o primeiro passo já foi dado no intuito de levantar maiores debates na comunidade comunicacional, posto que, é bastante tímido o número de publicações a respeito do assunto. Ainda se carece de pesquisas, eventos, publicações, estudos e todas as formas de troca de informação na área, que venham contribuir para sua melhor compreensão. Deseja-se portanto diante de tudo que foi visto e estudado nesta pesquisa, ter oferecido uma breve contribuição no que cerne a influência da televisão e do agendamento na vida de estudantes do ensino médio, e também ao estudo de temas tão importantes à pesquisa científica no campo da Comunicação Social.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, R. *Imprensa e controle da opinião pública (informação e representação no mundo globalizado)*. In: MOTTA, L. G. (org). *Imprensa e poder*. Brasília: UnB, 2002.

ANDRÉ, Marli Eliza D.A. *Ensinar a pesquisar... Como e para quê?* In: SILVA, Aida 2003.

ARBEX, J. *O poder da TV*. São Paulo: Scipione, 2001.

ARENDR, Hannah. “*A crise na educação*”. In: *Entre o passado e o futuro*. S.P: Perspectiva, 1992, p.245.

BACCEGA, Maria Aparecida. *Comunicação/Educação: Aproximações*. In BUCCI, Eugênio & HAMBURGER, Esther (org.). *A TV aos 50: criticando a televisão brasileira no seu cinquentenário*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2000.

BARROS, Antônio. *Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação*. São Paulo: Atlas, 2005.

BAUDRILLARD, Jean, *A Ilusão do Fim ou a Greve dos Acontecimentos*. Lisboa, Ed. Terramar, 1992

BELTRÁN, Luiz Ramiro. *Adeus a Aristóteles: comunicação horizontal*. In: *Comunicação e Sociedade*. Revista semestral de estudo de comunicação. São Paulo, n.º 6, setembro de 1981.

BELTRÃO, Luiz. *Iniciação á Filosofia do Jornalismo*. Livraria Agir Editora. RJ, 1960.

BORDENAVE, Juan E. Diaz. *O que é participação*. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 1993.

BRUM, Juliana de. *A hipótese do Agenda Setting: Estudos e Perspectivas*. Disponível em: <<http://www.razonypalabra.org.mx/anteriores/n35/jbrum.html>> Acesso em 23 de agosto de 2013.

BUCCI, E. *Brasil em tempos de TV*. São Paulo: Bomtempo Editorial, 1996.

BUCCI, E.; KEHL, M. R. *Videologias – ensaios sobre televisão*. São Paulo: Bomtempo, 2004.

DALFOVO, Michael Samir; LANA, Rogério Adilson; SILVEIRA, Amélia. *Métodos quantitativos e qualitativos: um resgate teórico*. Revista Interdisciplinar Científica Aplicada, Blumenau, v.2, n.4, Sem II. 2008 ISSN 1980-7031

DINIZ, Maria Helena. *Dicionário Jurídico*. v.1. São Paulo: Saraiva, 1998.

FARIAS, Edvaldo de. *Elaboração de Instrumentos de pesquisa - entrevistas e questionários*. Rio de Janeiro: Universidade Estácio de Sá, 2002.

FERREIRA, F.V. *As representações dos indivíduos anônimos no telejornalismo brasileiro: um estudo comparativo entre o Jornal Nacional e o Jornal da Record*. Brasília, 2007.

FONSECA, Jaime Raúl Seixas. *Os Métodos Quantitativos na Sociologia: Dificuldades de Uma Metodologia de Investigação*. VI Congresso Português de Sociologia, de 25 a 28 de junho de 2008.

FONSECA, Wilson Corrêa Junior. *Análise de conteúdo*. IN: DUARTE, Jorge, 2006.

FORMIGA, Fábio de Oliveira Nobre. *A evolução da hipótese de agenda-setting*. 2006. 93 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação)-Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

FREIRE, Paulo. *Cartas à Guiné-Bissau. Registros de uma experiência em processo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

GOMES, Pedro. *Tópicos da Teoria da Comunicação*. São Leopoldo: Unisinos, 1997.

GONRING, Denise. *Do jornalismo na fabulação do real: narrativa jornalística e ficção*. Niterói, 2007.

GUARESCHI, Pedrinho A. *Mídia e Cidadania*. Conexão – Comunicação e Cultura, UCS, Caxias do Sul, v. 5, n. 9, p. 27-40, jan./jun. 2006

ILHARCO, Fernando. *A Questão Tecnológica – Ensaio Sobre a Sociedade Tecnológica Contemporânea*. Cascais, Principia, 2004

KAPLÚN, Mario. *Processos Educativos e Canais de Comunicação*. In: Revista Comunicação & Educação, São Paulo, Editora Moderna (14), jan/abr 1999.

KELLNER, Douglas e SHARE, Jeff. *Educação para a leitura crítica da mídia, democracia radical e a reconstrução da educação*. Educ. Soc., Campinas, vol. 29, n. 104 - Especial, out. 2008. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>

LIMA, Venício A. de. *Mídia. Teoria e Política*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.

MACHADO, Arlindo. *A televisão levada a sério*. São Paulo: Senac, 2000. Maria M; et al (Orgs). Recife 1995.

MARSHALL, T. H. *Cidadania, Classe Social e Status*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

MARTIN-BARBERO, Jesus. *Globalização comunicacional e transformação cultural*. In: MORAES, Dênis (org). *Por uma outra comunicação: Mídia, mundialização cultural e poder*. Rio de Janeiro. Editora Record, 2004.

MASTERMAN, Len. *La Enseñanza de los Médios de Comunicación*. Madrid: Ediciones de la Torre, 1993.

MEDEIROS, Magno, artigo: *Teoria das Violências, Mídia e Direitos Humanos*. Acesso em 28/01/2013: [http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/dh/br/go/goias/teorias\\_da\\_violencia\\_a\\_midia\\_e\\_dh.html](http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/dh/br/go/goias/teorias_da_violencia_a_midia_e_dh.html)

- MEDITSCH, E. *A Rádio na Era da Informação*. Coimbra: Minerva, 1999.
- MEIER, Celito. *A natureza conservadora da educação*. Colunas domtotal.com, 14/12/2012.
- MORAES, Geórgia da Cunha. *A televisão digital no Brasil: impasses de uma política pública*. Dissertação apresentada à Faculdade de Comunicação da UnB em novembro de 2003.
- MOTA, Rafael e LINHARES, Ronaldo Nunes. *Educação para a Mídia e a Revisão do Mito Midiático*. 2º Simpósio Educação e Comunicação. Universidade Tiradentes, Farolândia, Aracaju – SE, 2011.
- NIETZSCHE, 1999, in RUSSELL, Bertrand. *História da Filosofia Ocidental*. São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 1957, p. 351. Trad. Brenno Silveira).
- PALACIOS, Marcos. *Convergência e memória: jornalismo, contexto e história*. Matrizes Ano 4 – Nº1 jul./dez. São Paulo 2010.
- PERUZZO, Cicília Maria Krohling e FERREIRA, Fernando de Almeida. (Org.). *Comunicação para a Mídia e Diversidade Cultural: experiências e Reflexões* / Maria Luisa Martins de Mendonça (Org.). Brasília: Casa das Musas, 2009.
- RIZZINI, Carlos. *O livro, o jornal e a tipografia no Brasil*. Rio, 1956.
- ROCCO, M. T. F. *As palavras na TV: um exercício autoritário?*. In NOVAES, A. (org.). *Rede imaginária – televisão e democracia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- ROMANCINI, Richard e LAGO, Cláudia. *História do jornalismo no Brasil*. Florianópolis: editora Insular, 2007.
- ROSSETTI, Fernando. *Educação pela Comunicação: Como formar Cidadãos*. Acesso em 02/10/2013. [http://www2.uol.com.br/aprendiz/n\\_colunas/f\\_rossetti/id160703.htm](http://www2.uol.com.br/aprendiz/n_colunas/f_rossetti/id160703.htm)
- SABBATINI, Marcelo. *Uma releitura da história do jornalismo através dos tempos*. Texto publicado na revista *Comunicação & Sociedade*, São Bernardo do Campo, v. 26, n. 42, 2004.
- SANTOS, Marcela Martins. *Folha de Princesa: Cidadania é sempre manchete*. Trabalho de Conclusão de Curso. Escola de Comunicação Social da Universidade Católica de Pelotas, 2003.
- SILVA, L. M. da. *Imprensa e cidadania: possibilidades e contradições*. In: MOTTA, L. G. (org.). *Imprensa e poder*. Brasília: UnB, 2002.
- SILVA, Valéria do Nascimento e RIBEIRO, Glória Maria Ferreira. *A substância segundo Aristóteles*. Existência e Arte “- Revista Eletrônica do Grupo PET - Ciências Humanas, Estética e Artes da Universidade Federal de São João Del-Rei - Ano V - Número V – janeiro a dezembro de 2010
- SOARES, Ismar de Oliveira. *Comunicação/educação: a emergência de um novo campo e o perfil de seus profissionais*. In: *Contato: revista brasileira de comunicação, arte e educação*. Brasília, Ano 1, jan./mar. 1999.

SODRÉ, Muniz. *Antropológica do Espelho: Uma Teoria da Comunicação Linear e em Rede*. Petrópolis: Vozes, 2002.

SOLER, Mário N. A. *Quem pauta a pauta: rotinas produtivas do Tem Notícia.*, Primeira Edição. 2005. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Programa de Pós-Graduação em Comunicação– Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, Unesp, Bauru – Agosto 2005.

SOUSA, Jorge Pedro. *Uma história breve do jornalismo no Ocidente*. Centro de Investigação Media & Jornalismo. [www.bocc.ubi.pt](http://www.bocc.ubi.pt). Publicado em 2009.

SOUZA, J. C. A. de. *Gêneros e formatos na televisão brasileira*. São Paulo: Summus, 2004, p. 151.

STEFANELO, Marana Costa Beber. *O espaço público na TV digital de alta indefinição*. Brasília, 2008.

TAVARES, Elaine. *Telesur e TV Brasil, qual a diferença?* Observatório da Imprensa, 04 dez. 2007. Disponível em: <<http://ultimosegundo.ig.com.br>>. Acesso em: 05 junho 2013.

TEMER, Ana Carolina. *Janelas para o mundo: a importância do debate sobre os meios de comunicação na formação de docentes*. Ícone Educação – v.9 – nº 1 e 2 – jan./dez.2003.

TEMER, Ana Carolina Rocha Pessoa. *Teorizar é pensar a prática: uma reflexão sobre o ensino das Teorias da Comunicação nos Cursos de Jornalismo*. 10º Encontro Nacional de Professores de Jornalismo – Goiânia-GO – 27 a 30 de abril de 2007 <http://www.fnpij.org.br/soac/ocs/index.php?cf=1>

THOMPSON, John B. *A mídia e a modernidade – Uma teoria social da mídia*. 2ª edição. Petrópolis: Vozes, 1995.

THOMPSON, John. *Mídia e modernidade*. Petrópolis: Vozes, 2001.

TRAQUINA, Nelson (org.). *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*. Lisboa: Vega, 1993.

WEY, Hebe. *O processo de Relações Públicas*. 3. ed. São Paulo: Summus, 1986.

WOLF, Mauro. *Teorias da comunicação*. Presença, São Paulo, 2002.

WOLTON, Dominique. *Elogio do grande público: uma teoria crítica da televisão*. Coimbra: Edições Asa, 1994.

# ANEXOS